

ANTONIO PAIM

# INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

2ª edição  
Revista e Ampliada



ISBN da 1ª edição 85-87-17-23-3

“O único meio de salvar e engrandecer o Brasil é tratar de colocá-lo em condições de poder ele tirar, de si mesmo, quero dizer, do seio de sua história, a direção que lhe convém”.

Tobias Barreto  
(*A questão do Poder Moderador* – 1871)

## SUMÁRIO

### **I. Linhagem privilegiada na compreensão do país**

1. Síntese e razões da hipótese
2. O destino histórico da proposta de Oliveira Viana
  - a) Vida e obra de Oliveira Viana
  - b) Antecedentes doutrinários
  - c) O conceito de autoritarismo instrumental
  - d) As idéias de Oliveira Viana e a nossa contemporânea história política

Adendo
3. A refutação da tese central da historiografia marxista
 

Adendo- As modalidades básicas assumidas pelo Estado Moderno na Europa

  - a) Apresentação da questão
  - b) Proveniência das duas modalidades
  - c) Características essenciais do Estado de Direito
  - d) Características essenciais do Estado Patrimonial
4. A moralidade social do brasileiro
 

Adendo- Contribuições recentes ao debate da problemática ética no Brasil

A persistência da moral contra-reformista –Antonio Paim

A ausência de ética no pensamento brasileiro

-Ubiratan Borges de Macedo (1937/2007)

Avanços na determinação do conteúdo do debate ético

-Antonio Paim
5. A trajetória do pensamento político
  - a) Os marcos essenciais
  - b) Wanderley Guilherme e o debate político contemporâneo
  - c) O curso pioneiro da UnB e seus desdobramentos
  - d) Idéia sumária das contribuições de Bolívar Lamounier
  - e) O sistema político brasileiro na visão de Antonio Octávio Cintra
  - f) Outras contribuições dignas de registro

### **II. Uma introdução ao Brasil, na proposta de Lourenço Dantas Mota**

1. Idéia geral do projeto
  2. O Brasil mal iluminado
  3. Descoberta do patrimonialismo
  4. Os nossos valores básicos
- Adendo – Indicações adicionais sobre autores e obras citadas

### **III. A tradição liberal da historiografia brasileira e os percalços em sua preservação**

1. O projeto de historiografia nacional concebido no Segundo Reinado
2. Os embates enfrentados no século XX
  - a) O surto tradicionalista
  - b) O surto marxista
3. Recuperação da tradição historiográfica liberal

### **IV. Mitos da historiografia nacional**

1. Nos primeiros séculos, não haveria povo mas somente Estado
2. O estigma de termos sido nação colonial

### **V. Principais fontes para o estudo da história do Brasil**

Adendo- Relação das obras

## I. LINHAGEM PRIVILEGIADA NA COMPREENSÃO DO PAÍS

### 1. SÍNTESE E RAZÕES DA HIPÓTESE

O processo de constituição da historiografia brasileira ocorreu basicamente ao longo do Segundo Reinado. Contou com a participação de eminentes personalidades, agrupadas em torno do recém fundado Instituto Histórico. Os brilhantes resultados a que chegaram devem-se não apenas à qualidade dos estudiosos --que terei oportunidade de referir expresamente adiante-- mas também ao fato de que souberam se aproximar da teoria histórica formada na Alemanha e que se coroa com a obra de Leopold Von Ranke (1795/1886).

Na centúria seguinte, sofreu duas contestações. A primeira seria da lavra dos tradicionalistas católicos, preocupados em eximir os jesuítas das críticas que lhes haviam sido dirigidas por aqueles fundadores. Tratava-se entretanto de homens de grande cultura que, se carregaram nas tintas nesse ponto, souberam preservar e desenvolver aquele legado. Tenho em vista nomes como Hélio Viana (1908/1886) e Américo Jacobina Lacombe (1909/1993), para citar os mais destacados.

A segunda contestação proveio do marxismo-positivismo que se abateu sobre o país, ao longo do pós-guerra. Poucados da crítica durante os vinte anos dos governos militares, valeram-se da circunstância para produzir, nos vinte anos subsequentes, toda sorte de disparates inimagináveis. Dominando cátedras universitárias e logrando ter alcançado posições em diversos órgãos de comunicação, estabeleceram no país um autêntico patrulhamento ideológico. Graças a isto, as iniciativas que tangenciam essa bitola estreita não chegam a prosperar.

Valho-me de exemplos concretos.

No ano de 2000, Lourenço Dantas Mota iniciou, na Editora SENAC, um projeto que poderia ter criado uma outra linha do que se poderia chamar de “interpretações do Brasil”, de padrão estritamente acadêmico --de que darei notícia no capítulo seguinte-- e que foi simplesmente abandonado. Algo de semelhante havia ocorrido na Universidade de Brasília, nos meados da década de oitenta. A abertura política teve ali o efeito paradoxal de instaurar “samba de uma letra só”.

O marxismo-positivista brasileiro tem se revestido de feição nitidamente totalitária. Não consegue admitir a existência de oposição às suas sandices (o nome não é exagerado desde que não há ali idéias propriamente ditas). Foi-se o tempo em que havia no país “marxismo num clima ocidental de cultura”, parodiando a feliz expressão do eminente filósofo marxista que foi Rodolfo Mondolfo (1877/1976).

De modo que, ao reunir, nesta segunda edição ampliada de **Interpretações do Brasil** (2000), os diversos ensaios que dediquei ao tema, no período desde então transcorrido, sinto-me no dever de deixar registrado que o espírito

acadêmico e a honestidade intelectual sobrevivem neste país, em que pese a adversidade das condições existentes. Para tanto selecionei duas linhagens, a primeira constituída basicamente de sociólogos, que oferecem um quadro do país que, espero, venha a sobreviver quando da nação se apossar o inevitável cansaço --como diria Octávio Tarquino de Souza-- do processo em curso de esterilização das consciências.

No século passado, forma-se uma linha de interpretação do país que é efetivamente esclarecedora de nossa realidade, tomando por base o projeto que nos fora legado pelo fundador da sociologia brasileira, Silvio Romero (1851/1914). No fundamental, este projeto seria realizado por Oliveira Viana. O acabamento do perfil do Estado brasileiro, de sua lavra, seria efetivado por Simon Schwartzman enquanto o da sociedade esteve a cargo de Roberto DaMatta.

A segunda linhagem está referida ao pensamento político. Em seu estudo registram-se avanços notáveis. Limitar-me-ei a fixar os marcos mais expressivos, sem pretender esgotar o tema ou ocupar-me de questões tópicas. Os marcos em apreço seriam fixados por Bolivar Lamounier, Ricardo Vélez Rodriguez, Walter Costa Porto, Antonio Octávio Cintra, cuja contribuição específica apontaremos ainda neste capítulo.

A preservação e enriquecimento do patrimônio da historiografia nacional esteve a cargo de Arno Wehling.

Nos breves tópicos subsequentes apresento indicações sumárias sobre a obra dos três mais importantes sociólogos brasileiros, antes citados, bem como da configurada trajetória do pensamento político. Quanto ao papel de Arno Wehling, espero tê-lo estabelecido no corpo do livro.

## 2. O DESTINO HISTÓRICO DA PROPOSTA DE OLIVEIRA VIANA

### a) Vida e obra de Oliveira Viana

FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA VIANA nasceu em 1883 na cidade de Saquarema, no interior do Estado do Rio de Janeiro, viveu e educou-se na capital fluminense, concluindo o curso de Direito em 1905. Dedicou-se ao jornalismo e ao magistério, ingressando no Corpo Docente da Faculdade de Direito de Niterói em 1916. Seu primeiro livro — **Populações Meridionais do Brasil** — aparece em 1920, quando completa 37 anos. Nesse mesmo ano publica **O idealismo da Constituição**. Ao longo da década de vinte viria a adquirir grande nomeada. Depois da Revolução de 30 torna-se Consultor da Justiça do Trabalho, tendo desempenhado papel muito importante na ordenação do direito do trabalho brasileiro e na concepção dos institutos a que deu surgimento. Em 1940 passou a integrar o Tribunal de Contas da União. As novas funções de certa forma levam-no a interromper o sentido principal de sua

obra, que é entretanto retomado após a queda do Estado Novo. Faleceu aos 68 anos de idade, em 1951. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras.

Em **Populações Meridionais do Brasil**, Oliveira Viana distingue três tipos característicos na formação de nosso País, contrariando a tradição de considerar o povo brasileiro como massa homogênea. De sua presença acha que resultam três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas e a dos pampas, com estes tipos específicos: o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Os principais centros de formação do matuto são as regiões montanhosas do Estado do Rio, o grande maciço continental de Minas e os platôs agrícolas de São Paulo. Exerce influência poderosa no curso histórico seguido pelo País. O objetivo de Oliveira Viana é chamar a atenção para a realidade circundante autêntica e denunciar o vício de copiar instituições européias, que a seu ver começa com a Independência.

A esse propósito escreve: “O sentimento das nossas realidades, tão sólido e seguro nos velhos capitães-generais, desapareceu, com efeito, das nossas classes dirigentes: há um século vivemos politicamente em pleno sonho. Os métodos objetivos e práticos de administração e legislação desses estadistas coloniais foram inteiramente abandonados pelos que têm dirigido o País depois da sua independência. O grande movimento democrático da revolução francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a República Americana, tudo isto exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes, políticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação magnética, que lhes daltoniza completamente a visão nacional dos nossos problemas. Sob esse fascínio inelutável, perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um Brasil artificial, e peregrino, um Brasil de manifesto aduaneiro, **made in Europe** — sorte do Cosmorama extravagante, sobre cujo fundo de florestas e campos, ainda por descobrir e civilizar, passam e repassam cenas e figuras tipicamente européias.”

A linha a seguir está desde logo esboçada neste primeiro livro: “tornar o Estado um grande centro aglutinador de transformação social, apto a fundir moralmente o povo na consciência perfeita e clara da sua unidade nacional e no sentimento político de um alto destino histórico”. E prossegue: “Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado -- um Estado soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional.” (**Populações meridionais**, 6ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol. I, pág. 259)

A meditação que inicia com **Populações Meridionais do Brasil** e com a denúncia do que então denominou de “idealismo da Constituição”, em 1920, continuada em **Evolução do Povo Brasileiro** (1923), coroa-se, nessa primeira fase, com o livro **Problemas de Política Objetiva**, aparecido pouco antes da Revolução de 30. Neste comenta e avalia as propostas de Alberto Torres e enxerga no país um novo clima, favorável à centralização. “Há vinte

anos passados”, escreve, “as idéias políticas, nos centros intelectuais e partidários, não só locais como federais, diferiam muito das idéias atuais: traíam a concepção centrífuga do regime federativo”. Enxerga a emergência de “sensível tendência centrípeta, um rápido movimento das forças políticas locais na direção do poder central.”

A mensagem de Oliveira Viana é clara e precisa. “Há evidentemente em tudo isto um grande equívoco, uma grande ilusão, que perturba a visão exata das realidades nacionais a todos esses descentristas e autonomistas, que são, afinal, aqui, todos os espíritos que se jactam de liberais e adiantados. Porque é preciso recordar, com Seeley, que a Liberdade e a Democracia não são os únicos bens do mundo, que há muitas outras causas dignas de serem defendidas em política, além da Liberdade --como sejam a Civilização e a Nacionalidadê; e que muitas vezes acontece que um governo não liberal nem democrático pode ser, não obstante, muito mais favorável ao progresso de um povo na direção daqueles dois objetivos. Um regime de descentralização sistemática, de fuga à disciplina do centro, de localismo ou provincialismo preponderante, em vez de ser um agente de força e progresso, pode muito bem ser um fator de fraqueza e aniquilamento e, em vez de assegurar a liberdade e a democracia, pode realmente resultar na morte da liberdade e da democracia.” (**Problemas de Política Objetiva**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1930, p.97)

Com a Revolução de 30, Oliveira Viana passa a ocupar-se de um segmento novo daquele Estado centralizado e modernizador com que sonhava: o Direito do trabalho. Dessa fase ficaram-nos três livros: **Problemas de Direito Corporativo** (1938); **Problemas de Direito Sindical** (1943) e a coletânea de estudos dispersos agrupados sob a denominação de **Direito do Trabalho e Democracia Social**, editada em 1951.

Retoma a meditação anterior com **Instituições Políticas Brasileiras** (1949). Dessa fase deixou vários inéditos, alguns dos quais seriam editados postumamente como **Problemas de organização e problemas de direção** (publicado em 1952) e **Introdução à História Social da Economia pré-capitalista no Brasil** (publicado em 1958).

## b) Antecedentes doutrinários

Duas são as fontes doutrinárias de Oliveira Viana: o culturalismo sociológico de Sílvio Romero (1851/1914) e a crítica à tradição liberal brasileira realizada por Alberto Torres (1865/1917).

O culturalismo sociológico de Sílvio Romero corresponde a uma inflexão no culturalismo filosófico de Tobias Barreto (1839/1889). Este, para combater a hipótese comtiana da física social, indicou que o homem dirige-se por causas finais e não pode ser esgotado no plano das causas eficientes (ciência). Graças a essa capacidade de formular-se objetivos e de traçar os caminhos para alcançá-los, o homem erigiu a cultura. Tobias Barreto tem em mira a idéia de arquétipo



ou protótipo apontada por Kant, ao dizer que, sem o ideal de sociedade racional, não haveria como lutar pelo aperfeiçoamento das instituições sociais; ou que “nós não temos, para julgar nossas ações, outra regra senão a conduta deste homem divino (isto é, o sábio estóico) que conduzimos em nós e ao qual nos comparamos para nos julgar e também para nos corrigir, mas sem poder jamais alcançar a perfeição.” (**Crítica da razão pura**, tradução francesa de Tremesaygues, Paris, PUF, 1950, pág. 414) Por isto mesmo, concluiria Tobias Barreto, no seio da cultura o Direito é o fio vermelho e a Moral, o fio de ouro, explicitando que, nessa obra, os homens não se inspiram na natureza, a seu ver fonte última de toda imoralidade.

A investigação era, pois, de cunho filosófico. Conduziu, mais tarde, à pergunta pela objetividade no âmbito das ciências humanas, isto é, pela possibilidade de alcançá-la; suas peculiaridades em relação às ciências naturais, etc. Mais precisamente: levou a uma investigação de índole epistemológica para, em seguida, ressuscitar a inquirição metafísica, em especial a pergunta pelo ser do homem.

Sílvio Romero iria eliminar a antítese entre cultura e natureza para reduzir a primeira à última e dar à investigação caráter meramente científico. No **Ensaio de Filosofia do Direito** (1895) escreveria:

“O Direito é como a Arte, como a Educação. Ora, cada uma destas é, não há como negá-lo, produto da cultura, e forma-se segundo a índole dos povos; porém, a cultura é filha da natureza do homem, estimulada pela natureza exterior. Se não fora assim, a cultura mesma seria impossível, irrealizável, incompreensível. É tão incongruente fantasiar um direito eterno, anterior e superior aos povos, como o de imaginar uma cultura aérea, que não repousasse na índole mesma natural do homem e em a natural capacidade que ele tem de se desenvolver.”

Logo adiante aponta nestes termos o caminho que deve trilhar a investigação: “Banidos os velhos métodos ontológicos, que fazem a Ciência de cima para baixo, partindo de algum suposto princípio geral, a que os fatos se deveriam por força acomodar, banidos os velhos processos, aquelas ciências tiveram, ao contrário, de se firmar nos fatos e partir com eles em busca das leis que regem o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.”

O experimentalismo, exclama, deve-se interpor e acabar com as divagações **a priori**. (**Obra filosófica**, organizada por Luís Washington Vita, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1969, págs. 658 e 659)

Sílvio Romero preferiu, pois, o que a posteridade iria denominar de **culturalismo sociológico**. Na verdade, nunca chegou a traçar um programa definitivo da maneira pela qual deveria efetivar-se essa investigação sociológica da cultura. Além do mais, como oportunamente destacaria Miguel Reale (1910/2006)--no ensaio “Silvio Romero e os problemas da filosofia”, in **Horizonte do direito e da história**, São Paulo, Saraiva, na segunda edição (1977) às págs. 223-230)-- Sílvio Romero estava pouco preocupado com a teoria

geral. Seu empenho consistia em buscar os instrumentos capazes de compreender o Brasil e sua história.

O culturalismo sociológico de Sílvio Romero assume três feições mais ou menos diferenciadas. Em fins dos anos oitenta, na época da publicação da **História da Literatura Brasileira** (1888), é simples partidário de Spencer. Por volta dos começos do século, sem renegar o evolucionismo spenceriano, incorpora a idéia de luta de classes. Finalmente, na fase final, adere à Escola de Le Play.

A incorporação de elementos doutrinários ao culturalismo sociológico de Sílvio Romero se faz após comprovada a sua eficácia na explicação das particulares circunstâncias brasileiras. A necessidade de aprofundá-la é que o move a buscar novos princípios.

Sílvio Romero considera que, para compreender a evolução da sociedade brasileira e determinar, pressentir ou averiguar os caminhos de seu desenvolvimento futuro, necessário se faz recusar as explicações simplistas ou meramente descritivas, submeter à crítica aquelas teorias que isolam um ou outro fator e a partir exclusivamente destes pretendem apresentar uma visão global, e, finalmente, examinar em profundidade o conjunto de elementos constituintes e integrantes do contexto social. Antes de avançar na enumeração destes, convém acompanhá-lo na crítica às teorias em voga a respeito do Brasil.

A primeira explicação simplista, logo combatida por Sílvio Romero, é aquela que atribui os feitos históricos a um ou outro herói ou ainda ao conjunto das elites. Toma como exemplo, para ilustrar suas idéias, o fenômeno de Abolição, que se comemorava no próprio mês em que a **História da Literatura Brasileira** era ultimada para a entrega ao público, que vinha merecendo essa interpretação, isto é, atribuída à benemerência da Princesa Isabel, ao arrepio do registro da prolongada luta em seu favor --e da disposição da elite de empreendê-la desde que encontrada solução exequível para a substituição da mão-de-obra escrava, afinal consumada na época através da adoção do **regime de colonato (parceria)**, na cafeicultura paulista.

Entre as teorias puramente descritivas, coloca a doutrina etnográfica de Carlos Frederico Felipe de Martius (1794/1868), famoso botânico europeu, que viveu entre nós uma década pesquisando a nossa flora. Atendendo ao concurso instituído pelo Instituto Histórico, formulou uma hipótese de “Como se deve escrever a história do Brasil”(1843). Neste documento indica os elementos constituintes do povo brasileiro, as raças que contribuíram para a sua formação, mas, na visão de Sílvio Romero, não aponta “como estes elementos atuaram uns sobre os outros e produziram o resultado presente”. Conclui que lhe falta “o nexo causal e isto seria o principal a esclarecer”. Outra doutrina por ele considerada errônea é a do escritor português Teófilo Braga (1823/1924), que pretende atribuir a mesma origem, asiática, para as populações da Europa Meridional e da América, com o que explicaria o fenômeno do lirismo literário. Sílvio Romero considera anticientífica essa hipótese das migrações asiáticas e

objeta: “Concedendo porém tudo, admitindo a identidade das origens do lirismo português e tupinambá, como quer o escritor português, que daí se poderá inferir para a filosofia da história brasileira? Nada. A tese do autor açoriano é puramente literária e não visa a uma explicação científica de nosso desenvolvimento social.”

Oliveira Martins (1845/1894), em seu livro **O Brasil e as Colônias Portuguesas**, “enxerga todo o interesse dramático e filosófico da história nacional na luta entre os jesuítas e os índios, de um lado, e os colonos portugueses e os negros, de outro”. Para o crítico sergipano tais fenômenos não passam de fatos isolados, de pouca duração, e não podem “trazer em seu bojo, como um segredo de fada, toda a latitude da futura evolução do Brasil. É um simples incidente de jornada, alçado à categoria de princípio geral e dirigente; é uma destas sínteses fúteis com que alguns novelistas da história gostam de nos presentear de vez em quando.”

Quanto à teoria da pátria brasileira, dos positivistas, entende que nela “o verdadeiro não é novo, e o novo não é verdadeiro”. A esse tempo Sívio Romero considerava que a corrente dissidente, chefiada por Littré, fora estéril, ilógica e anárquica. Expõe aí a tese repetida no livro **Doutrina contra Doutrina**, escrito alguns anos depois, segundo a qual o positivismo autêntico é o de feição religiosa, representado no Brasil por Teixeira Mendes e Aníbal Falcão. Para estes o Brasil pertencia ao grupo das pátrias ocidentais e, ao sair das guerras holandesas, reunia em si as condições de uma pátria (solo contínuo, governo independente e tradições comuns). Nessa luta, a vitória do elemento ibérico, representante da civilização latina, fez com que o Brasil escapasse da ação dissolvente da Reforma, estando portanto em melhores condições que os Estados Unidos para aceitar a “doutrina regeneradora”, isto é, a religião da humanidade. Tal resultado correspondeu a uma necessidade, desde que se deveriam reproduzir no Brasil as duas tendências opostas existentes na Europa. Para Sívio Romero essa teoria é demasiado simétrica para não ser em grande parte “pura fantasia”. E exclama: “Era necessário para as pátrias ocidentais que o português vencesse no Brasil o holandês protestante e que o inglês derrotasse nos Estados Unidos o francês católico!... É muito cômodo. E, afinal, por que se não há de dar o mesmo na Oceania em geral e notadamente na Austrália, onde o elemento germânico quase não encontra o seu competidor? São terras novas, habitadas por selvagens a desaparecerem a olhos vistos, que estão sendo colonizadas por europeus, representantes da civilização ocidental. Por que não se há de repetir aí o dualismo salutar?”

Na **História da Literatura Brasileira**, Sívio Romero dedica-se ainda à crítica dos pontos de vista do sociólogo inglês Buckle, em cuja obra há pontos de vista sobre a evolução do povo brasileiro.

Henry Thomas Buckle (1823/1862) foi um historiador britânico profundamente influenciado por Comte, Stuart Mill, Quereler e outros. Publicou, em 1857, três volumes de uma introdução ao estudo da civilização na

Inglaterra. Inicialmente, rejeita a explicação dos fenômenos históricos dada pelos metafísicos, notadamente a doutrina do livre-arbítrio, como também a teoria da predestinação dos teólogos. Pretende Buckle que as ações humanas podem ser explicadas através dos métodos empregados nas ciências naturais desde que são determinadas somente por seus antecedentes e produzem os mesmos resultados sob as mesmas circunstâncias, podendo ser perturbados pela ação do meio. Segundo ele, as leis que dirigem a história são físicas (clima, alimentação e aspecto geral da natureza) e mentais (intelectuais e morais, das quais as primeiras seriam mais importantes). Divide a civilização em dois grandes ramos: a da Europa (predomínio do esforço do homem sobre a natureza) e a do resto do mundo (predomínio da natureza ou das leis naturais). Sílvia Romero, tendo em alta conta a crítica que realizou das teorias denominadas de metafísicas e teológicas e algumas de suas observações sobre a influência dos elementos naturais, considera artificial a divisão indicada e aponta outros defeitos na doutrina.

Buckle considera que o Brasil não teve civilização primitiva porque as condições de vida não eram fáceis, como as vigentes nas penínsulas e às margens dos grandes rios onde surgiram as civilizações antigas, daí o seu inveterado barbarismo. Sílvia Romero considera que é falsa a descrição que faz do clima brasileiro. Na sua opinião, “o autor, que nunca visitou o Brasil, foi vítima do maravilhoso no inventário dos obstáculos que a natureza nos opõe”. Diz mais: “Buckle é verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação dos seus fatores.”

Resumindo as observações quanto às teorias enunciadas, Sílvia Romero dirá que a teoria de Buckle é em demasia cosmográfica, a de Martius demasiado etnológica e a dos discípulos de Comte é em extremo social. Compreendendo e proclamando que “a filosofia da história de um povo qualquer é o mais temeroso problema que possa ocupar a inteligência humana”, prefere adotar certos aspectos da doutrina de Spencer, “a que mais se aproxima do alvo, por mais lacunosa que ainda seja”.

A luz da crítica às doutrinas comentadas, Sílvia Romero avança a hipótese de que o estudo deve considerar o conjunto de elementos assim classificados: primários (ou naturais); secundários (ou étnicos); e terciários (ou morais). No primeiro plano as questões mais importantes dizem respeito ao clima e ao meio geográfico. Aponta-os: “o excessivo calor, ajudado pelas secas na maior parte do país; as chuvas torrenciais no vale do Amazonas, além do intensíssimo calor; a falta de grandes vias fluviais entre o São Francisco e o Paraíba; as febres de mau caráter reinantes na costa”. A isto acrescenta. “O mais notável dos secundários é a incapacidade relativa das três raças que constituíram a população do país. Os últimos --os fatores históricos chamados política, legislação, usos, costumes--, que são efeitos que depois atuam também como causas.” Em síntese, as diversas doutrinas acerca do Brasil chamaram a atenção para os aspectos isolados, que cabia integrar num todo único. O destino do povo

brasileiro, a exemplo do que se dava em relação à espécie humana, estaria traçado numa explicação de caráter biossociológico, como queria Spencer.

Por volta dos começos do século, Sílvio Romero mantém o mesmo esquema geral, mas incorpora um dado novo: a luta de classes.

Assim, no ensaio “**O direito brasileiro no século XVI**” (1899), incluído na coletânea **Ensaio de sociologia e literatura** (Rio de Janeiro, Garnier, 1901), afirmaria que “todo o processo de formação da individualidade nacional não pode deixar de ser um processo de diferenciação cada vez mais crescente entre o Brasil e a antiga mãe-pátria. “A diferenciação brasileira”, prossegue, “no intuito de formar um tipo novo, é reforçada por fatores mesológicos e etnográficos, diversos dos da península hispânica”. A explicação preserva, como se vê, o caráter biossociológico. Contudo, entre os fatores terciários, destaca o seguinte: ‘Desde o principio as gentes brasileiras se acharam divididas em: sesmeiros, proprietários, senhores de engenho, fazendeiros, nas zonas rurais, mercantes nas cidades e vilas, de um lado, e, de outro, os agregados, os moradores, os trabalhadores braçais, os escravos negros, mulatos, índios e cafuzos, todos estes dependentes dos grandes proprietários e negociantes ricos. Bem cedo tivemos as lutas de classes, especialmente em Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Minas.’ Essa referência não chega a alterar substancialmente os procedimentos recomendados.

Nos últimos anos de vida, Sílvio Romero incorpora as teses da Escola da Ciência Social (Le Play, H. de Tourville, Edmond Demolins, P. Rousiers, A. de Preville, P. Bureau e outros). “Os processos da Escola de Le Play --escreve no **Brasil Social** (1908)—fizeram-me penetrar a fundo na trama interna das formações sociais e completar as observações anteriores de ensino spenceriano.” Faz algumas objeções à Escola --afirmando, entre outras coisas, “também não aceito de todo a classificação dos fenômenos sociais, que me parece mais uma nomenclatura de problemas e questões”, mas conclui: “Como quer que seja, os méritos da Escola, a despeito desta e de outras divergências, se me antolham preciosíssimos para quem quer conhecer a fundo um país qualquer e a gente que o habita.”

No livro em apreço, que deixou inacabado, Sílvio Romero resume e comenta os pontos de vista da Escola de Le Play. Essa escola destaca 25 grupos de fatos e problemas sociais. Vale dizer: situa-se na linha antes preconizada por Sílvio Romero que era a de pretender descrições exaustivas, completas e abrangentes. Como antes, atribui particular importância à atividade produtiva, escrevendo: “Sob o ponto de vista específico do trabalho, que vem a ser a grande mola que move e afeiçoa as sociedades humanas, cumpre não perder de vista que várias têm sido as fases passadas pela espécie... Cada um destes gêneros de trabalho, cada uma destas oficinas de produção, cada uma destas maneiras de agenciar os meios de existências, trazia e traz conseqüências indeléveis, difíceis de apagar, porque elas constituem o substratum íntimo das sociedades.”

A aplicação das teses de Le Play ao Brasil requeria o cumprimento deste programa: “Seria preciso estudar acuradamente, sob múltiplos aspectos, cada um dos povos que entraram na formação do Brasil atual; dividir o país em zonas; em cada zona analisar uma a uma todas as classes da população e um a um todos os ramos da indústria, todos os elementos da educação, as tendências especiais, os costumes, o modo de viver das famílias de diversas categorias, as condições de vizinhança, de patronagem, de grupos, de partidos; apreciar especialmente o viver das povoações, vilas e cidades, as condições do operariado em cada uma delas, os recursos dos patrões e cem outros problemas, dos quais, nesta parte da América, à retórica politicante dos partidos nunca ocorreu cogitar.”

Em que pese tamanha amplitude, não vacila em afirmar que a questão etnográfica “é a base fundamental de toda a história, de toda a política, de toda a estrutura social, de toda a vida estética e moral das nações”. E a etnografia ensina que a família é “a questão das questões”. “Esta é a base de tudo na sociedade humana; porque, além da função natural de garantir a continuidade das gerações sucessivas, forma o grupo próprio para a prática do modo de existência, o núcleo legítimo da maneira normal de empregar os recursos criados pelos meios de viver.”

Seriam estas as quatro modalidades típicas de famílias: patriarcal; quase patriarcal; tronco e instável. Estas famílias, por sua vez dão lugar a dois tipos de sociedade: 1) de formação comunitária, e 2) de formação particularista.

O culturalismo sociológico de Sílvio Romero foi desenvolvido no plano doutrinário por outros integrantes da Escola do Recife. Contudo, o inventário da organização social brasileira, cuja oportunidade tanto enfatizou, seria obra de Oliveira Viana. Com a grande vantagem de que soube correlacioná-lo às instituições políticas nacionais, atento à ineficácia e ao utopismo de boa parte da nossa tradição liberal graças à familiaridade que veio a adquirir com as idéias de Alberto Torres (1865/1917). O próprio Oliveira Viana reconheceria sua dívida para com Sílvio Romero ao abordar o que denominou de metodologia do direito público, em **Instituições Políticas Brasileiras**. Teria, então, oportunidade de afirmar: “Esta compreensão objetiva e científica das nossas coisas e dos nossos problemas eu a adquiri cedo... Não foi Torres, como geralmente se pensa, quem me deu a primeira orientação neste sentido; foi Sílvio Romero.”

Alberto Torres era um jovem de vinte e poucos anos quando da proclamação da República, mas assume desde logo uma posição de liderança no Estado do Rio de Janeiro onde, em seguida ao golpe de Floriano, seria convocada uma segunda Assembléia Constituinte (eleita a 31 de janeiro de 1892) e anulada a Carta promulgada no ano anterior. Alberto Torres tem uma atuação destacada na elaboração da nova Carta, como deputado estadual e membro da Constituinte. Em 1894 é eleito para a Câmara Federal.

Exerceu o mandato de Presidente do Estado do Rio de Janeiro nos exercícios de 1898 a 1900. Em abril de 1901 era indicado por Campos Sales para integrar o Supremo Tribunal Federal.

Nos últimos anos de vida, Alberto Torres meditou sobre algumas questões da organização política da sociedade, em geral, acabando por voltar-se preferentemente para a realidade brasileira. Publicou sucessivamente: **Vers la Paix** (1909); **Le Problème Mondiale** (1913); **A Organização Nacional e O Problema Nacional Brasileiro** (1914); e **As Fontes da Vida no Brasil** (1915). Parte dos textos dedicados ao Brasil consistiriam de reelaboração de artigos publicados na imprensa entre 1910 e 1912.

Embora partidário do sistema representativo, como os integrantes da facção liberal, Alberto Torres entendia que o principal deveria consistir no fortalecimento do Executivo. A liderança liberal estava mais preocupada com a independência dos poderes, especialmente com a intangibilidade da Magistratura, na esperança talvez de que esta acabasse por exercer uma espécie de magistério moral, impedindo que a luta política descambasse para o arbítrio e a ilegalidade. Alberto Torres, em contrapartida, escreveria em **A Organização Nacional**: “O espírito liberal enganou-se reduzindo a ação dos governos; a autoridade, isto é, o império, a majestade, o arbítrio devem ser combatidos; mas o governo, forte em seu papel de apoiar e desenvolver o indivíduo e de coordenar a sociedade, num regime de inteira e ilimitada publicidade e de ampla e inequívoca discussão, deve ser revigorado com outras atribuições. A política precisa reconquistar sua força e seu prestígio fazendo reconhecer-se como órgão central de todas as funções sociais, destinado a coordená-las e harmonizá-las e regê-las, estendendo a sua ação sobre todas as esferas de atividade, como instrumento de proteção, de apoio, de equilíbrio e de cultura”. (**A Organização Nacional**, 2ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933, pág. 251)

Num país novo como o Brasil, o Estado não pode dar-se ao luxo do absentismo. Deve ser atuante e intervencionista. No livro em apreço, a natureza desse intervencionismo, para promover o progresso e a civilização, é indicado de modo preciso, sob a égide desta premissa: “Acima de tudo isto, cumpre, porém, ter em vista que, se as instituições políticas precisarem ser sempre subordinadas às condições peculiares à terra, ao povo e à sociedade, a natureza especial desses elementos, no Brasil, ainda maior cuidado e atenção impõe ao estudo de seus caracteres. Nosso país, por sua situação geográfica, pela natureza da sua terra, por seu clima e população, por todo o conjunto de seus caracteres físicos e sociais, tem uma situação singular em todo o globo. Não há outro país soberano que lhe seja comparável.”

Com esse espírito iria Alberto Torres contemplar a reforma institucional do país. Governo forte e atuante, na sua plataforma pressupõe o aprimoramento da representação. Neste aspecto, procuraria combinar a experiência de outros países com as peculiaridades nacionais. A Câmara dos Deputados seria eleita por sufrágio direto, mas a metade de seus membros receberia o mandato dos distritos eleitorais; um quarto dos estados e o restante através de eleição nacional. Queria combinar o sistema proporcional, da preferência da maioria, com a eleição majoritária.

No caso do Senado, imagina completar a representação obtida mediante o sufrágio pela indicação de mandatários das organizações religiosas, instituições científicas, profissionais liberais, industriais, agricultores, operários urbanos e rurais, banqueiros e funcionalismo. Com esta advertência: “A representação das classes e das províncias não significa que estes senadores se devam considerar advogados exclusivos dos grupos de eleitores e das províncias que representarem, senão seus órgãos no conjunto e na continuidade da vida nacional.”

Pretende finalmente que o mandato do Presidente seja o dobro do vigente, passando a oito anos, procedendo-se à sua escolha por processo indireto, através de collegio eleitoral integrado não apenas por parlamentares, mas igualmente de mandatários dos vários segmentos da sociedade.

Além do aprimoramento da representação, pela diversidade de formas indicadas, o governo forte de Alberto Torres requer a garantia ampla das liberdades individuais.

No seu momento histórico, as idéias de Alberto Torres não suscitaram maior interesse. Nos anos trinta, entretanto, passaram a ser estudadas com grande entusiasmo. É desse período os livros de Cândido Mota Filho (**Alberto Torres e o tema de nossa geração**, 1931) e Alcides Gentil (**As idéias de Alberto Torres**, 2ª ed., 1938). Justamente Oliveira Viana destacaria este traço original: “Ao planejar uma reforma constitucional para o Brasil, Torres fez esta coisa inédita e simplíssima: abriu calmamente este grande livro de direito público, que eram os vinte e tantos anos de regime federativo nesta terra, e pôs-se a lê-lo com a mesma atenção e seriedade com que, para o mesmo fim, Rui Barbosa iria ler a **República** de Bruce e Teixeira Mendes a **Política positiva**, de Comte.” (**Problemas de política objetiva**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1930, pág. 13)

### c) O conceito de autoritarismo instrumental

Partindo da lição de Sílvio Romero, que elaborou o roteiro para levantar-se o quadro de nossa organização social, e tendo presente, graças às advertências de Alberto Torres, que nossa tradição liberal minimizou o papel do Estado devido sobretudo ao desconhecimento das condições reais do país, Oliveira Viana formulou uma proposta inteiramente original e que de certa forma correspondia a uma grande síntese da tradição política nacional, considerados os cinco séculos de sua existência e não apenas o último deles, a partir da Independência, como veio a tornar-se praxe. A modernização do país deve abranger o plano das instituições políticas, como pretenderam nossos liberais desde a Independência. Mas essa modernização institucional, para deixar de ser um simples voto, exige transformação da sociedade que só o Estado pode realizar. Assim, concebeu uma fórmula unitária abrangendo tanto o projeto reformista-autoritário de Pombal e D. Rodrigo de Sousa Coutinho como



o projeto liberal-democrático de Rui Barbosa, dando precedência ao primeiro. Para esse conjunto doutrinário, Wanderley Guilherme dos Santos encontraria a feliz denominação de **autoritarismo instrumental**. Vale dizer: o autoritarismo é um instrumento transitório a que cumpre recorrer a fim de instituir no país uma sociedade diferenciada, capaz de dar suporte a instituições liberais autênticas. Dessa forma reconhece-se a verdade do castilhismo sem cair na armadilha da sociedade racional, que acaba por ser seu fundamento último. E, ao mesmo tempo, apresenta de um ângulo novo, como veremos, o significado da mensagem de Rui Barbosa. A grande limitação da proposta de Oliveira Viana residiria na identificação da experiência brasileira do sistema representativo com a verdadeira natureza desse sistema. Contudo, antes de empreender esse tipo de avaliação, compete examinar, mais detidamente, como Wanderley Guilherme desenvolve a idéia de **autoritarismo instrumental**. Eis como o caracteriza no brilhante ensaio **A Praxis Liberal no Brasil** -- propostas para reflexão e pesquisa” (1974), incluído no livro **Ordem burguesa e liberalismo político** (São Paulo, Duas Cidades, 1978):

“Oliveira Viana expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do liberalismo no Brasil. Não existe um sistema político liberal, dirá ele, sem uma sociedade liberal. O Brasil, continua, não possui uma sociedade liberal, mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária. Em conseqüência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados sempre opostos aos pretendidos pela doutrina. Além do mais, não há caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir do estágio em que se encontra até tornar-se liberal. Assim, concluiria Oliveira Viana, o Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Em outras palavras, seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal. Este diagnóstico das dificuldades do liberalismo no Brasil, apresentado por Oliveira Viana, fornece um ponto de referência para a reconsideração de duas das mais importantes tradições do pensamento político brasileiro: a tradição do liberalismo doutrinário e a do autoritarismo instrumental.”

Wanderley Guilherme aponta estas particularidades distintivas dessa espécie de autoritarismo: “Em primeiro lugar, os autoritários instrumentais, na designação aqui adotada, crêem que as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento, seguindo antes os caminhos definidos e orientados pelos tomadores de decisão. E desta presunção deriva-se facilmente a inevitável intromissão do Estado nos assuntos da sociedade a fim de assegurar que as metas decididas pelos representantes desta sociedade sejam alcançadas. Nesta medida, é legítimo e adequado que o Estado regule e administre amplamente a vida social -- ponto que, desde logo, os distingue dos liberais. Em segundo lugar, afirmam que o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de

se conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido. A percepção do autoritarismo, como um formato político transitório, estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não democráticas.”

Wanderley Guilherme indica que é possível localizar sinais de autoritarismo instrumental desde a Independência. Neste sentido sugere que: “A idéia de que cabia ao Estado fixar as metas pelas quais a sociedade deveria lutar, porque a própria sociedade não seria capaz de fixá-las tendo em vista a maximização do progresso nacional, é a base tanto do credo quanto da ação política da elite do Brasil do século XIX, até mesmo para os próprios ‘liberais’. Ademais, temia-se que interesses paroquiais prevalecessem sobre os objetivos a longo prazo, os quais deveriam ser os únicos a orientar as decisões políticas, se é que se pretendia transformar o País em uma grande nação algum dia. Análise cuidadosa das sessões do Conselho de Estado, a principal forma de decisão no sistema imperial, revelaria tanto as metas perseguidas pelas elites dominantes quanto as diretrizes operacionais que fixaram para alcançá-las. O **output** real, por outro lado, poderia fornecer segura avaliação quanto ao grau em que a ação seguiu as idéias, o quanto tinham sido capazes de seguir na direção pretendida, quais foram os desvios, e por que tiveram que adotar estes desvios.”

A seu ver, contudo, Oliveira Viana é que daria formulação acabada a essa espécie de doutrina. Transcreve-se a seguir a caracterização que empreende deste pensamento: “É na obra de Oliveira Viana, contudo, que o caráter instrumental da política autoritária, da maneira em que ele a concebeu, aparece mais claramente. A colonização brasileira, argumenta, ocorreu sob condições peculiares. O território era vasto demais, em relação a qualquer imaginável população da Europa do século XVI, e sobretudo em relação à população portuguesa da época. Índices extremamente baixos de densidade populacional impuseram uma forma de ocupação territorial onde as únicas limitações para o domínio individual eram as regulamentações coloniais. A rápida expansão de grandes latifúndios, nos primeiros dois séculos da colonização, estabeleceu o padrão que seria seguido desde então --grandes quantidades de terra familiarmente apropriadas, isoladas umas das outras e da vida urbana, que só existia nos limites de dois ou três pólos ao longo da orla litorânea. Os primitivos proprietários de terras deviam contar consigo próprios e depender o mínimo possível do mundo ‘externo’ --isto é, o mundo para além das fronteiras de suas propriedades. O desenvolvimento do complexo rural transformou os latifúndios em pequenos universos econômicos, capazes de produzir quase tudo que precisavam e sem o menor estímulo, estável e previsível, à especialização e divisão do trabalho. As oscilações do mercado exterior os fizeram ainda mais desconfiados quanto aos benefícios da especialização, e os levaram a tentar a maior autonomia possível em relação ao mercado. Este padrão se reproduziu em todo o País e a sociedade colonial brasileira se constituiu como uma multidão de estabelecimentos econômicos ganglionários isolados, quase auto-suficientes --

“clã parental”-- sem comunicações entre si, sem interesses comuns e sem ligações através do mercado.

A vida urbana não poderia desenvolver-se em tal contexto. Esta foi a primeira consequência negativa do modelo de ocupação econômica e territorial. As fazendas eram praticamente autárquicas e constituíam o único mercado de trabalho da área rural. Esta é uma segunda consequência. A população rural não-escrava não tinha alternativa ao trabalho oferecido nos latifúndios. Os trabalhadores rurais ‘livres’ dependiam totalmente do proprietário de terras, que se tornava seu senhor em qualquer questão social, econômica e política. Quando o Brasil se separou de Portugal, portanto, a sociedade nacional apresentava baixíssima integração por meio do mercado. A unidade econômica e social básica era o clã parental, baseado na propriedade e capaz de obter a submissão de toda a mão-de-obra ‘livre’ que vivesse no interior ou na periferia dos domínios. A experiência com a descentralização liberal, realizada nas primeiras décadas pós-Independência, resultou na captura das posições de autoridade pelos membros do clã, agora transformado em clã eleitoral. Todos os ‘cidadãos’ agora habilitados para escolher o prefeito, a autoridade judiciária local e o chefe de polícia pertenciam à força de trabalho não-escrava, em tudo e por tudo dependente dos proprietários da terra. Os latifúndios detinham o monopólio do mercado de trabalho e, conseqüentemente, controlavam as vidas dos que deles dependiam. A oligarquização das estruturas políticas foi, portanto, produzida e legitimada pelos métodos liberais impostos pelo Governo .

Quando os conservadores reagiram e deram início à centralização imperial, os perdedores teriam sido os proprietários de terra e não os ‘cidadãos’. O sistema republicano, continua Oliveira Viana, não alterou o padrão básico das relações sociais e econômicas. A sociedade brasileira ainda era basicamente ofigárquica, familística e autoritária. A intervenção do Estado não representava, portanto, uma ameaça para os “cidadãos”, mas sim sua única esperança, se é que havia alguma, de proteção contra os oligarcas. Qualquer medida de descentralização, enquanto a sociedade continuasse a ser o que era, deixaria o poder cair nas mãos dos oligarcas, e a autoridade seria exercida mais para proteger os interesses privados dos oligarcas do que para promover o bem público. Em consequência, o liberalismo político conduziria, na realidade, a oligarquização do sistema e a utilização de recursos públicos para propósitos privados.

O liberalismo político seria impossível na ausência de uma sociedade liberal e a edificação de uma sociedade liberal requer um Estado suficientemente forte para romper os elos da sociedade familística. O autoritarismo seria assim instrumental para criar as condições sociais que tornariam o liberalismo político viável. Esta análise foi aceita, e seguida, por número relativamente grande de políticos e analistas que, depois da Revolução de 1930, lutaram pelo estabelecimento de um governo forte como forma de destruir as bases da antiga sociedade não liberal.”

Wanderley Guilherme aponta estas lacunas em seu pensamento: “Oliveira Viana deixou, entretanto, muitas perguntas sem resposta. Por exemplo: que agenda de reformas políticas, sociais e econômicas um Estado forte deveria cumprir para fazer da sociedade brasileira uma sociedade liberal? Aparentemente, Oliveira Viana só mencionou uma vez a reforma agrária e, por volta de 1952, quando foi publicada a segunda edição de seu livro **Instituições Políticas Brasileiras**, ainda se referia ao Brasil como basicamente rural, sem apreender integralmente o significado das transformações industriais e urbanas ocorridas desde a época em que visualizou as origens dos males sociais brasileiros. E apesar de haver colaborado na elaboração do código trabalhista e na montagem de estrutura judicial, destinada a administrar os conflitos industriais, parece-me que nunca compreendeu totalmente onde deveria procurar os atores políticos capazes de transformar a sociedade brasileira em uma comunidade liberal. Seu pensamento estava sempre voltado para uma elite política especial, vinda não se sabe de onde, e que transformaria a cultura política brasileira de tal forma que a sociedade se tornaria liberal mediante maciça conversão cultural.”

E possível verificar que as preocupações de Oliveira Viana seriam retomadas ainda na década de cinquenta, formulando-se como principal tema da agenda a implantação da sociedade industrial. A elite seria de caráter eminentemente técnico, cabendo-lhe ocupar segmentos importantes do aparelho estatal, tal seria a opção que se formula e sedimenta a partir da Comissão Mista Brasil--Estados Unidos. Ainda assim, restariam muitas perguntas, entre estas as seguintes: Em que ponto precisamente a Revolução de 1964 retomaria esse fio condutor? Além do empenho de atuação prática, ocorreria paralelamente elaboração teórica?

Ubiratan Macedo responde afirmativamente à segunda pergunta e indica de modo expresso: “A atual doutrina da Escola Superior de Guerra representa a evolução do nacionalismo de Alberto Torres e do pensamento de Oliveira Viana.”

#### **d) As idéias de Oliveira Viana e a nossa contemporânea história política**

Com a queda do Estado Novo, em 1945, a elite liberal comportou-se como se a única ameaça ao sistema democrático-constitucional viesse de Getúlio Vargas e seus herdeiros políticos. Ignorou-se solenemente a prática autoritária da República Velha e a incapacidade do sistema representativo, como o concebemos, em lograr a estabilidade política, conforme se verificara nos anos trinta. De sorte que voltamos a repetir aquela experiência malograda: sistema eleitoral proporcional; partidos políticos formados em torno de personalidades, desprovidos de programas ou doutrinas; e prática das alianças de legenda, que permitia a formação de algumas grandes bancadas, no Parlamento, ao arpejo

dos resultados proclamados nas urnas. Surgia de novo a evidência de que o sistema democrático era uma flor exótica, inadaptável ao nosso clima. Essa velha tese, contudo, aparece em feição renovada, muito provavelmente devido às idéias de Oliveira Viana ou, mais amplamente, do que Wanderley Guilherme chamou de autoritarismo instrumental. Agora não mais se exalta o autoritarismo contrapondo-o ao sistema representativo. Trata-se do instrumento adequado às reformas econômico-sociais, que darão suporte ao pretendido sistema liberal. Foi o que se viu em relação à Revolução de 64.

A Revolução de 1964 se fez, segundo a parcela mais representativa de sua liderança, para impedir que o Presidente da República em exercício, João Goulart, fechasse o Congresso, postergasse as eleições e proclamasse o que então se denominava de “república sindicalista”, espécie de socialismo caboclo que misturava fraseologia esquerdista e corrupção. A derrubada de Goulart facultaria a retomada do processo de exorcizar o fantasma de Getúlio Vargas da política brasileira, mediante a consolidação da democracia. As eleições de 1965 consagrariam a liderança e a vitória do então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que acrescera à pregação udenista tradicional (fidelidade aos princípios liberais, mas resumindo-os a fórmulas jurídicas, desatenta à problemática da representação) uma atuação governamental dinâmica. A vitória eleitoral de Lacerda permitiria, afinal, que a UDN chegasse ao poder com possibilidades efetivas de dar cumprimento ao seu programa. No ciclo anterior, a presença daquela agremiação no Poder, além de efêmera, se fizera por meio de lideranças não plenamente identificadas com seu ideário (Governo Café Filho, da morte de Getúlio Vargas em agosto de 1954 a novembro de 1955; e eleição de Jânio Quadros, que governou alguns meses de 1961, renunciando e provocando a crise que acabaria levando à derrubada de Goulart em março de 1964).

Consumado o afastamento de Goulart, entretanto, a Revolução de 1964 encontra dinâmica própria. Aos poucos assume como tarefa primordial a modernização econômica do País, adiando para período cada vez mais dilatado a prática democrática. O primeiro período presidencial exercido em seu nome (Castelo Branco) acabou durando três anos, isto é, não se resumindo ao término do mandato de Jânio Quadros, transitoriamente transferido a Goulart. As eleições de 1965 foram mantidas, mas apenas para governos estaduais. À derrota governamental em importantes unidades da Federação seguiu-se a dissolução dos partidos políticos. Promulgou-se nova Constituição em 1967, virtualmente revogada pelo AI-5 (Ato Institucional número cinco), decretado em dezembro de 1968. A imprensa e os meios de comunicação foram submetidos ao controle oficial. Consagra-se o princípio da eleição indireta dos mandatários dos executivos federal e estaduais. E assim emergiu plenamente nova forma de autoritarismo, insuspeitado quando da eclosão do movimento.

O novo surto autoritário não era certamente da mesma índole do castilhismo. Este, segundo se indicou, formulou-se na fase inicial da República, implantou-se firmemente no Rio Grande do Sul e acabaria transplantado ao

plano nacional por Getúlio Vargas. Vargas acresceria ao castilhismo a dimensão modernizadora. De certa forma, a Revolução de 1964 incorpora essa dimensão modernizadora, mas está longe de pretender, como o castilhismo getulista, constituir-se em alternativa para o sistema representativo. A Revolução de 1964 manteria o Parlamento, tolerando o crescimento da oposição. Ainda mais: assumindo o poder em 1974, o seu quarto mandatário, General Ernesto Geisel, que ocupara postos importantes no primeiro Governo (Castelo Branco), proclama que o projeto revolucionário não consiste apenas na modernização econômica em curso, devendo completar-se pela consolidação da democracia. Ao fim de seu Governo (1978) revoga-se o AI-5. O novo Presidente (João Figueiredo) realiza a anistia e dá início à reforma partidária de 1980. A liberdade de imprensa é restaurada em sua plenitude.

Embora o ciclo de reencontro do movimento de 1964 com a bandeira da plena instauração democrática --e que, naquela época, ainda se entendia como a eliminação do getulismo e a vitória do udenismo-- não se tenha concluído, parece evidente que o autoritarismo do período 1964/1978 não se identifica com as formas tradicionais do autoritarismo brasileiro, as mais importantes das quais são o conservadorismo (ou tradicionalismo) católico e o castilhismo. Ambos correspondem a uma recusa do sistema representativo, além de que não acalentavam nenhum projeto de modernização econômica. Na matéria, a proposta mais expressiva correspondia ao corporativismo, que não deixava de ser uma recusa da sociedade industrial.

O projeto de modernização econômica gestou-se no seio do Estado Novo, foi retomado no segundo Governo Vargas (sobretudo por meio da Comissão Mista Brasil--Estados Unidos, de que resultaria a criação do BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e apropriado pelo Governo Kubitschek (1956/1960), contando com a mais ferrenha oposição da UDN. Durante o período Jânio Quadros--João Goulart (1961/março de 1964), seria inteiramente abandonado, o que retira a possibilidade de considerar-se que a Revolução de 1964 a ele teria aderido por uma questão de inércia, já que não o encontrara em pleno curso. Tampouco se pode sugerir que a nova liderança militar chegando ao poder tivesse “descoberto” as verdades do getulismo --e que, à época, eram muito mais do chamado “pessedismo” que do braço trabalhista do mesmo getulismo, agora sob a liderança de Goulart-- e as limitações do udenismo, que era afinal a sua verdadeira base de sustentação política.

Os rumos seguidos pela Revolução de 1964 são reveladores da presença de forças sociais poderosas, visceralmente empenhadas na criação da sociedade industrial. O sucesso alcançado por esse projeto serve também para evidenciá-lo. Nesta oportunidade não desejaríamos encaminhar nossa investigação no sentido da identificação de tais forças sociais --o que, de certa forma, vem sendo efetivado pelos estudiosos do Estado Patrimonial, notadamente na obra de Simion Schwartzman--, mas de sugerir que essa nova versão do autoritarismo tem antecedentes doutrinários no pensamento político

brasileiro, representados, sobretudo, pela obra de Oliveira Viana.

Oliveira Viana nunca formulou plataforma de industrialização do País como instrumento adequado à formação do mercado nacional único e de classes sociais diferenciadas, meio hábil, portanto, para a consecução do seu projeto de liquidação da sociedade clânica tradicional. Essa plataforma seria elaborada pela elite técnica, aglutinada em torno do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico nos anos cinquenta, que o Governo Jânio--Goulart não conseguiu extinguir, sendo ressuscitada pelo Ministro Roberto Campos no primeiro Governo da Revolução de 64. Contudo, a obra doutrinária de Oliveira Viana, retomada pela Escola Superior de Guerra, dava foros teóricos à convicção sugerida pela prática do sistema representativo após 1945: não é possível realizar qualquer reforma no País se depender do Parlamento. Este guardara ciosamente em suas gavetas, naquele período, muitas leis consideradas essenciais. Assim, a minimização do papel do Congresso tornava-se requisito essencial para o desencadeamento do processo modernizador.

As doutrinas de Oliveira Viana tinham a vantagem adicional de que não se resumiam a considerar o autoritarismo como forma ideal permanente, mas apenas expediente transitório. A experiência do Estado Novo comprovava que a manutenção por prazos indefinidos do governo autoritário tampouco assegura a estabilidade política.

As doutrinas de Oliveira Viana tinham entretanto um defeito capital: a subestimação dos institutos do sistema representativo, que no seu horizonte intelectual pareciam resumir-se à fracassada experiência brasileira. Por isto, do conjunto da pregação de Rui Barbosa retiraria apenas o reconhecimento do papel do Poder Judiciário na implantação e consolidação das liberdades civis (**Instituições políticas brasileiras**, Metodologia do Direito Público, Cap. XII). Eximiu-se da tarefa de criticar o liberalismo brasileiro do período republicano à luz da própria doutrina liberal em sua evolução.

O que se perdeu na prática liberal brasileira foi a doutrina da representação de interesses. Se os interesses são diferenciados, não se trata de averlugar tecnocraticamente, de forma centralizada, que interesses (mais explicitamente: de que segmentos sociais) vamos erzir em interesse nacional. Isto só é possível mediante a livre disputa entre facções.

Aos partidos políticos compete circunscrever a massa de interesses a reduzido número de vetores e, em nome destes, disputar a preferência do eleitorado. No Brasil republicano, tudo se resume a Governo e Oposição. A pretexto dessa dicotomia acredita-se mesmo, em nossos dias, justificarem-se as alianças mais expúrias, sem que qualquer dos grupos envolvidos sinta-se obrigado a formular as respectivas plataformas, formando-se o caldo de cultura da indeterminação em que viceja o autoritarismo.

A missão da intelectualidade não é certamente sobrepor-se à classe política e alimentar ilusões quanto às virtualidades do iluminismo. O processo histórico tem seu curso qualquer que seja o vigor da intelectualidade respectiva. A

circunstância não nos desobriga do esforço de recuperar as tradições culturais do País, buscando tornar inteligíveis as linhas segundo as quais se desenvolve o curso real. E, neste, a linhagem representada por Oliveira Viana voltou certamente a ocupar lugar de primeiro plano. Cumpre, assim, reconhecer que se trata de tradição das mais fortes e arraigadas, remontando ao Marquês de Pombal. Corresponde, portanto, a uma das formas essenciais de nossa maneira de ser. Parecendo insuperável, nosso voto seria no sentido de que o afã modernizador se completasse pela incorporação plena do ideário do sistema representativo, desde que corresponde à maior realização da humanidade no plano da convivência social.

Rio de Janeiro, janeiro de 1982.

## ADENDO

Ao optar por manter inalterado o texto acima, elaborado em 1982, devo ao leitor um esclarecimento. Destinou-se a figurar na Coletânea Pensamento Político Republicano, idealizada por Carlos Henrique Cardim, na época Decano de Extensão da Universidade de Brasília (UnB), contando com o apoio da Câmara dos Deputados. Tratava-se de retirar, do esquecimento, diversas das obras relacionadas ao tema, devendo a introdução transcrita servir simultaneamente a **Populações Meridionais e Instituições Políticas Brasileiras**, reunidos num único volume. Reeditava ainda um outro livro de Oliveira Viana --**Problemas de direito corporativo**. Na apresentação deste último, Alberto Venâncio Filho denuncia o grau de irresponsabilidade com que vinha sendo criticado o autor, a ponto de, sem ler o texto, valerem-se do título para arrolá-lo como “corporativista”, isto é, com simpatias pelo fascismo, enquanto a corporação, para Oliveira Viana, era a forma assumida pelo capitalismo maduro, adotando o nome que nos Estados Unidos vinha sendo atribuído aos grandes conglomerados econômicos. Naquela altura, Marcos Almir Madeira (1916/2003) era uma voz isolada ao chamar a atenção para a importância de sua obra.

Em fins daquela década e no início da seguinte, na Coleção Reconquista do Brasil, da Editora Itatiaia, foram reeditadas as suas principais obras. Ali apareceu também, em caráter pioneiro, texto inédito do autor, da maior relevância: **História social da economia capitalista no Brasil**. Com a honestidade intelectual que o caracterizava, depois de pesquisar o tema durante alguns anos, convenceu-se de que o país não era um país capitalista e deu início a uma nova pesquisa, desta vez para cuidar do que denominou de “economia pré-capitalista”, de que somente concluiria a Introdução. Problemas de ordem técnica acabaram por inviabilizar a sua reedição na referida Coleção da Itatiaia.

Ainda em matéria de reedição, cabe referir as mais recentes, a cargo do Senado Federal (em 2005: **Populações Meridionais e Instituições Políticas**



**Brasileiras**, volumes autônomos).

A par disto, o autor tem merecido estudos importantes. Destacaria o que lhe dedicou Ricardo Vélez Rodriguez (**Oliveira Viana e o papel modernizador do Estado brasileiro**, Londrina, Editora UEL, 1997) bem como o esclarecedor ensaio de Ubiratan Macedo (1937/2007): “**Origens nacionais da doutrina da ESG**” (**Convívio**, v. 2, n.5, setembro/outubro, 1979). A UNICAMP dedicou um seminário ao seu pensamento, tendo contado com a presença de diversos estudiosos (entre outros João Quartim de Moraes e Francisco Iglesias), cujas conferências foram publicadas com apresentação de Elide Rugai Bastos (**O pensamento de Oliveira Viana**, Campinas, 1993).

Marcos Almir Madeira organizou a coletânea **Oliveira Viana e o mundo brasileiro**, ainda em 1940; elaborou a introdução à edição da José Olímpio de **Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil** (1958), publicada postumamente; o mesmo da 6ª edição de **Populações meridionais** (Editora Paz e Terra, 1973). Mais tarde, uma visão completa (“Posição e atualidade de Oliveira Viana”) in **O pensamento de Oliveira Viana** (UNICAMP, 1993).

### 3.A REFUTAÇÃO DA TESE CENTRAL DA HISTORIOGRAFIA MARXISTA

Os marxistas tipificaram o Estado brasileiro como uma instituição a serviço do latifúndio e do imperialismo. A economia do país seria agro-exportadora e um sistema desses interessava apenas ao imperialismo. Como os Estados Unidos correspondiam à principal nação visada, deixaram de lado a circunstância de ser o maior agro-exportador do mundo.

Veio o agronegócio. Ali onde se implantou, logo tornaram-se patentes as virtudes do capitalismo, traduzidas em razoável distribuição de renda. Núcleos de comunidades prósperas espalharam-se pelo Centro Sul. Sob os governos militares completou-se a Revolução Industrial.

Não havia remédio. O diagnóstico devia ser alterado já que o esquema agro-exportador não servia mais para nada. Com o brilhantismo que os caracteriza, nossos marxistas-positivistas decretaram: o Estado brasileiro acha-se ao serviço da classe dominante.

A realidade entretanto é muito outra. O Estado brasileiro é o verdadeiro dono do país. Vale dizer: o dono do país é a elite burocrática estatal, que se tem revelado extremamente competente, para manter e ampliar esse poder, ajudando a fomentar teorias supostamente marxistas que omitem o fator capital. Têm precisamente o mérito de tirá-la da berlinda, deixa de ser o foco da atenção. Na verdade, mais que isto, tem sido capaz de cooptar justamente aqueles segmentos que seriam seus opositores radicais. O Partido Comunista, atuando de forma ostensiva como agente e porta-voz de uma potência estrangeira, a antiga URSS,

jamais conseguiu aquele status. Ao mesmo tempo, contudo, a elite burocrática permitiu que sua chama nunca se extinguísse de todo, inclusive admitindo em seu seio notórios comunistas.

O caso do Partido dos Trabalhadores (PT) é emblemático. Chegando ao poder, continuou esgrimindo o antigo discurso mas colocando ao serviço dessa causa apenas um de seus segmentos. Lamentavelmente, o escolhido seria o Itamarati, instituição que sempre primara por uma atuação rigorosamente profissional, dado que um país das dimensões continentais como o Brasil, com tantas nações fronteiriças, precisava dispor de política externa permanente. O certo, contudo, é que ficou com a incumbência de fustigar o imperialismo (os Estados Unidos). Mas sempre em condições que não afetassem os interesses maiores das nossas relações com o grande potentado. No mais, os petistas locupletaram-se, ratificando a verdade profunda da sabedoria popular contida na crença de que “ninguém é de ferro”. A elite burocrática, entre outras coisas, institucionalizou a corrupção que, segundo a experiência, costuma proporcionar riqueza fácil, na maioria dos casos com reduzida taxa de risco. Os petistas foram logo, como se diz, “com muita sede ao pote”.

A elite burocrática nacional exerce com maestria a capacidade de silenciar o que de fato a incomoda. A discussão sobre a natureza patrimonialista do Estado brasileiro nunca prosperou, embora tivesse produzido análises magistrais, como as devidas a Simon Schwartzman. Procurarei sintetizá-las porquanto constitui a mais competente refutação de que o Estado estaria a serviço de outros grupos sociais e não de si mesmo, isto é, da elite burocrática que o integra e constitui.

Simon Schwartzman (natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, nascido em 1939), concluiu os cursos de sociologia e administração na Universidade Federal do estado natal (UFMG), doutorando-se em ciência política na Universidade da Califórnia (Berkeley, Estados Unidos). Seguiu a carreira do magistério, inicialmente na Fundação Getúlio Vargas, transferindo-se para o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Nesse período desenvolveu sua pesquisa fundamental sobre o Estado brasileiro como Estado Patrimonial, formulada de início em *São Paulo e o Estado Nacional* (1975), a seguir em diversos ensaios, culminando com o texto definitivo que intitulou de *Bases do autoritarismo brasileiro* (1982). Teria ainda oportunidade de coordenar a pesquisa patrocinada pela FINEP, de que resultaram os estudos e publicações acerca da comunidade científica do país. Desde a segunda metade da década de oitenta, decidiu dedicar-se ao estudo das instituições de ensino e sua prática, tendo logrado alcançar a mais ampla notoriedade na matéria. Organizou na USP o núcleo de estudo do ensino superior e participou de diversas obras coletivas, abrangendo outros países, publicadas no exterior. Exerceu também as funções de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesta oportunidade, vamos limitar-nos a procurar transmitir o essencial da investigação sobre patrimonialismo, contida em *Bases do autoritarismo brasileiro*.

Schwartzman parte da tese geral de que os interesses manifestados na esfera política não são facilmente identificáveis com aspirações econômicas bem determinadas. Não se trata de supor, enfatiza, que “a atividade política se dê em um mundo idílico, onde não existem interesses em jogo”. Essa dificuldade, acrescenta, não afeta apenas aos marxistas mas estes, mesmo quando não há qualquer evidência de seus postulados inventam explicações curiosas. Cita o exemplo de analista brasileiro dessa tendência. Não encontrando qualquer comprovação de que o proletariado estivesse desempenhando o papel de vanguarda, que a doutrina lhe destinava, explica-o pela complexidade do processo que denomina de “conscientização”. Trata-se portanto de uma crença à qual a realidade, no fim de contas, terá que se ajustar.

O fato capital, como diz, é que “a mais importante e óbvia razão para o fracasso dos modelos interpretativos mais correntes é que, se o Brasil não é certamente um país desenvolvido e industrializado como a Europa Ocidental e os Estados Unidos, também tem pouco a ver com uma sociedade “tradicional” ou “feudal”. O país foi, afinal de contas, colonizado por um dos principais centros de poder colonial de seu tempo e, desde sua independência, em 1822, manteve contatos intensos com os centros econômicos e culturais mais ativos do Ocidente, tais como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. A população nativa encontrada pelos portugueses era bastante rarefeita e foi eficazmente eliminada, tornando o Brasil radicalmente distinto de outros países latino-americanos em que a administração colonial foi superimposta a uma sociedade nativa tradicional, densa e bem organizada. Houve, certamente, a importação do escravo africano, mas a escravidão se concentrava justamente nos setores mais capitalizados, que eram os mais modernos do país. Desde o fim do século XIX o país transformou-se em um pólo de atração de correntes migratórias internacionais, principalmente da Itália, Portugal, Espanha, Alemanha e, posteriormente, Japão. O que temos, em síntese, é um país que se tem transformado, de acordo com linhas próprias, em função do tipo de colonização que sofreu e das relações que manteve com os centros mais dinâmicos da economia internacional. Estas linhas próprias, ou “pautas” – algumas das quais trataremos de examinar mais adiante – são perfeitamente “modernas”, ainda que não “desenvolvidas” e devem ser consideradas dentro de um marco conceitual específico e novo”.

Schwartzman insiste ainda em que, “no Brasil, é geralmente difícil estabelecer conexões precisas e bem determinadas entre governantes e decisões governamentais, de um lado, e classes sociais e grupos de interesses específicos, de outro”. Assim, o marco conceitual específico a ser utilizado compreende, de um lado, o exame da maneira como se estruturaram as regiões no país, a partir do que será possível desvendar a singularidade do Estado brasileiro. Por não se

achar vinculado a determinada classe não significa que devesse achar-se desprovido de suportes sociais. Do ponto de vista teórico, levará em conta a diversidade de linhas de estruturação das instituições políticas, ocorrida no Ocidente.

Vejam os primeiros a especificidade do desenvolvimento regional. A esse propósito escreve: “Estudiosos do sistema político brasileiro que trabalham com o modelo de representação de classes, ou de grupos, têm em geral dificuldade em reconhecer ou entender essa surpreendente fragilidade política do centro econômico do país. Um dos principais estudiosos dos movimentos populistas no Brasil, Francisco Weffort, depois de dizer que “é evidente que as condições paulistas são específicas de uma grande cidade industrial que ocupa posição única no Brasil”, afirma que, “exatamente por ser uma metrópole, ela se constitui em um modelo para análise da política de massas no Brasil”. O autor parece não considerar o fato de que São Paulo representa no país um caso único e atípico de industrialização e urbanização simultâneas, o que afeta sua utilidade como modelo para o resto do Brasil. Não se trata aqui de um simples equívoco, mas de uma dificuldade conceitual decorrente do modelo analítico implícito, que supõe uma identidade entre crescimento econômico-urbanização-industrialização-participação política. Essa identidade fica ainda mais transparente no trecho em que Paul Singer assenta o crescimento de Belo Horizonte, um caso extremo de urbanização sem industrialização, como o de São Paulo.”<sup>1</sup>

Justamente o fenômeno da urbanização sem industrialização permite desvendar o fato, tido na verdade como um mistério, de que a linha de estruturação das instituições políticas, seguida pelo Brasil, não obedece ao padrão fixado por aqueles países da Europa feudal que se transformaram nas sociedades capitalistas ocidentais. Estaria mais próximo da outra variante de sistema político, denominado de *patrimonialismo*. Afirma com toda propriedade que “essa distinção, de inspiração weberiana, não foi suficientemente explorada a ponto de, pelo menos, colocar em questão o paradigma teórico dominante que, ainda que derivada da primeira tradição histórica, é aplicada à segunda com grande perda de compreensão e poder explicativo.”

No que respeita ao *patrimonialismo*, forma de constituição das instituições políticas diversa da que resultou da passagem do feudalismo ao governo representativo, na Europa, Schwartzman discute sobretudo o problema da burocracia. A constituição de uma burocracia moderna, regendo-se por regras processuais, de todos conhecidas, caracteriza justamente a referida variante do Estado Moderno, enquanto no Estado Patrimonial a burocracia mantém-se como

---

<sup>1</sup> *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1982, p. 19-20.

a instância todo poderosa. Ao que suponho considerou desnecessária a repetição das considerações contidas em textos anteriores.<sup>2</sup>

A adequada compreensão do problema, a nosso ver, requer entretanto que se reconstitua todo o desdobramento dessa proposição conceitual. Optamos por fazê-lo em ADENDO, ao fim deste capítulo, a fim de não prejudicar o seu próprio raciocínio, que ora acompanhamos.

Schwartzman tipifica quatro regiões no país.

As duas primeiras seriam integradas, a primeira, por Minas Gerais e estados nordestinos e, a segunda, pelo Rio de Janeiro.

A antiga área nordestina de cultura da cana-de-açúcar, de um lado, e, de outro, as zonas em que se desenvolveram atividades mineradoras de Minas, têm em comum passado de riqueza e de proeminência econômica nacional. Desse passado ficou como herança concentrações urbanas, desprovidas de uma atividade econômica importante e de alta lucratividade, ao mesmo tempo que estrutura burocrática proveniente mesmo dos tempos da administração colonial. Por razões diferentes o Rio de Janeiro revestiu-se das mesmas características, enquanto capital do país.

A reconstituição do processo segundo o qual se constitui no país uma base social dependente da estrutura estatal burocrática, formada historicamente, passa pelo reconhecimento da existência daquelas regiões detentoras de concentrações urbanas e, ao mesmo tempo, desprovidas de outra fonte de sustentação, capaz de competir com o Estado. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Nordeste assumem tal característica.

A esse conjunto acresce o Rio Grande do Sul que, afirma o autor, “historicamente tem desempenhado, no sistema nacional, um papel político bastante desproporcional à seu tamanho e importância econômica.” Prossegue Schwartzman: “O Rio Grande parece ter desempenhado um papel semelhante ao que Portugal e Espanha desempenharam na Europa cristã: como um posto militar de fronteira, desenvolveu sua própria ortodoxia, o positivismo – em uma combinação peculiar, soma tradição militar e a cultura boiadeira – e uma forte oligarquia estadual, que reunia forças tanto para a luta contra o inimigo espanhol e *porteño* quanto para a luta pela autonomia em relação ao Império brasileiro. A região era base da ala mais importante do Exército brasileiro, fornecendo, também, uma parte considerável dos seus quadros. Desempenhou um papel bastante ativo na vida política nacional, desde a criação do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1882, na derrubada do Império, em 1889, e daí em diante.”<sup>3</sup>

Esclarece que, sem embargo da contribuição para a formação no país de uma agricultura moderna, de alta produtividade, “permanece o fato de que o papel político do Rio Grande, a nível nacional, tem historicamente mais a ver com a

---

<sup>2</sup> Entre a apresentação pioneira da hipótese ora considerada, contida em *São Paulo e o Estado nacional* (1975), o autor publicou diversos ensaios entre os quais *Corporativism and Patrimonialism in the seventies* (1976, publicado nos EE.UU. ), além de outros na revista *Dados* (Rio de Janeiro)s.

<sup>3</sup> *Bases do autoritarismo brasileiro*, ed. cit. pág. 34.

sua tradição militar, caudilhista, revolucionária e oligárquica, do que com os aspectos modernos e europeizados de sua economia e sociedade.”

Por fim, destoando desse conjunto, temos São Paulo. Afirma então: “Desde o início da história do país, a antiga Capitania de São Vicente se desenvolveu independentemente da administração central.”

A síntese dessa caracterização acha-se apresentada desta forma: “O Nordeste decadente, a economia mineira em decadência, o centro administrativo do país concentrado no Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul militarizado e em pé de guerra –são estes os núcleos principais deste país imenso que se manteria unido a duras penas no processo de independência.”<sup>4</sup>

Schwartzman completará a sua caracterização examinando o desdobramento histórico desse quadro, em dois capítulos sucessivos: “Do Império à República” (Cap. 5) e “A democracia representativa em perspectiva (Cap. 6). Este compreendendo o ciclo posterior a 45 e a crise em que desembocaria. Sendo o livro de 1982, não abrange portanto o período subsequente à abertura política. Antes de tecer algumas considerações relativas ao Estado Brasileiro como Estado Patrimonial nesta fase em que se coroa a Revolução Industrial, registro um comentário elucidativo --quanto ao traço essencial da burocracia estatal dominante-- a propósito das considerações de José Carlos Macedo Soares acerca das razões da participação paulista no movimento revolucionário ocorrido em 1924, no livro *Justiça –a revolta militar em São Paulo* (1925).

Depois de citar o trecho em apreço, comenta Schwartzman: “O que é notável neste texto é a clareza com que distingue dois tipos de política que existiam no país. Um “o alvo e ambição de quase todos os homens públicos do país,” são os “cargos de nomear”, de estabelecer clientelas pela distribuição de empregos. Neste tipo de política o cargo público era algo para ter e gerir, para aumentar o prestígio e a riqueza do político –uma espécie de patrimônio pessoal. O que os paulistas queriam, no entanto, era outra coisa. Eles tinham seus próprios patrimônios e estavam interessados em controlar os mecanismos de decisão, em poder influenciar as ações governamentais no sentido de facilitar e ajudar na consecução de seus objetivos econômicos próprios e privados. Para os paulistas, a política era uma forma de melhorar os seus negócios; para quase todos os outros a política era o seu negócio. É nisto que reside a diferença e, em última análise, a marginalidade política daquele estado.”<sup>5</sup>

O interesse na análise do tema do Estado Patrimonial Brasileiro, a partir dos anos setenta, advém do fato de que, nesse ciclo, completa-se a Revolução Industrial. Tal se deu, como sabemos, sob a égide do Estado. Oliveira Viana supunha que dessa intervenção resultaria no país o surgimento da base social requerida pelas instituições liberais. A Revolução Industrial deveria criar novos pólos de interesses, o que automaticamente iria requerer fosse institucionalizada

<sup>4</sup> Obra citada, edição citada, pág. 68.

<sup>5</sup> Idem, págs. 103/104.

a negociação entre tais interesses, em lugar do emprego da força<sup>6</sup>, razão de ser do Estado de Direito.

No auge dos governos militares, o Estado detinha cerca de 60% do patrimônio das cinco mil e trezentas maiores empresas não-agrícolas<sup>7</sup>. No setor siderúrgico, por exemplo, em 1975, o patrimônio líquido das empresas governamentais somava US\$ 7,6 bilhões contra US\$ 3,3 bilhões dos grupos privados. Depois daquela data, criaram-se mais duas grandes siderúrgicas estatais (Tubarão e Açominas). Nos setores elétrico, petróleo, petroquímica e telefonia o domínio estatal era absoluto. A égide estatal no setor bancário era igualmente incontestada.

Após a abertura, a Constituição de 88 consagrou a estatização da economia. Dada a gravidade dos problemas daí decorrentes, veio a ser reformada em 1994, o que permitiu fossem efetivadas algumas privatizações --sem dúvida relevantes --, a exemplo dos setores siderúrgico, telefonia e mineração. Manteve-se o domínio estatal na geração de energia e a existência da Petrobrás, além do controle sobre a parcela fundamental da infra-estrutura de transportes (rodovias e portos). Deste modo, a União preservou em suas mãos cobiçados “cargos de nomear”, justamente o que tipifica e justifica seja denominado de *patrimonial* instituição que detém patrimônio tão colossal.

Difícilmente será factível reverter tal quadro. A industrialização brasileira processou-se sob o lema da “substituição de importações”. O que não estava diretamente em mãos do Estado dependia e depende estritamente da sua proteção. O BNDES tornou-se a única agência de investimentos no país e orienta-se estritamente por aquele princípio.

Assim, a chamada indústria nacional não se transformou num contraponto à burocracia estatal. A circunstância explica, em grande medida, a baixa participação do comércio exterior na formação do PIB.

Ao que tudo indica, somente o agronegócio conseguiu criar mecanismos financeiros autônomos.

Portanto, em que pese tenha o Brasil se transformado numa nação industrial, a natureza do Estado não se alterou substancialmente. Ao invés de estar em mãos de estamentos da classe dominante, o Estado continua sendo o grande negócio da burocracia estatal, associada, como indicara Schwartzman, a segmentos expressivos da classe política, muitos dos quais, aliás, provêm diretamente daquele grupo social.

## **ADENDO --AS MODALIDADES BÁSICAS ASSUMIDAS PELO ESTADO MODERNO NA EUROPA**

<sup>6</sup> No *Curso de Ciência Política*, Gianfranco Pasquino expressa essa alternativa do seguinte modo: “...como é sabido, a experiência clássica do constitucionalismo anglo-saxão está marcada pela tentativa, no essencial coroada de êxito, de substituir as balas (*bullets*) por boletins de voto (*ballots*) como instrumento de resolução de conflitos, contando cabeças ao invés de as cortar”. (tradução portuguesa, Lisboa, Principia, 2003, pág. 53)

<sup>7</sup> Gilberto Paim –*Estoque brasileiro de capital segundo ua origem*. Rio de Janeiro, 1975.

### **a) Apresentação da questão**

Norberto Bobbio (1909/2004) sempre insistiu na diferença entre formas de Estado e formas de governo. Gianfrancesco Pasquino, autor do verbete dedicado às formas de governo, constante do famoso *Dicionário de Política* – que costuma ser citado como sendo da autoria de Bobbio –, circunscreve-as às diferenças verificadas no âmbito do Estado Democrático.<sup>(1)</sup>

No que respeita às formas de Estado, refere o abandono do critério aristotélico relativo à posse do poder (sendo de um, de poucos ou de todos), substituído modernamente pela diferenciação entre regimes autoritários, totalitários e democráticos.

Entretanto, do ângulo da evolução histórica e tratando-se da Europa, cumpre observar que o Estado Moderno assume duas modalidades básicas: *Estado Patrimonial* e *Estado de Direito*. Essa tipologia provém de Max Weber (1864/1919), estabelecida num contexto que irá exigir, de nossa parte, elucidar plenamente o que cumpriria destacar em sua caracterização.

### **b) Proveniência das duas modalidades**

Como pretendia descrever o que denominou de *tipos ideais*, Weber evitou situá-los temporal e historicamente. Em nosso caso, entretanto, torna-se imperativo fazê-lo.

Os *tipos ideais* em causa dizem respeito às formas pelas quais o exercício do poder se legitima perante a sociedade. As formas dessa legitimação seriam: 1ª) a dominação legal (ou racional); 2ª) a dominação tradicional; e, 3ª) a dominação carismática. Podemos assumir que o modo racional de legitimação corresponde ao Estado de Direito. Na descrição que empreendeu desse modelo, como será referido adiante, Weber focalizou sobretudo o caráter impessoal (burocrático) de seu exercício.

Na dominação tradicional, Weber indicou a existência de dois tipos básicos: o feudalismo e o patrimonialismo. Derivando-se ambos da mesma fonte, Weber identificou esta última com os sistemas patriarcais. Essa identificação, entretanto, precisa ser devidamente qualificada.

O próprio Reinhard Bendix – autor de *Max Weber – um perfil intelectual* (tradução brasileira, Brasília UnB, 1986) – advertiu para a necessidade dessa qualificação. A esse propósito afirma o seguinte, na obra indicada:

---

<sup>(1)</sup> A seu ver a distinção monarquia/república deve ser abandonada em favor da forma de governo parlamentar e da forma de governo presidencial. Tema destacado em sua análise corresponde à organização dos sistemas partidários.



"Weber desejava analisar os relacionamentos de poder que resultam da ampliação do grupo familiar do governante e dos modelos de interdependência entre chefes guerreiros e seus seguidores militares mais ou menos independentes. A verificação de tal análise deve referir-se à utilidade que possa ter para pesquisas ulteriores dos conceitos e problemas que foram formulados com base em elementos comparativos. Por essa razão, nem a crítica de detalhes históricos nem a exigência de conclusões definidas é estritamente relevante para a análise de Weber, qualquer que seja sua legitimidade em outros campos.

Isto não significa afirmar que a análise de Weber seja imune a críticas em seus próprios termos. É evidente, por exemplo, que o governo do grupo familiar patriarcal é fundamental para o tipo patrimonial de dominação tradicional, mas não – para o tipo feudal, e que, portanto, pode não ser adequado como modelo básico para ambos. É igualmente evidente que o regime patrimonial tende a ser pessoal, enquanto o regime feudal tende a ser impessoal e legalista, embora o relacionamento de fidelidade seja temperado por – uma ideologia personalizada. Estas considerações, e outras a elas correlatas, sugerem que poderia ter sido apropriado que Weber concebesse a dominação tradicional em termos dos dois modelos básicos do governo do grupo familiar patriarcal e do governo oligárquico sob a direção de um chefe, ao invés de tentar fazer derivar o feudalismo, assim como o patrimonialismo, do modelo patriarcal”.

Sob o feudalismo, a reunião de diversos feudos sob uma única direção deveu-se sobretudo às questões de segurança contra incursões externas. Além disto, também foi destacado que o titular daquele poder guardava determinados níveis de dependência em relação aos senhores que o sustentavam. A esse propósito, Regine Pernoud, renomada estudiosa da sociedade feudal francesa, indica que, "durante a maior parte da Idade Média o Rei da França, com o seu domínio exíguo, dispõe de recursos inferiores aos dos grandes vassalos"<sup>8</sup>. Assim, sob o feudalismo, formaram-se contrapesos ao poder do Monarca, consubstanciados num contrato (o contrato de vassalagem), que deu origem ao constitucionalismo, isto é, à formalização dos direitos conquistados pelos principais grupos sociais e, portanto, ao Estado de Direito, o equivalente da dominação racional tipificada por Weber.

Em contrapartida, a consolidação do feudalismo com as características descritas não se verificou em toda parte da Europa. No caso da Península Ibérica, como tem sido comprovado por estudiosos de grande projeção, não se formaram economias suficientemente fortes, capazes de contrastar o poder do Monarca. Na verdade, constituiu-se o que costuma ser caracterizado como *poder mais forte que a sociedade*, justamente o que singulariza o Estado Patrimonial. Tal é de igual modo o caso da Prússia. Provavelmente traços patrimoniais chegaram a ser preservados em países onde vingou o Estado de Direito que,

---

<sup>8</sup> Luz sobre a Idade Média. Tradução portuguesa. Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p. 64.

entretanto, não se teriam revelado fortes o suficiente para impedir esse desfecho, A vantagem dos modelos que Weber denominou de *tipos ideais* consiste em conduzir as análises à identificação daquilo que é essencial.

### **c) Características essenciais do Estado de Direito**

Ainda tomando por base o que referiu Bendix na obra indicada, os traços essenciais da dominação legal (o moderno Estado de Direito) são apresentados resumidamente adiante.

Bendix destaca que enquanto o surgimento concreto do Estado moderno ficava fora do escopo de sua pesquisa, tal não ocorria com os pré-requisitos institucionais de tal Estado. Weber dedicou também grande atenção às características expressamente racionais do Estado, que surgiram das lutas patrimoniais e feudais pelo poder e que podem ser encontradas apenas na civilização ocidental.

Antes de referir tais características, cabe indicar as pré-condições nas quais está baseado o Estado ocidental moderno. Essas pré-condições são: 1) a monopolização dos meios de dominação e administração com base em: a) a criação de um sistema permanente e centralmente dirigido de taxaço; b) a criação de uma força militar permanente e centralmente dirigida, nas mãos de uma autoridade governamental central; 2) a monopolização de promulgações legais e do uso legítimo da força pela autoridade central; e 3) a organização de um funcionalismo racionalmente orientado, cujo exercício de funções administrativas depende da autoridade central. Embora alguns desses atributos tenham existido em outros lugares, seu surgimento mais ou menos simultâneo é um fenômeno exclusivamente ocidental.

Quando o domínio da lei prevalece, as organizações burocráticas são governadas pelos seguintes princípios:

1) Os negócios oficiais são conduzidos em bases contínuas.

2) São conduzidos, também, de acordo com regras estipuladas em um órgão administrativo, caracterizado por três atributos inter-relacionados: a) o dever de cada funcionário executar certos tipos de trabalho é delimitado em termos de critérios impessoais; b) é dada ao funcionário a autoridade necessária para exercer suas funções; c) os meios de coação à sua disposição são estritamente limitados e as condições em que seu emprego é legítimo são claramente definidas.

3) As responsabilidades e a autoridade de todo funcionário são parte de uma hierarquia de autoridade. São atribuídas tarefas de supervisão a cargos mais altos e, aos mais baixos, o direito de apelação. Contudo, o grau de supervisão e as condições de recurso legítimo podem variar.

4) Os funcionários e outros empregados administrativos não são donos dos recursos necessários para o desempenho de suas funções, mas são responsáveis pelo uso desses recursos. Os negócios oficiais e os privados, a renda oficial e a privada são estritamente separados.

5) Os ocupantes dos cargos não podem se apropriar dos mesmos, no sentido de propriedade privada que pode ser vendida ou herdada. (Isso não exclui diversos direitos, como os de reivindicar pensão, condições regulamentadas de disciplina e demissão etc., mas tais direitos servem, ao menos em princípio, de incentivo ao melhor desempenho dos deveres. Não são direitos de propriedade.)

6) Os assuntos oficiais são conduzidos através de documentos escritos.

Na dominação legal, portanto, o cargo do funcionário burocrático é caracterizado pelos seguintes atributos: 1) Ele goza de liberdade pessoal e é designado para o cargo através de um contrato; 2) Ele exerce a autoridade a ele delegada de acordo com regras impessoais e sua lealdade, requisitada em nome da execução fiel de suas obrigações oficiais; 3) Sua designação e colocação no emprego dependem de suas qualificações técnicas; 4) Seu trabalho administrativo é sua ocupação em tempo integral; e 5) Seu trabalho é recompensado com um salário regular e pela perspectiva de promoções regulares em uma carreira estável.

Segundo Weber, essa organização é tecnicamente superior a todas as outras formas de administração, assim como a produção mecânica é superior a métodos não-mecânicos. Em precisão, rapidez, ausência de equívocos, conhecimento do registro documental, continuidade, senso de discricção, uniformidade de operação, sistema de subordinação e redução de atritos, a burocracia supera outras formas honoríficas e diletantes de administração. Essa lista de vantagens é longa, mas são vantagens relativas. Weber ressaltou que a burocracia tende a assumir forma agressiva, sendo indestrutível.

Finalizando suas considerações, Bendix adianta que Weber salientou que a forma de administração burocrática é tanto permanente quanto indispensável, contrariamente aos argumentos dos anarquistas e socialistas, que acreditam que a administração pode ser dispensada numa sociedade ideal ou usada para implementar uma ordem social mais equitativa. Na opinião de Weber, acrescenta, a burocracia veio para ficar e qualquer ordem social futura só promete ser mais opressiva que a sociedade capitalista de hoje.

#### **d) Características essenciais do Estado Patrimonial**

Na caracterização do Estado Patrimonial devida a Weber, num primeiro momento não requer teorizações que o justifiquem, apoiando-se estritamente na tradição. Contudo, tendo em vista a necessidade de absorver sucessivas

atividades – como forma de aumentar os benefícios dos que cercam o mandatário supremo – no processo de seu desenvolvimento irá suscitar a necessidade de comprovar que essa crescente expansão não se dá em benefício próprio mas de todo o povo. Em seu processo de expansão, essa espécie de ideologia desembocará na doutrina do "Pai dos pobres" e subseqüentemente nas chamadas "políticas sociais".

Ainda segundo Weber, essa mesma necessidade pode aparecer também quando o patrimonialismo "não se apóia em exércitos patrimoniais recrutados no exterior", o que o leva a depender da boa vontade dos súditos. "Contra as aspirações dos estamentos privilegiados, eventualmente perigosos para ele – prossegue –, o patrimonialismo serve-se das massas... Não o herói mas o príncipe "bondoso" é por toda parte o ideal glorificado na lenda das massas ... tem que se legitimar diante de si mesmo e dos súditos como protetor do "bem-estar" destes últimos. O Estado providente é a lenda do patrimonialismo que não brota da livre camaradagem, mas sim de uma relação autoritária entre pai e filho: o "pai do povo" é o ideal dos Estados Patrimoniais". Visto de fora, sobretudo da ótica ocidental, o czarismo era uma instituição odiosa e opressora. Na Rússia, entretanto, a massa do povo, os camponeses sobretudo, chamavam o Czar de "Paizinho".

Getúlio Vargas, que esteve no poder no Brasil de 1930 a 1945 – desde 1937 governando o país de forma ditatorial, no regime denominado Estado Novo – e que seria eleito, democraticamente, Presidente da República, em 1950, veio a ser chamado de *Pai dos pobres*. Não por esse fato, certamente, o tema da possibilidade de caracterizar-se o Estado Brasileiro como Estado Patrimonial mereceu diversos estudos, segundo se referiu em capítulos precedentes..

Contudo, a característica distintiva mais relevante desse tipo de Estado consiste em ter vindo a constituir *estrutura mais forte que a sociedade*. A elaboração doutrinária destinada a justificar o que Weber denominou de "forma patrimonial de dominação", naturalmente não poderia explicitar que precisamente nisto consistia o seu objetivo maior. Levando em conta que os homens aos constituírem uma tal estrutura visavam em especial a segurança, o exame desse aspecto deveria conduzir á hipótese de que a circunstância referida – o ter-se tornado mais poderosa que os seus instituidores – teria que ser considerada como resultado indesejado. Nessa convicção, a investigação conduzida por Wittfogel<sup>9</sup> visou justamente responder à pergunta: como se deu a formação de Estado mais forte que a sociedade? A resposta indica ter sido uma criação da sociedade agrária baseada em sistemas de irrigação. O processo de sua disseminação obedeceu a outras variáveis – igualmente identificadas por sua

---

<sup>9</sup> Karl August Wittfogel (1896/1988) é considerado como um dos autores que propiciaram desenvolvimento criativo da teoria weberiana do Estado Patrimonial, especialmente na obra *O despotismo oriental. Estudo comparativo do poder total* (1957, sucessivamente reeditado. A edição original inglesa foi traduzida em outros idiomas.

vasta pesquisa – para terminar nutrindo, em diversas partes do mundo, tradição cultural arraigada (e inamovível, por vezes), de muito difícil superação.

O interesse da discussão desse tema está longe de ser apenas acadêmico, revestindo-se, ao mesmo tempo, de grande relevância política. Trata-se de averiguar quais seria o caminho que poderia conduzir à transformação do Estado Patrimonial num Estado Liberal de Direito, preferência sem dúvida auto justificável. Chega-se mesmo a por em dúvida tal possibilidade, a partir do que ocorreu com a Prússia – Estado Patrimonial típico – que foi simplesmente eliminada do mapa, no último pós-guerra. Medida tão radical teria sido determinada pela evidência de que aquela nação, desde que fez sua emergência no cenário europeu, notabilizou-se pelo insaciável apetite de expansão territorial, insistindo em anexar parcelas de outros países, nutrindo deste modo sucessivas disputas que sempre terminaram em conflito bélico. Em contrapartida, invoca-se o exemplo da Espanha, outra estrutura estatal tipicamente patrimonialista, que vem trilhando sem maiores percalços o caminho da constituição do Estado de Direito.

#### 4. A MORALIDADE SOCIAL DO BRASILEIRO

Roberto DaMatta nasceu em 1936, sendo natural de Niterói. Fez curso de pós-graduação em antropologia social no Museu Nacional, seguindo a carreira universitária, nessa mesma instituição. Concluiu o doutorado, em idêntica área, na Universidade de Harvard, Estados Unidos. Foi professor visitante nas Universidades norte-americanas de Berkley e Notre Dame. É co-editor da revista **Current Antropology** e do **Anuário Antropológico**, este publicado regularmente pela Editora Tempo Brasileiro.

De início ocupou-se de etnografia, com base em pesquisas desenvolvidas junto às comunidades indígenas remanescentes no Médio Tocantins. Seu primeiro livro de sociologia, uma autêntica novidade, intitulou-se **Carnavais, malandros e heróis** (1979). A hipótese básica, então apresentada, seria desenvolvida em outras obras, entre estas **O que faz o Brasil, Brasil?** -1984, e **A casa e a rua**-1987. Registra uma grande presença na imprensa periódica.

Aquela hipótese básica seria utilizada para empreender uma ampla pesquisa, dirigida por um de seus discípulos, Alberto Carlos Almeida, que se ocupa, desde há muitos anos, da denominada Pesquisa Social Brasileira. Teve o mérito de apresentá-la em poucos conceitos, de fácil compreensão, sem empobrecer a riqueza originária. Seus resultados foram divulgados no livro **A cabeça do brasileiro** (Editora Record, 2007).

Almeida ressuscitou uma antiga dicotomia, o confronto entre **arcaico** e **moderno**, revestindo-o de grande vivacidade.

No Brasil, o arcaico é identificado com o que DaMatta comprovou ser a nossa característica central: “um país hierárquico no qual a posição social e a

origem são fundamentais para definir o que se pode e o que não se pode fazer; para saber se a pessoa está acima da lei ou se terá de cumpri-la.” A comprovação empírica dessa identificação não deu lugar à discussão que, supostamente, deveria ocorrer inevitavelmente. Foi bloqueada como tudo quanto, no plano teórico ou ideológico, contraria a elite burocrática, a serviço da qual se têm colocado sucessivos segmentos da intelectualidade.

Por entender que se trata de algo essencial, vou procurar sintetizá-la.

A pesquisa em apreço comprova que a maioria da população brasileira recorre ao que DaMatta denominou de **jeitinho brasileiro**, isto é, admite que regras essenciais para a sobrevivência da sociedade podem ser violadas. Estabelecendo-se uma certa gradação nesse “jeitinho” chega-se a conclusões espantosas. Por exemplo: “Para a população de baixa escolaridade, que apóia a quebra de regras patrocinada pelo “jeitinho brasileiro”, há também uma tendência em mostrar-se tolerante com a corrupção. Para muitas dessas pessoas, não há “esquecimento” das denúncias; elas simplesmente não são importantes.” (pág. 27)

Essa verificação correlaciona-se diretamente com a tese defendida pelos autores que tipificam o Estado brasileiro como Estado Patrimonial. Neste tipo de estrutura estatal, a alta burocracia e parte da elite política consideram que podem lidar com seus recursos como se fossem uma propriedade particular. Como mostramos precedentemente, Simon Schwartzman identifica tanto o processo histórico de sua constituição como a respectiva base social.

Nessa direção, a pesquisa dirigida por Carlos Alberto Almeida permite-lhe concluir que grande parte da população brasileira é patrimonialista, não tem espírito público, sendo a favor de mais intervenção do Estado na economia. Entre outras, as perguntas a seguir indicadas facultam as mencionadas conclusões. Antes de apresentá-las, cabe destacar a pertinência do planejamento adotado, tendo em vista a verdadeira feição do contexto social.

A metodologia adotada levou em conta a realidade brasileira no que respeita à escolaridade da população, que seria o parâmetro central na subdivisão do universo a ser pesquisado. Tiveram um peso mais ou menos proporcional os contingentes populacionais que tinham freqüentado até a quarta série isto é, o antigo primário (25% do universo pesquisado); da quinta à oitava séries, isto é, o atual primeiro grau (23%) e o ensino médio (31%). Os analfabetos e os que concluíram o ensino superior tiveram peso menor, respectivamente 9% e 12%.

A escolha em apreço tem muito a ver com a distribuição de nossa população, segundo os níveis de escolaridade. O grau de instrução do eleitorado brasileiro, na oportunidade da última eleição (2006) --equivalente a 125,8 milhões de pessoas, isto é, 70% da população--, apresentava-se deste modo: analfabeto, 7%; lê e escreve, 17%; primeiro grau incompleto, 35%. Temos portanto que cerca de 60% dos detentores do direito de voto, possuidores de título eleitoral, são virtualmente analfabetos.

A faixa subsequente distribui-se deste modo: primeiro grau completo, 8%; segundo grau incompleto, 17%; segundo grau completo, 11%; superior incompleto, 2%; superior completo, 3%.

Damos a seguir idéia sumária dos resultados da pesquisa.

As pessoas pertencentes aos grupos situados abaixo daqueles que freqüentaram a escola até à oitava série, em proporção superior a 50%, consideram certo o “jeitinho brasileiro”. Têm-no na conta de errado 52% dos que concluíram o ensino médio e 67% daqueles com nível superior.

No que respeita à aceitação da tradicional hierarquização da sociedade, foram feitas perguntas deste tipo: admissão de que a empregada assista televisão na sala; uso de elevador social; forma de tratamento do patrão (você ou senhor). O propósito era encontrar maneira de fazer as perguntas de modo o mais claro possível.

Constatou-se que as pessoas com menor escolaridade aceitam parte das liberalidades mas continuam chamando o patrão de senhor.

Nesses grupos de menor escolaridade aparece contingente que considera legítimo usar, em benefício próprio, o cargo público que ocupe. O mesmo ocorre em relação à presença do Estado na economia. É espantoso também verificar que, quanto mais baixa a escolaridade, mais pessoas se apresentam favoráveis à censura a programas da TV que façam críticas ao governo.

Em síntese, as pessoas com superior e nível médio completos são contrárias a certos comportamentos (enquanto os segmentos que não completaram o ensino médio são a favor), a exemplo dos seguintes: “jeitinho brasileiro; “você sabe com quem está falando?”; tratar a coisa pública como se fosse algo particular de cada um. Os dois grupos se distinguem em relação a outros comportamentos. Os de mais alta escolaridade são antifatalistas, tendem a não acreditar ou dar importância ao destino; confiam mais no amigos; são a favor de que as pessoas colaborem com o governo no zelo pelo espaço público; contra a lei do talião (por exemplo: estupro de preso que tenha praticado tal crime, pelos companheiros de cela); a favor de comportamentos sexuais diversificados; contra a intervenção do Estado na economia; contra a censura.

Transcrevo o essencial da conclusão.

Antonio Carlos Almeida esclarece que a intenção fundamental da pesquisa era averiguar, até que ponto o comportamento cotidiano de nossa população seria compatível com a prática democrática, tendo em mente a resposta negativa de Roberto DaMatta. Afirmar em resposta: “Nossa pesquisa mostrou que Roberto DaMatta está essencialmente correto. O Brasil é hierárquico, familista, patrimonialista e aprova tanto o “jeitinho brasileiro” quanto um amplo leque de comportamentos similares. Porém, uma qualificação importante precisa ser feita. O país não é monolítico, é uma sociedade dividida entre o arcaico e o moderno.”

Prossegue: “Se DaMatta estiver certo, a herança cultural portuguesa, com seu peso de 500 anos, leva o Brasil a ser culturalmente muito diferente dos Estados Unidos, em particular quanto a aspectos relevantes da vida social, como

o respeito à lei. Assim, mesmo que a escolaridade dos brasileiros aumente muito, as mudanças de visão de mundo, culturais e ideológicas resultantes seriam pequenas face ao legado ibérico. O Brasil continuaria bastante distinto de países anglo-saxões, como Estados Unidos e Inglaterra.”

Antonio Carlos Almeida considera, entretanto, que, os resultados da pesquisa levam-no a confiar em que a elevação dos níveis de escolaridade aproximará a cultura brasileira de outras culturas, inclusive as dos países anglo-saxões.

O trabalho liderado por Alberto Carlos Almeida é de extrema relevância. Naturalmente será lícito discordar do seu otimismo quanto à possibilidade de superação desse estado de coisas, pela simples elevação dos contingentes que concluam o ensino médio e o superior. Nesse particular, aliás, basta ver a composição do eleitorado brasileiro, antes apontada, para tornar-se patente que a grande prioridade é o Ensino Fundamental. Esse nível escolar atua de modo perverso, na contra-mão da tarefa que lhe compete: tornou-se o grande alimentador dos baixos níveis de escolaridade vigentes no país.

O patrimonialismo brasileiro é uma estrutura estatal que tem revelado ser mais forte que a sociedade. O esforço teria que ser desenvolvido nesta direção: reduzir o seu poder. Há muita coisa que poderia ser feita. Em primeiro lugar, atender à grande aspiração nacional no que se refere ao fortalecimento da Federação. E, em segundo, desfazer o nó de que resultou da industrialização com base na substituição de importações. Para tanto, basta substituir, na distribuição de incentivos e acesso a financiamentos oficiais, a obrigatoriedade dos chamados “índices de nacionalização” pelo princípio da parceria permanente com empresa estrangeira. Desde que se estenda à tecnologia, isto é, nos torne partícipes do processo correspondente (norma que, adotada no governo FHC, tem sido ignorado pelo governo petista).

Essa discussão somente irá prosperar se os resultados da pesquisa, de Alberto Carlos Almeida, forem levados a sério. É compreensível, portanto, que o patrimonialismo brasileiro, na pessoa daqueles que movem os seus cordéis, tenha tratado de silenciá-la.

Aproveito o ensejo para submeter, ao leitor, no ADENDO que se segue, a abordagem do tema --a nossa moralidade social básica-- de ângulo diverso daquele que nos é proposto pelos sociólogos.



## ADENDO

### CONTRIBUIÇÕES RECENTES AO DEBATE DA PROBLEMÁTICA ÉTICA NO BRASIL

#### A persistência da moral contra-reformista

Antonio Paim

##### a) A circunstância singular de Portugal

A Contra-Reforma em Portugal estendeu-se pelos séculos XVI, XVII e XVIII, estabelecendo uma espécie de cordão de isolamento em relação ao conjunto de manifestações do pensamento moderno. Em matéria de filosofia, manteve-se adstrita ao culto de Santo Tomás, no que Joaquim de Carvalho denominou de *Segunda escolástica portuguesa*. É óbvio que este movimento não se acha desprovido de interesse e até contribuiu para a reelaboração do conceito de metafísica, através da obra de Pedro da Fonseca (1528-1597)<sup>22</sup>. Contudo, bloqueou toda a discussão quanto ao papel e ao lugar da ciência moderna no conjunto do saber, fechando a questão em torno da física aristotélica, porquanto era de fé que existissem formas substanciais e acidentais; ou seja, tornou-se peça-chave na luta contra os protestantes no que respeita à graça da salvação e à própria função da Igreja.

Os enunciados teóricos, no plano da moral, limitam-se a reafirmar a suposição de que a lei moral se cumpre com vistas à vida eterna.

Essa reafirmação dos postulados de São Tomás encontra-se, basicamente, no primeiro livro do *curso conimbricense*, dedicado à *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, da lavra do padre Manuel de Góis (1545-1597), aparecido em 1586. Em Portugal não se fez nenhuma edição da própria obra de Aristóteles, limitando-se o acesso ao seu pensamento aos comentários citados. Com base nas diretrizes ali contidas, produz-se a obra dos chamados moralistas: em Portugal, o padre Manuel Fernandes — autor de *A alma instruída na doutrina da vida cristã* (1688) — e o padre Manuel Bernardes — *Estímulo prático para seguir o bem e fugir ao mal* (1730) —, entre outros, estudados por José Maurício de Carvalho<sup>23</sup> e, no Brasil, Nuno Marques Pereira (1652-1735) — *Compêndio narrativo do peregrino da América*, cinco edições entre 1728 e 1765 — e Feliciano de Sousa Nunes (1730-1808) — *Discursos políticos-morais* (1758) —, a partir dos quais organizou-se a antologia intitulada *Moralistas do século XVIII* (Rio de Janeiro, Documentário, 1979).

<sup>22</sup> Ferrater Mora observa que o preceptor de Leibniz estudou pela obra desse autor, o que se explica pelo fato de que os reformadores protestantes evitavam recorrer a Aristóteles.

<sup>23</sup> *Caminhos da moral moderna; a experiência luso-brasileira*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1995.

## b) Enunciados básicos

A julgar pelos textos até então mobilizados, a moral contra-reformista poderia ser caracterizada deste modo:

1. *O homem está na terra por simples castigo*, sendo uma verdadeira dádiva superar o mais rapidamente possível essa situação transitória. Nuno Marques Pereira escreve: “Sabei que é este mundo estrada de peregrinos e não lugar nem habitação de moradores porque a verdadeira pátria é o Céu, como assim adverte São Gregório. (...) E quem assim conhecer sua Pátria, com razão poderia dizer com David: ‘Ai de mim porque é prolongada a minha peregrinação’.”

2. *A condição de peregrino destina-se a fixar o lugar na vida eterna*. Ainda o mesmo autor: “E assim permitiu Deus que a vida fosse breve, para que ele nem com as propriedades se enobrecesse, vendo o pouco tempo que as havia de gozar, nem com os adversários perdesse o ânimo, vendo que em breve haviam de acabar. (...) tendo por grande aventura o comprar, com trabalhos de uma breve estada na terra, os gostos eternos na Glória, onde deve sempre ter o seu pensamento.”

3. *“O homem é um vil bicho da terra e um pouco de lodo”* (Nuno Marques Pereira). Trata-se de uma linhagem católica cuja expressão acabada parece encontrar-se em Lotário de Segni, elevado ao trono papal (1198-1216) com o nome de Inocêncio III, cujo *De contemptu mundi* (O desprezo do mundo) é revelador do mais solene desprezo não tanto pelo próprio mundo mas pela condição humana, colocada mesmo abaixo dos vegetais. Assim, escreve: “Anda pesquisando ervas e árvores; estas porém produzem flores, folhas e frutos e tu produzes de ti lândias, piolhos e vermes; elas lançam do seu interior azeite, vinho e bálsamo e tu, do teu corpo, saliva, urina, excrementos.” Comentando esse texto, pareceu a Rodolfo Mondolfo (1877-1976) que, não obstante o humanismo franciscano, teria predominado no pensamento medieval “a exigência geral de humildade de parte do homem, afirmando a dependência da revelação e da autoridade”, o que explicaria a reação do Renascimento (*Figuras e ideas de la filosofia dei Renacimiento*, Buenos Aires, Ed. Losada, 1954; tradução brasileira, Mestre Jou, 1967).

4. *Condenação da riqueza*. É conhecido o refrão segundo o qual seria mais fácil a passagem de um calibre (cabo de certa espessura usado em embarcações) pelo fundo de uma agulha do que se dar a entrada do rico nos reinos do céu. Essa passagem bíblica seria glosada ao paroxismo pela Contra-Reforma portuguesa. Feliciano de Sousa Nunes, nos seus *Discursos políticos-morais* (1758), escreve o seguinte: “As maiores riquezas que pode lograr o homem é a salvação, a liberdade e a vida. E se com a riqueza excessiva a salvação se arrisca, a liberdade se perde e a vida se estraga, como não virá o homem a ser

tanto mais necessitado quanto for mais rico? Como não será a sua riqueza excessiva o mais certo prognóstico da sua maior necessidade e miséria? (...) Que se estrague a vida com os excessos da riqueza, não é necessário que o discurso o mostre, basta que a experiência o veja. São tantos os exemplos que esta a cada passo nos oferece que parece escusado nos diga Plínio, que penetrando os ricos no centro da terra vão buscar as suas riquezas à mesma região dos mortos; e mais desnecessário lembrar que Saul por querer um reino perdeu a vida; que Adão, por comer superfluamente um pomo, ficou a tantas misérias sujeito; e que Baltazar pelas suas demasias se viu em uma noite condenado à morte; e nem de outros muitos que acompanhando aquele rico miserável do Evangelho ainda nesta vida chegaram a não ter uma gota d'água, pelos excessos das suas riquezas. (...) porque ainda que ignorássemos o que a respeito nos dizem São Mateus, São Marcos, Santo Agostinho e outros muitos Santos e Doutores da Igreja de Deus, (...) deles o réprobos, também se lastima Cristo (...) e por isso diz São Jerônimo que todas as grandes riquezas são filhas ou netas da iniquidade ou injustiça porque um não pode achar o que o outro não tem perdido; concluindo com aquela sentença de Aristóteles, que o rico ou é injusto ou do injusto é herdeiro.”

5. Nuno Marques Pereira fala da “santa virtude da pobreza” e esclarece: “a pobreza é um hábito da vontade humana alumada do entendimento e se contenta um homem com só aquilo que lhe é necessário e lhe basta, desprezando o supérfluo e o desnecessário (...) Esta mesma professam todos os estados de pessoas que fazem particular voto dela, como virtude que abre o caminho para a entrada do repouso eterno. (...) E desta participam também todos os ricos que repartem com Deus e com seus pobres o que lhe sobra do sustento necessário de seus estados e dignidades”.

No caso do Brasil, pode-se inquestionavelmente tomar os textos de Nuno Marques Pereira e de Feliciano de Sousa Nunes como expressivos do estado de espírito da elite dirigente até mais ou menos os meados do século XVIII, quando Pombal se dispõe a combatê-lo. *O compêndio narrativo do peregrino da América* de Nuno Marques Pereira, é apontado como o único livro que mereceu cinco edições sucessivas entre 1728 e 1765, em meio a atividade editorial deveras escassa. Feliciano Sousa Nunes era alto funcionário da administração do Rio de Janeiro, sendo além disto o fundador da *Academia dos Seletos*, que reunia a intelectualidade local.

### c) **Indícios da persistência**

São muito eloqüentes as evidências de que a moral contra-reformista tornou-se um dos ingredientes fundamentais de nossa moralidade social básica. O ódio ao lucro e à riqueza são sentimentos amplamente difundidos, sendo muito generalizada a condenação ao capitalismo. Defendê-lo, ainda hoje, não deixa de ser uma temeridade. A esse propósito registro alguns fatos que parecem

eloqüentes.

Num debate recente acerca do liberalismo social entrevistaram as diversas correntes de opinião existentes no país (socialistas, social-democratas, liberais sociais e conservadores liberais). Representando os socialistas, o jornalista Reynaldo Jardim afirmou que optaria pelo que chamou de socialismo liberal. Neste os trabalhadores disporiam de direitos e padrão de vida equiparáveis aos existentes nos países desenvolvidos, circunstância que não registra talvez por desconhecer o que seja Welfare State. Asseguradas tais conquistas aos trabalhadores, o socialismo liberal garantiria ao capitalista o direito de fazer o que quisesse com o dinheiro que lhe sobrasse. E prossegue: “Ele tem cinco aviões, palácios em Amsterdam, toma banho com champanha francesa. Ótimo, desde que esteja cumprindo um estatuto que assegura a quem trabalha condições de vida decentes” (*Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1992). Vê-se que o Sr. Reynaldo Jardim tem ódio à riqueza e ao lucro, desprezando os empresários que, na sua visão, não têm nenhuma função social.

Esse sentimento de ódio irracional diante do lucro e da riqueza é algo de mais difundido do que se pode imaginar na atual realidade brasileira. Registro depoimento expressivo de uma personalidade que, acredito, simbolizou a mentalidade que presidiu a modernização econômica promovida pelos governos militares, o general Alencastro e Silva. O conhecido militar, em seu livro *Telecomunicações — histórias para a história* (1990), diz, entre outras coisas, que “o lucro muitas vezes cheira mal..A vida me ensinou a aceitar, embora com repugnância, este determinismo do regime capitalista”.

Onde será que o general Alencastro adquiriu essa vivência com o capitalismo que lhe provocou tamanha repugnância? Em sua biografia consta ter transitado diretamente dos quartéis para cargos na burocracia a exemplo da Telebrás. Tudo leva a crer que ele sempre soube que o capitalismo não prestava, que o lucro cheira mal.

O capitalismo inventou o telefone e difundiu-o. Realizou maravilhas no plano das Comunicações. O general tem na devida conta essas conquistas da técnica. Mas nem de longe as associa ao capitalismo. Na sua visão, este veio do esterco. É interessante registrar essa idéia de que riqueza provém de algum lugar tenebroso, que nos é tão familiar, desde pelo menos o século XVIII.

A recusa do capitalismo antes mesmo de vivenciá-lo não é fenômeno recente em nosso país, mas relativamente velho. Numa primeira aproximação vamos encontrá-la nas últimas décadas do século passado.

O socialismo surgiu como uma reação moral dos intelectuais aos efeitos sociais da Revolução Industrial, com a formação de grandes aglomerações urbanas e, o trabalho fabril baseado em jornadas intermináveis. Romancistas de enorme talento, como Dickens, carregaram nas tintas — embora sua obra tenha sobrevivido como expressiva da maldade humana, em geral, e não da maldade capitalista, em particular —, e sua mensagem há de ter calado fundo na consciência da elite da época. Dando notícias dos levantamentos — alguns

privados e outros oficiais, que então se fizeram —, os historiadores portenhos Ellauri e Baridon escrevem: “Na cidade inglesa de Manchester, mais da metade habitava em sótãos. Na França, os operários têxteis trabalhavam de 16 a 17 horas por dia e recebiam salário miserável. Nas minas de carvão da Inglaterra, as crianças arrastavam vagonetes pelas galerias nas quais era difícil passar um adulto, em troca de pagamento ínfimo. Na Alemanha, algumas indústrias utilizavam os serviços de menores de até cinco anos de idade. Em toda parte, as mulheres recebiam remuneração extremamente reduzida. A mortalidade dos proletários assumiu caráter alarmante” (*História universal-. Época Contemporânea*, 17ª edição, Buenos Aires, Kapelusz, 1972).

De sorte que o socialismo obedece a uma inspiração eminentemente moral. Os fundadores dessa doutrina provêm todos da elite proprietária ou da alta intelectualidade. Exagerou-se o fato de que Proudhon tenha sido tipógrafo e revisor — o que se supõe haja causado viva impressão em nosso Antero de Quental —, enquanto procurou-se dourar a condição de fabricante de cerveja de seu pai. A exemplo de Jesus Silva Herzog – incumbido de preparar para o Fondo de Cultura do México uma *Antologia do pensamento econômico-social*, aparecida em 1963 —, que escreve: “su padre fue un honrado elaborador de cerveza en pequeña escala”.

Esses homens de elite, diante de uma situação real, que se desenvolvia às suas vistas, imaginaram uma solução radical. Abolir o capitalismo para, em seu lugar, colocar um regime baseado na Justiça. O substrato último dessa colocação reside no suposto de que as pessoas seriam (ou poderiam ser), como eles próprios, seres morais. Não pretendo discutir agora essa premissa, mas não poderia deixar de assinalar que se trata de uma impossibilidade.

Nesta altura, cabe perguntar: como se passaram as coisas onde não houve Revolução Industrial, onde não surgiram fábricas concentradoras de grandes contingentes humanos onde não se verificou nenhuma “fome de aço” e, para tanto, não foi preciso mobilizar todas as pessoas aptas ao trabalho, mesmo crianças, e enfiá-las em soturnas galerias de minas subterrâneas?

Creio que foi Sílvio Romero o primeiro pensador a enfrentar essa questão. Na segunda edição de seu livro *Doutrina contra doutrina*, aparecida em 1895, inseriu uma longa introdução com este título: “Os novos partidos políticos no Brasil e o grupo positivista entre eles”. Nesse texto Sílvio Romero faz profissão de fé socialista mas não se furta ao registro do caráter artificial das agremiações surgidas no país (“temos nós aqui também o nosso partido operário, segundo todos os sintomas; temo-lo até já dividido entre três ou quatro grupos, conforme não menos evidentes sinais”). Acrescenta: “As grandes leis da história hão de se cumprir também no Brasil; nós também havemos de ter o nosso quarto estrato triunfante. Não há dúvida. (...) Mas para que, por prazer de imitação, ou por qualquer outro móvel ainda menos desculpável, havemos de fantasiar fatos que não possuímos, problemas que não nos assentam e só podem servir para

aumentar a confusão, desnortear os espíritos e dificultar a vida da nação?”

Na visão de Sílvio Romero, “as condições para a existência de um partido reivindicador dessa natureza são sempre e por toda parte: país demasiado cheio de população, concentrada esta especialmente em grandes cidades industriais”. Parece-lhe, com razão, que a situação do Brasil em nada se assemelha à dos países industriais. Com a pequena exceção de alguns fazendeiros, senhores de engenho ou proprietários urbanos, a grande massa é pobre, mesmo os pequenos proprietários urbanos e rurais. Se tivessem sido feitos aqui estudos como os que se promoveram na Europa sobre a situação da classe operária — menciona os devidos “a Carlos Marx e Engels sobre as classes operárias na Inglaterra; os de Bebel e Liebknecht sobre as da Alemanha” —, ninguém se lembraria de comparar aos burgueses ricos dos países abastados nossa elite proprietária. A pequena indústria local é sempre insignificante. O país nitidamente não dispõe de poupança para empreender o caminho da industrialização.

Ora, sejamos francos, continua Sílvio Romero, “onde está aí, em todas essas classes, o trabalhador famélico que veja suas forças exploradas criminosamente pelo capitalismo? Não está em parte alguma, é a resposta irrefragável”. Avança esta conclusão: “É por isso que o caráter de macaqueação da democracia social brasileira é visível a olhos desarmados. Na Europa, a grande massa estruge famélica: aqui espera talvez fazer alguma greve pilélica sonhada por algum deputado ambicioso. Na Europa, quando não está na luta pertinaz, comemora suas datas com manifestações assombrosas; aqui faz alguma passeata acadêmica ou vai ao São Pedro ou ao Lucinda assistir algum espetáculo burguês.”

Sílvio Romero limita-se entretanto a fazer a constatação e não a aprofunda, ainda que não se possa negar-lhe o mérito de haver contribuído para o surgimento da sociologia brasileira, isto é, o empenho de voltar-se para a realidade social e tentar compreendê-la. Mas, na verdade, o culturalismo sociológico que introduziu em nosso meio demoraria muito até descobrir o significado da valoração moral, na obra de Oliveira Viana, ou mais precisamente para chegar ao ponto de partida do culturalismo de Tobias Barreto em sua genialidade, que nunca é demais enaltecer, ao indicar que a moral perpassa a sociedade e permite compreendê-la.

Como se vê, o socialismo da geração brasileira que fez sua aparição nas últimas décadas do século passado não tem, do lado da sociedade, nada que lhe corresponda autenticamente. Essa espécie de socialismo é, portanto, anterior ao capitalismo.

Do que precede, parece evidente a longa sobrevivência, em nosso meio, da moral contra-reformista, que, aliás, tem passado incólume, isto é, sem merecer a necessária avaliação crítica, razão pela qual imprescindível se torna efetivá-la.

#### **d) Avaliação crítica**

No interior da cultura persistem muitas interrogações. Como se consolidam as tradições culturais, ou melhor, como se dá que determinadas opções tornam-se impregnantes e permanecem no tempo? Tanto a sua duração como o próprio começo constituem grandes mistérios. No caso aqui tratado, para o historiador das idéias resta ainda uma questão intrigante: será que a longa sobrevivência da moral contra-reformista não reside na circunstância de que jamais haja sido criticada? O fato, igualmente curioso, é que esse ideário moral atravessou sem percalços as centúrias subseqüentes desde a segunda metade do século XVIII. Pombal poderia ter-lhe desfechado um golpe de morte mas preferiu concentrar-se nas conseqüências mais visíveis, isto é, a perda de bonde da história ao voltar as costas à Época Moderna, buscando de alguma forma recuperar o tempo perdido. Quando se deu início à organização do sistema representativo, no Segundo Reinado, perdeu-se outra oportunidade ao manter-se a religião oficial e, portanto, na prática, perpetuar a subordinação da moral à religião, prerrogativa de que souberam valer-se, no plano teórico, os tradicionalistas sob a competente liderança de d. Romualdo Seixas (1787-1860). Na discussão moral realizada nesse período, os ecléticos não conseguiram distinguir-se dos tradicionalistas, ou só o fizeram tardiamente, ao aderir à doutrina formulada por Paul Janet (1823-1899), nos anos oitenta, quando o inimigo a combater já era outro. Este iria inaugurar todo um século de cientificismo moral, com o agravante de que, pelo menos em duas circunstâncias concretas, contribui para o fortalecimento da tradição moral contra-reformista, sob o Apostolado Positivista e na versão positivista do marxismo, de certa forma confundida no plano político, em épocas mais recentes, com a pregação socialista dos católicos.

Cabe portanto perguntar: a história teria sido a mesma se a moral contra-reformista tivesse sido devidamente criticada?

De todos os modos, essa crítica não mais pode ser postergada, razão pela qual proponho-me a dar esse primeiro passo, na esperança de que possa vir a ser aperfeiçoado.

A moral contra-reformista deve ser enfrentada em primeiro lugar, no próprio plano religioso em que se apresenta e só subseqüentemente no plano moral.

Não há nenhuma dúvida de que o texto bíblico faz nitidamente uma opção pelos pobres. Os estudiosos entendem que, ao tratar de questões concretas relacionadas à sobrevivência material, os grandes profetas, instituidores da religião judaica, não poderiam deixar de refletir a situação real do estado civilizatório em que se encontravam. A sociedade havia superado o nomadismo, tornando-se sedentária. A agricultura e os criatórios constituíam-se nas atividades predominantes. Sobretudo a agricultura dependia inteiramente das condições naturais. Cabe lembrar a história de José, vendido como escravo aos

egípcios pelos próprios irmãos, que se revelou administrador, tendo galgado altos postos na administração do faraó. Sua grande façanha consistiu em fazer provisões para enfrentar anos de seca, alertado por um sonho do faraó que interpretou de forma adequada (Gn. 39, 42). A questão que se coloca pode ser formulada deste modo: preceitos bíblicos relacionados a situações concretas (mais precisamente a determinado estado civilizatório e, no caso específico, às atividades econômicas predominantemente agrícolas) devem permanecer inalterados se aquelas circunstâncias se modificam?

A tradição judaica deu a essa pergunta uma resposta muito precisa no que se refere ao perdão das dívidas que deveria ocorrer no ano de jubileu (a cada sete anos e no cinquentenário seguinte ao sétimo jubileu consecutivo), sendo este o texto bíblico: “No sétimo ano farás a remissão, a qual será celebrada desta maneira. Aquele a quem é devida alguma coisa por seu amigo, ou por seu próximo, ou por seu irmão, não a poderá exigir, porque é ano da remissão do Senhor. Poderá exigi-la do peregrino e do estrangeiro, mas não terás direito de a exigir dos teus compatriotas nem do teu vizinho” (Dt. 15).

O preceito em causa estava relacionado à atividade agrícola: o agricultor pobre, em ano de colheita ruim, podia recorrer aos fazendeiros mais bem sucedidos, obtendo meios para o seu sustento e da família, sem receio de perda da propriedade ou outros danos maiores se as condições naturais permanecessem desfavoráveis e não pudesse repor o empréstimo logo nas colheitas seguintes. Como disse o sábio Hillel, segundo a tradição oral, tratava-se de ajudar aos pobres. Para preservar o espírito da recomendação, diante de situações requerendo empréstimos, devidas a outras circunstâncias, notadamente comerciais, Hillel concebeu o que se denominou de *prosbul*, isto é, o registro dos empréstimos que poderiam ser cobrados no tempo devido, independentemente do jubileu. A par disto, o próprio instituto do jubileu caiu em desuso a partir da época da destruição do Primeiro Templo, em 588 a.C., quando as tribos do Norte foram exiladas e jamais regressaram à sua terra ancestral.

Para compreender devidamente o poder e os limites dos grandes rabinos de reinterpretar disposições contidas no texto sagrado, convém ter presente que os judeus não tomam o Velho Testamento como um bloco único, devendo-se essa praxe aos cristãos, graças à criação do que se denominou de Novo Testamento. Na tradição judaica, os cinco livros do Pentateuco formam um corpo autônomo, designado como *Torah* (a Lei), no qual a figura central é Moisés, contendo 613 mandamentos, isto é, regras de comportamento para os principais aspectos da vida. Segundo aquela tradição, a *Torah* foi ditada por Deus a Moisés em torno de 1200 a.C., logo depois do êxodo do Egito. Os demais livros do que chamamos de Velho Testamento estão subdivididos deste modo: os 21 iniciais constituem o *Nevim*, considerado como relato histórico do povo de Israel desde a morte de Moisés à destruição do Primeiro Templo e o denominado exílio da Babilônia (586 a.C., como indicamos). Os textos subseqüentes são chamados de *Katuvim*, reunindo relatos históricos e de outra



índole (o livro de Job, por exemplo).

Em torno da Torah criou-se uma grande tradição de comentários orais, somente compilados em nossa era por volta dos anos 200. Na opinião do rabino Joseph Telushkin, autor de vasta caracterização das principais tradições judaicas<sup>24</sup>, compilação tão tardia deve-se ao fato de que os rabinos supunham que o texto oral obrigava os alunos “a manter relações estreitas com seus mestres, entendendo que os mestres, e não os livros, conservam melhor a tradição judaica”. Essa primeira compilação é conhecida como *Talmud da Babilônia*, que, por sua vez, suscitou novas discussões a ela agregadas, por volta do ano 400, no *Talmud Palestino*. Esses ensinamentos são também conhecidos como *Mishna*<sup>25</sup>.

Hillel, o autor da fórmula denominada de *prosbul*, é uma das grandes figuras religiosas e morais do judaísmo. Presumivelmente viveu no século inicial do primeiro milênio antes de nossa era, isto é, três séculos depois de Moisés, quando a vida econômico-social muito se sofisticara. Devia ser um homem preocupado com a aplicação do código naquilo que chamaríamos hoje de “cláusulas pétreas”. Assim, entre as máximas que proferiu e vieram a ser preservadas, consta a seguinte: “O que lhe é prejudicial não faça ao seu vizinho. O resto é comentário — agora vá e estude (ou reflita).”

O *prosbul* e o subsequente abandono do ano do jubileu têm sido estudado por eruditos de nomeada. Suas principais conclusões foram resumidas por David Novak, professor de Estudos do Judaísmo Moderno, na Universidade de Virgínia, e publicadas por Peter Berger na coletânea a que deu o título de *The Capitalist Spirit. Towards a Religious Ethic of Wealth Creation* (San Francisco, California, Institute for Contemporary Studies — ICS, 1990).

O estudo de David Novak intitula-se “Economics and Justice: a Jewish Example”. Segundo afirma, a prática inalterada do ano do jubileu manteve-se “até a época de Hillel, o Velho, que liderava o povo judeu na Palestina, durante o primeiro século a.C. A *Mishna* menciona especificamente que este grande e influente sábio inventou procedimento chamado *prosbul* para possibilitar o reembolso dos empréstimos durante o ano sabático sem violação literal da lei bíblica. Sem essa medida, o sistema de empréstimo do rico ao pobre corria o risco de entrar em colapso”. A *Mishna* descreve o *prosbul*, continua, como consistindo num documento firmado perante a Corte, autorizando-a cobrar o empréstimo considerado na transação, e designa-o, escreve David Novak, “como um dos ordenamentos de Hillel destinados ao ‘reparo do mundo’, que é um conceito rabínico similar ao *Bonum cum mane*, onde o bem da sociedade como um todo requer o ajustamento de direitos legais privados”.

<sup>24</sup> *Jewish Literacy. The Most Important Things to Know About the Jewish Religion, its People and its History*, Nova York, Willian Morrow, 1991.

<sup>25</sup> A riqueza desses ensinamentos morais, preservados pelos judeus, pode ser visualizada na magnífica antologia preparada por J. Guinsburg, *Do estudo e da oração*, São Paulo, Perspectiva, 1968.

Prosseguindo na exposição, escreve esse autor “Na mais compreensiva monografia crítica de que dispomos, acerca do *prosbul*, o erudito judeu húngaro Ludwig Blau argumentava, há cerca de sessenta anos, que o *prosbul* tornou-se necessário quando o povo judeu da Palestina deixou de ser basicamente uma comunidade agrícola e transformou-se, em resposta às novas circunstâncias econômicas existentes no mundo ao seu redor, numa comunidade de artesãos e comerciantes. Foi essa mudança fundamental na economia que tornou necessário procedimento que alterasse o efeito da lei, preservando a sua letra. Blau entende a situação como um conflito básico entre a moralidade religiosa e a realidade econômica, exigindo aquela espécie de compromisso.” O texto a que se refere foi publicado em Budapeste no ano de 1927.

Na comunidade instituída na Palestina, sob rigorosa base religiosa — mostra David Novak — a riqueza era parte de um sistema que repousava na inteira posse da terra de Israel pelas doze tribos. Tratava-se de um sistema econômico fechado. O ano do jubileu visava assegurar a transmissão inalterada dessa herança a seus membros. Desde que o território de Israel deixa de estar sob o controle das doze tribos originais, em decorrência do exílio (e da chamada diáspora), subsequente ao século VI a.C., “os rabinos reconhecem que o sistema do jubileu não mais podia funcionar”.

Maimonides (1135-1204) não refere expressamente o *prosbul*, mas tem presente que o preceito relativo ao perdão das dívidas está relacionado à atividade agrícola e à adequada distribuição da terra entre as doze tribos. Assim, é digno de registro que no 136º Preceito Positivo, relativo à santificação do ano do jubileu (cinquenta anos), observa o seguinte: “O Jubileu é observado apenas na Terra de Israel, e com a condição de que cada tribo permaneça em seu próprio lugar, ou seja, que cada uma permaneça no seu território da Terra de Israel, e que não se misturem umas com as outras.” No Jubileu (139º Preceito Positivo), as terras voltam aos seus proprietários originais. Mas a terra vendida dentro das muralhas da cidade, depois de um ano, torna-se propriedade do comprador e não é devolvida no Jubileu. Sobre o cancelamento das dívidas (141º Preceito Positivo), diz que as escrituras falam de dois tipos de desistência: a desistência de terra e a desistência de dinheiro. A Torah ordena a desistência de dinheiro apenas quando a lei referente à desistência de terra estiver em vigência<sup>26</sup>.”

Entendo que o fato histórico descrito serve para comprovar a hipótese que formulei em outra oportunidade<sup>27</sup> do código moral judaico-cristão de um núcleo imutável e de uma periferia que sofre alterações. Como bem entreviu Kant, na esteira das descobertas de Joseph Butler, a moral ancestral estrutura-se em torno de um ideal de pessoa humana, configurado a partir das idéias de

<sup>26</sup> Maimonides, *Os 613 Mandamentos*, São Paulo, Nova Stella, 1990, pp. 141 ss.

<sup>27</sup> *Modelos éticos. Introdução ao estudo da moral*, São Paulo, Ibrasa-Champagnat 1992 (em especial o capítulo 7, “O que é mutável na moral e como se processa essa mudança”).

*perfeição, responsabilidade, amor do próximo e liberdade.* A periferia mutável, que se encontra no próprio Decálogo, são duas instituições básicas em que repousa a sociedade, a saber: a família e a propriedade.

De sorte que, embora o interesse pelos despossuídos, a solidariedade e a caridade sejam uma componente perpétua de nossas melhores tradições morais, a forma de efetivá-lo deve achar-se na dependência das circunstâncias históricas concretas. Escapa à sociedade descrita no Pentateuco o imperativo de *gerar a riqueza*, como se dá na moderna sociedade industrial. Tratava-se ali de manter uma situação igualitária (entre as tribos) original, instituída pelo próprio Criador. O rico ganancioso era certamente uma ameaça ao equilíbrio que o ano do jubileu buscava preservar. Na Época Moderna, embora a avareza ou o ócio devam continuar merecendo a nossa condenação, no seio dos detentores da riqueza (ou dos que se proponham alcançá-la) há uma figura digna de ser exaltada - o *empresário*. Pela razão muito simples de que agora estamos diante de uma sociedade de abundância (ao contrário da sociedade primordial, vitimada pela escassez) e a única maneira de a imensa maioria ter acesso à variada gama de bens e serviços, disponíveis na sociedade, é através do *emprego*. E ainda que a busca da riqueza pelo empresário não vise diretamente ao bem-estar geral, ao propiciar novos empregos está desempenhando função primordial. O resto fica por conta daquilo que nós liberais denominamos de *igualdade de oportunidades* e é parte de nosso programa desde as versões desse ideário que se formularam a partir da segunda metade do século passado.

De modo que, do ângulo estritamente religioso, a preservação da moral contra-reformista corresponde a uma brutal distorção do espírito da lei moral que herdamos de nossos mais remotos ancestrais.

Considerada a questão do ângulo ético, tampouco se sustenta a moral contra-reformista. Que afirma pretender? A eliminação da pobreza. Compete, pois, discutir tal pretensão e o modo de superá-la, se isto é efetivamente possível.

No que se refere ao tema da pobreza, a verdade é que nunca foi, entre nós, discutido com a propriedade devida conforme procuro evidenciar no livro *O liberalismo contemporâneo* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995; capítulo sexto, “A questão da pobreza”. pp. 153-96). Quando é considerada de modo sério, sobressai desde logo aquilo que Alexis de Tocqueville (1805-1859) denominou de “paradoxo da pobreza”, isto é, o alargamento desse conceito na medida em que tem lugar o progresso material. Segundo a arguta observação do notável pensador, “o inglês pobre parece abastado ao francês pobre e o último é encarado do mesmo modo pelo pobre espanhol”. No período anterior, a pobreza consistia em não ter o que comer. No país mais rico de seu tempo, a Inglaterra dos meados do século passado, “a pobreza é causada pela carência em relação a múltiplas coisas”.

Em que pese a circunstância, a evidência é que o capitalismo alcançou razoável distribuição de renda; eliminou a indigência desassistida e reduziu o

contingente de pobres (pobreza relativa, como adverte Tocqueville) a parcelas ínfimas da população. No livro antes mencionado transcrevo indicadores comprobatórios dessa verdade no que se refere à Inglaterra e aos Estados Unidos.

Quanto a este último país, famílias pobres são definidas como aquelas cuja renda anual oscila, presentemente (ano fiscal 2006/2007), em torno de US\$ 20.000. Num país como o Brasil, famílias com renda mensal de US\$ 1.500 seriam consideradas como pertencentes à classe média. O padrão de vida norte-americano é, entretanto, muito alto. Dados estatísticos disponíveis para 1992<sup>28</sup> indicam que 40% das famílias pobres norte-americanas dispunham de casa própria; 64% tinham automóvel e 91%, televisão em cores, índices que continuaram ampliando-se. Em que pese ao clamor da crítica contra os benefícios que a sociedade proporciona a tais famílias através do *social security*<sup>29</sup>, o contingente de pobres, daquela forma definido, situa-se abaixo de 15% da população. Esse contingente é ainda menor em outros países desenvolvidos.

A constatação que se pode fazer é que o capitalismo não só criou uma sociedade de bem-estar material, sem precedentes na história da humanidade, como alcançou invejável distribuição de renda. Na prática realizou as promessas básicas do socialismo, o que se pode comprovar pelo confronto entre as duas Alemanhas, efetivado em seguida.

A reunificação alemã foi formalizada pelo tratado assinado em agosto de 1990, alguns meses depois da queda do muro. Desfeita a Cortina de Ferro, o Ocidente passou a ser informado do brutal atraso econômico daquela área (a RDA), que se considerava a mais próspera e desenvolvida dentre os satélites soviéticos.

Segundo o esquema marxista, o imperativo socialista decorreria do fato de a propriedade privada dos meios de produção, na sociedade industrial, transformar-se num obstáculo à continuidade do progresso técnico (no jargão marxista, diz-se “forças produtivas”, conceito equívoco que provocou muita celeuma por envolver não só as máquinas, mas também os homens). Subsidiariamente, o capitalismo produziria, em oposição ao pólo da riqueza, o pólo da pobreza (ainda segundo o jargão, “pauperização absoluta e relativa do proletariado”). Do lado capitalista (consideramos naturalmente as nações desenvolvidas, que são as únicas merecedoras, de fato, da denominação de capitalistas, não sendo este o caso do Brasil, que estaria melhor caracterizado

---

<sup>28</sup> James T. Patterson, *America's Struggle Against Poverty. 1900-1994*, Harvard University Press, 1994.

<sup>29</sup> O *social security* é a única modalidade sustentada na forma de imposto, sendo programa de renda mínima (complementa a remuneração das famílias que ficam abaixo do índice adotado como correspondendo à família pobre). Os republicanos pretendem equipará-lo às demais modalidades (aposentadoria, saúde e desemprego), sustentada na forma de seguro. Criou grupos familiares que vivem s suas expensas. Reforma republicana, (aprovada em 1995) limita a concessão de doações financeiras a cinco anos. Mais grave é que levou à proliferação do instituto da mãe solteira, com reflexos assustadores nos níveis de delinquência juvenil e adolescente.

como patrimonialista, parente próximo do socialismo), o fenômeno não ocorreu. Mas, e do lado socialista?

As duas Alemanhas prestam-se, de modo excepcional, ao exame da questão: a mesma língua; idênticas tradições culturais; mão-de-obra igualmente educada e até a mesma religião (perversamente, sendo os protestantes imensa maioria na RDA). O resultado de meio século de socialismo, de um lado, e de capitalismo, de outro, deve servir para uma avaliação definitiva dos dois sistemas.

O nível de vida dos alemães ocidentais alcançou padrões dos mais altos no Ocidente. Nos começos dos anos sessenta, quando os efeitos mais visíveis da devastação, provocada pela guerra, haviam sido ultrapassados (as cidades foram arrasadas e nos anos cinquenta conseguira-se desbloquear as ruas, quando muito, deixando à mostra os quarteirões destruídos), a renda familiar (média mensal) oscilava em torno de US\$ 600 (US\$ 7.200 anuais), destinando-se dois terços à alimentação, vestuário e moradia. Em 1992, já equivalia a US\$ 3.000 mensais, absorvendo a alimentação, o vestuário e a moradia apenas a metade. Quando da reunificação, a renda média familiar mensal no lado oriental era da ordem de US\$ 1.200/1.400 (em valores anuais teríamos; respectivamente, US\$ 36 mil no Ocidente e US\$ 14,4 mil/16,8 mil na ex-RDA).

Nos tempos do socialismo, criou-se o mito de que na Alemanha Oriental não havia desemprego. Os próprios alemães ocidentais acreditaram nesse mito, o que os levou a avaliar por baixo os custos da unificação. Estimava-se que o fechamento de empresas ineficientes na ex-RDA iria deixar sem trabalho cerca de 1 milhão e meio de pessoas. Para absorvê-las, foram iniciadas obras expressivas a fim de modernizar a infra-estrutura, por conta do Estado. Ao longo dos primeiros quinze anos subsequentes à reunificação, a Alemanha Ocidental já havia investido um trilhão e quinhentos bilhões de euros na parte oriental.

A quantidade de pessoas sem funções nos antigos “Kombinats” da ex-RDA elevou aquele número a 3 milhões, obrigando o governo alemão a criar programas adicionais. A circunstância ampliou grandemente a taxa de desemprego, tomado o país como um todo. Mais grave tornou-se a inexistência de seguridade social, no sentido próprio do termo (seguros para aposentadoria, desemprego e assistência médico-hospitalar). No Leste, de modo geral, os comunistas limitavam-se a tapar o sol com a peneira. Cabe lembrar que entre as soluções por decreto, nos países socialistas, estava a proibição da mendicância<sup>30</sup>.

O confronto entre as duas Alemanhas sugere que o socialismo se transformou — para usar a feliz expressão de Meira Penna — numa “opção pela

---

<sup>30</sup> Nesse particular, estudos que só agora tem sido possível realizar por especialistas ocidentais comprovam que a seguridade social na Rússia, constituída como contribuições exclusivas do Estado ou diretamente das empresas estatais, virtualmente inexistente. Noventa por cento dos aposentados e pensionistas (cerca de 50 milhões) vivem abaixo da linha de pobreza e seriam, no Ocidente, classificados como indigentes. Somente depois do fim do comunismo, começou-se a erigir um sistema equivalente ao que existe no Ocidente, a partir de uma herança verdadeiramente trágica.

pobreza”, no que se refere aos padrões de vida. Para não falar da desmoralização dos sindicatos na ex-RDA, transformados em “bois de presépio” do governo comunista, enquanto na Alemanha Ocidental acumulavam vultosos recursos financeiros, o que lhes permitiu participar de diversos empreendimentos prósperos além da co-gestão. Ironicamente, no que se refere ao operariado foi no Ocidente, sob o capitalismo, que se cumpriram as promessas do socialismo. Assim, a condenação do consumismo que se gerou no Leste europeu, não abriga nenhuma componente moral. Trata-se simplesmente do ônus da ineficiência do socialismo, que se revelou, para ater-me ao jargão marxista, o grande obstáculo ao florescimento das “forças produtivas”.

(Transcrito de *Momentos decisivos da história do Brasil*. Martins Fontes, 2000 p.277-294)

### **A Ausência da Ética no Pensamento Brasileiro**

Ubiratan Borges de Macedo (1937/2007)

A ausência de reflexão ética chama a atenção dos estudiosos da cultura brasileira. Mário Vieira de Mello foi um dos primeiros a observar o fato em 1963 no seu clássico de interpretação da cultura brasileira: "É curioso e sintomático que até hoje o pensamento brasileiro se tenha voltado para a metafísica, para a cosmologia, para a antropologia filosófica, para a epistemologia, para a filosofia da ciência, mas não tenha manifestado uma vez sequer interesse pela importante literatura ética que a nossa época vem produzindo. “(*Desenvolvimento e Cultura - O Problema do Estetismo no Brasil*. p.262 da 2ª ed..1970). Mesmo levando-se em conta a modéstia da nossa contribuição global para a cultura e especificamente para a Filosofia, ainda assim é notável o fato. Sobretudo se comparado com dois países de igualmente mestiços e de proporções similares às brasileiras. Um, o México, o maior país hispano-americano e o outro os Estados Unidos, o primeiro de matrizes culturais similares à brasileira, o outro com matrizes culturais anglo saxãs e protestantes, mas ainda assim ocidentais e cristãs, não está tão longe de nós quanto um país de cultura asiático ou mesmo árabe. Nos Estados Unidos há uma abundância de textos éticos, próprios ou traduções, há revistas (como a antiga '*Ethics*' hoje publicada pela Universidade de Chicago), sociedades dedicadas ao ensino, estudo e debate de temas éticos. No México, embora em menor escala, há uma intensa presença de excelentes compêndios de Ética com elevadas tiragens e edições. Para citar como exemplo uma editora a Porrúa na capital mexicana apresentava em seus catálogos entre outros três manuais: a *Ética* de Eduardo García Maynez, na sua 25ª edição em 1985; e a *Ética* de José Ruben Sanabría na, 10ª edição em 1986 e os *Princípios de Ética Social* de Francisco Larroyo, na

14ª edição de 1971. Todos os manuais de excepcional qualidade e de orientações diversas, axiológica o de Maynez, tomista o de J. Ruben e neo-kantiano o de Larroyo. Muito conhecida entre nós é a *Ética* de A. Sánchez Vazquez outra obra mexicana com inúmeras edições. Entre as mais recentes a *Ética* de Gustavo Escobar Valenzuela já na 3ª edição em 1992, isto sem a menor preocupação de levantamento bibliográfico. O pensador argentino Mariano Grondona na introdução a seu livro *Bajo el Imperio de las Ideas Morales*, aponta esta ausência de textos éticos como característica de sociedades subdesenvolvidas. "Onde mais se ensina Ética é porque existe uma vasta preocupação moral". (p.15, Ed. Sudamericana, B. Ayres, 1987).

O outro lado da moeda no Brasil, é a inexistência de textos de Ética filosófica, refletindo num primeiro momento sua não presença nos currículos secundários e universitários, e num segundo momento, o desinteresse até há pouco da sociedade sobre o tema. Mais do que desinteresse, moralismo era o nome de uma perversão cultural com que até há pouco, entre nós, se acusavam os adversários. Tal partido político ou tal personalidade estaria inquinada de moralismo isto é, desinteressada do progresso material do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, alguns contrastes em obras literárias reforçavam esta percepção. Os principais romances de Machado de Assis, autor dos mais significativos da cultura nacional, tratam do adultério por exemplo: *Dom Casmurro* e as *Memórias Póstumas de Braz Cubas*. Na literatura americana encontramos o romance *A Letra Escarlata* (1850) de Nathanael Hawthorne, que trata à mesma época também do adultério. No livro de Hawthorne, o adultério entre a mulher de um marinheiro ausente por mais de dois anos sem notícias, seria talvez excusável. Mas tal não acontece todo o enredo gira em torno do horror do pecado, da culpa que sofrem os infelizes envolvidos no adultérios, na violência da punição pela comunidade, e pela vida inteira de boas ações da protagonista Hester Prynne para expiar a culpa. Nos romances brasileiros, mais tarde apenas algumas dezenas de anos o clima é totalmente diverso, não há punição da comunidade, nem concurso de magistrados na sua punição, talvez algum mexerico. Em *Dom Casmurro* o adultério é tão tênue e misterioso como os olhos cor de ressaca de Capitu, a protagonista. Termina-se a leitura com a dúvida houve mesmo adultério? Nas *Memórias* não há dúvida o adultério é escrachado a adúltera indica o ponto do muro da casa onde poderia penetrar o adúltero no lar. Mas o mais o grave é no capítulo XCVI, ao ser denunciado o adultério ao marido, a reação da adúltera Virgília: "falta de comoção, de sustos e até de remorsos", narra Machado de Assis e com astúcia elimina as suspeitas do marido e assume uma atitude de firmeza que admiramos ante o perigo contrastando com o susto do adúltero. Sai engrandecida do episódio a personagem, culpada aliás, pela lei, pela religião vigente e pela moral tradicional. Este contraste literário reforça a idéia de leviandade moral e crise

ética em nossa comunidade. De que os recentes e continuados escândalos seriam a cabal demonstração.

Mário Vieira de Mello, continuando o diagnóstico pessimista de Paulo Prado em *Retrato do Brasil* (1928) sobre a crise moral brasileira, dá-lhe uma original explicação contrastando o estetismo e o ético, estádios da personalidade segundo Kierkegaard. Por ter sido formado o Brasil no clima do romantismo estaríamos imersos na fase estética da personalidade aquém do ético que seria necessário implantar pela reflexão ética onde o exemplo de Sócrates e Platão seriam decisivos. No mesmo livro Vieira de Mello, julgava sem influência entre nós a moral da contra-reforma.

Antonio Paim, em sua *História das Idéias Filosóficas no Brasil* e em particular no *Roteiro para Estudo e Pesquisa da Problemática Moral na Cultura Brasileira* (UEL, 1996) analisou com cuidado essa influência através de um grupo de obras menores (que constituem a ética "real" do país, mais do que os mestres Suarez, Molina, D. Soto, Vitória e M. Goes, da primeira geração da contra-reforma como as de Nuno Marques Pereira (*Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, 1728), Matias Ayres (*Reflexões sobre a Vaidade dos Homens*, 1752), e J. Feliciano de Sousa Nunes (1758), as quais mostram em especial o anti-capitalismo, o desamor à riqueza e ao trabalho. como uma de suas notas mais constantes. José Mauricio de Carvalho, comprovou a tese e mostrou outros desdobramentos no seu livro: *Caminhos da Moral Moderna: A Experiência Luso-Brasileira* (Itatiaia, 1995). Paim conseguiu também averiguar uma prematura tentativa frustrada da escola eclética em erigir a moral social independente da religião, e outra também mal sucedida dos positivistas em fundamentarem a moral na ciência. Para Paim o autoritarismo implícito da contra-reforma explicaria a fraca moral social brasileira. A moral, conduta autônoma, não se desenvolveria num contexto onde suas normas fossem impostas heteronomamente. A moral da contra-reforma estreitamente codificada pela ameaça da heresia transformava-se numa espécie de direito, num legalismo, que ao exigir um diretor de consciência para sua aplicação, gerou uma irresponsabilidade e uma imaturidade no agente ético face à heteronomia acarretada pela prática de tal ética. É de todos conhecida a terrível crítica feita por Pascal nas cartas 5 a 11 a um provincial ao casuismo gerado por tal legalismo, que com seu probalismo contribuiu de vez para a desmoralização da moral, reduzindo-a casos sempre desculpáveis e destruindo a responsabilidade moral. Ruy Barbosa ao caracterizar na introdução ao *Papa e o Concílio* (1878) nosso "estado moral" nos mesmos termos aponta como causa, também, a herança da contra-reforma, institucionalizada na união igreja e estado. Aliás já A.C. Tavares Bastos no seu opúsculo de 1861: *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* apontava a mesma causa para nossa "decadência moral".

Seria verdadeiro tal diagnóstico, a contra-reforma seria a causa da fraqueza da moral social em nosso país? Certo como mostrou A. Paim (conferir *A Querela do Estetismo* (TB-Rio, 1994)) ela constitui uma pesada herança que



resiste à modernização, à adoção da democracia, e da tolerância civil. Mas nem todos os países com tal herança apresentam essa fraqueza em sua moral social e a falta de reflexão ética até agora, nossa característica.

Mário Vieira de Mello, nos fornece uma pista alheia a seus propósitos (a julgar por seu outro livro *O Conceito de Uma Educação da Cultura -Com Referência ao Estetismo e à Criação de Um Espírito Ético no Brasil* (Paz e Terra, 1986) ao escrever: "Como despertar o interesse pelo problema ético num país como o nosso, dotado de um tão fraco sentimento de religiosidade? Entre nós o espírito da Contra-Reforma não resistiu ao embate do romantismo do século XIX." (p.254, Des. e Cultura).

A palavra chave quanto ao problema ético da cultura brasileira não é contra-reforma mas romantismo, sobretudo este, ainda que algo tenha ficado da primeira, sobretudo no desprezo ao trabalho orgânico e na ojeriza ética à riqueza, mormente porque reforçada nisso nossa moral social pelas idiosincrasias do romantismo.

Só agora, muito recente, começou a se ver no romantismo algo mais que um movimento literário. Victor Hugo já havia no prefácio do *Cromwell* (1827) identificado romantismo com liberalismo, mas só agora (1997) o historiador da ética Warren Ashby escreveu "What has not been obvious is that Romanticism was essentially an ethic. It manifested itself primarily in aesthetic modes, and also it has its philosophical and political expressions. But at its base Romanticism was an ethic." (p.440, *A Comprehensive History of Western Ethics - Prometheus Book*) .O grande filósofo moralista J. L. L. Aranguren em um estudo histórico sobre a moral social espanhola no século XIX, intitulado *Moral y Sociedad* (1965) opusera à moral iluminista do século XVIII à moral romântica. A ênfase da razão pelos iluministas, surge nova ênfase no sentimento, na espontaneidade, na moral de exceção por oposição à moral universalizante do iluminismo. Sobretudo um repúdio à racionalização da nova forma de vida moderna, laica, racional, urbana e industrial. Os opositores à essa ordem: os bandidos, os ciganos, os boêmios, os estudantes, os heróis libertadores, os heréticos, o conspirador, e o adúltero "El hombre romantico necesita liberarse a todo trance. De ahí su enemiga a las instituciones, a todas las instituciones. El matrimonio aparece a sus ojos no sólo como una institución prosaica y convencional, sino también absurda, puesto que impone la fidelidad a la fuerza." (op.cit. p.83).

Nesse contexto começamos a entender a peça de Alvares de Azevedo: *Macário* e a noveleta *Noite na Taverna*, com suas orgias, deboches, profanações tudo na lavra de um mancebo de 20 anos, na esteira de Byron, mas muito mais do que modismo literário havia uma crença no protesto moral que encerrava a apologia de tais personagens e situações frente à sociedade tida como mediocrisante e sufocadora. Sobretudo é necessário ter em mente o "leitmotiv" da libertação da mulher de suas peias sociais e domésticas, ideal que perpassa todo o século 19 de Mary Wollstonecraft, passando por todos os poetas e

escritores românticos, M. de Staël à frente até chegarmos a Georges Sand, Stuart Mill e à nossa Nizia Floresta; para entendermos a apologia do adultério e a crítica ao casamento. Neste contexto romântico é que se inscreve Machado de Assis, Hawthorne, muito antes em plena Nova Inglaterra com sua forte tradição puritana, receberia apenas a influência literária do romantismo.

A moral romântica ao insistir no sentimento, no valor do qualitativo frente à regularidade da moral do século anterior, termina por enfatizar como observa Aranguren a cena, a representação é o estetismo, que o romântico Kierkegaard contrapõe ao ético clássico. Os gestos valem mais do que o dever cotidiano, os valores da ética romântica aponta Warren Asby são a liberdade do indivíduo, a amizade (desde os gregos não tinha havido tal ênfase no valor da amizade) a auto realização além da ênfase no sentimento. Transportado para o plano da vida, os heróis românticos, os libertadores, os poetas criadores, lembrar D. Pedro I, Byron, Benjamin Constant, Mme de Staël, Mary Wollstonecraft, não parecem personagens éticos aos olhos da moral burguesa. A moral do herói da exceção é difícil de ser vista como ética por quem vive e defende outra visão da moral. Não obstante há um fundo ético e não apenas uma mera corrupção nas condutas românticas, e numa sociedade sem tradições como o Brasil, onde não apenas faltavam instituições, mas faltava povo para fazê-las funcionar é natural a aceitação irrestrita do romantismo, sem os contrapesos existentes nas sociedades mais antigas, e mesmo instituições universitárias presentes nos vizinhos e ausentes entre nós. A escassez da reflexão ética, explica-se porque na visão romântica da ética, há pouco que esperar da reflexão racional, mas muito dos entusiasmos, do sentimento moral cultivado, dos gestos a serem feitos, da representação, da lealdade absoluta à amizade, acima da lei abstrata limitativa da personalidade e de origem política dúbia, ligada ao despotismo colonial. Terminada a adaptação à nascente sociedade industrial, superada a crise da transição da sociedade agrícola para a industrializada e urbana, não há mais lugares para os heróis e dissidentes românticos. Assim como enquanto não há vivência religiosa cristã profunda, pode-se tolerar a apologia de Mefistofeles, de Luzbel e outros substitutos românticos de Satanás na literatura, surgida esta vivência, são no mínimo de mau gosto tais manifestações. Superado o romantismo, superada a visão coisificadora da nação como substância, e portanto atribuindo-se à herança histórica um peso exagerado (pense-se quanto ao peso do passado no testemunho do livro *Deus é Brasileiro?*, *O Imaginário do Messianismo Político no Brasil* de Vamireh Chacon, Civ. Bras., 1990), tendo-se presente que uma nação é uma comunidade resultante de um projeto de futuro, incluindo mais do que o passado, o presente e nele incluso o que se pretende ser, poderemos abrir espaço à reflexão ética, e para novas formas de moral social. Novas formas de moral social de comportamentos e valores novos mais justos e humanistas só surgirão após uma crítica da moral do passado e da do presente e o consenso pela razão pública dos novos valores e instituições. Por isso mais do que a tradição da contra-reforma é preciso analisar criticamente o estetismo

presente nas grandes construções românticas do século dezanove quer na reivindicação unilateral do indivíduo como em Kierkegaard e em Max Stirner ou na do social por Comte e Marx. Nos representando corretamente o papel do indivíduo como único agente ético, mas sempre no seio de comunidades concretas que o individualizam e fornecem um âmbito para sua realização: podemos com uma razão modesta como queria Popper, entre a razão iluminista e o sentimento irracionalista, construir a ética social que vertebre a trajetória histórica de nosso Brasil.

(Transcrito de *A presença da moral na cultura brasileira. Ensaio de ética e de história das idéias no Brasil*. Londrina, Editora UEL 2001, págs. 1-9)

### **Avanços na determinação do conteúdo do debate ético**

Antonio Paim

A meu ver, não se pode dizer que haja sido superada a fase batizada pelo saudoso Ubiratan Macedo (1937/2007) de “ausência da ética no pensamento brasileiro”.<sup>10</sup> Contudo, certamente avançamos na determinação dos temas que integrariam a pauta correspondente.

Em 1964, apareceu o livro *Desenvolvimento e Cultura – o problema do estetismo no Brasil*, de Mário Vieira de Melo (1912/2006). Apesar de sua densidade teórica, não despertou maior interesse. Talvez a crueza do diagnóstico haja chocado os que porventura se considerassem visados.

Vieira de Melo defendia a tese de que a cultura brasileira desestimulava uma autêntica vivência moral. Parecia-lhe que a questão era considerada de modo superficial. Atribuía a circunstância à influência do romantismo. Embora considerasse que o diagnóstico traduzia uma situação real, o livro não se apoiava no registro do desdobramento dessa temática na meditação nacional mas na aplicação (sem dúvida brilhante) da tese, de Kirkegaard, segundo a qual a modernidade caracterizava-se pelo confronto entre o princípio ético e o princípio estético. A par disto, não havia naquela época (como não se dá no presente) nenhuma evidência de que a Contra Reforma tivesse sido superada (pelo romantismo, na hipótese do autor).

A tese de Vieira de Melo veio a ser reforçada pela adesão que lhe prestou Ubiratan Macedo, no texto antes referido. Embora se trate de uma citação algo extensa, transcrevo-a adiante, porquanto confirma a referida impressão. Depois de assinalar o contraste entre o Brasil e o México, no período recente, no que se refere à edição de textos dedicados à ética, escreve:

---

<sup>10</sup> Título do primeiro ensaio inserido no livro *A presença da moral na cultura brasileira. Ensaio de ética e história das idéias no Brasil* (Editora UEL, 2001, págs. 1-9)

“O outro lado da moeda no Brasil -- da inexistência de textos de Ética filosófica--, num primeiro momento, é sua ausência nos currículos secundários e universitários, e num segundo momento, o desinteresse até há pouco da sociedade sobre o tema. Mais do que desinteresse, *moralismo*, nome de uma perversão cultural com que até há pouco, entre nós, se acusava os adversários. Tal partido político ou tal personalidade estaria inquinada de *moralismo*, isto é, desinteressada do progresso material, do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, alguns contrastes em obras literárias reforçavam esta percepção. Os principais romances de Machado de Assis, autor dos mais significativos da cultura nacional, tratam do adultério. Por exemplo: *Dom Casmurro* e as *Memórias Póstumas de Braz Cubas*. Na literatura americana encontramos o romance *A Letra Escarlata* (1850) de Nathanael Hawthorne, que trata à mesma época do adultério. No livro de Hawthorne, o adultério da mulher de um marinheiro, ausente por mais de dois anos sem notícias, seria talvez escusável. Mas tal não acontece. Todo o enredo gira em torno do horror do pecado, da culpa que sofrem os infelizes envolvidos, na violência da punição pela comunidade, e, pela vida inteira, das boas ações da protagonista (Hester Prynne) para expiar a culpa. Nos romances brasileiros, mais tarde apenas algumas dezenas de anos, o clima é totalmente diverso. Não há punição da comunidade, nem concurso de magistrados na sua punição, talvez algum mexerico. Em *Dom Casmurro* o adultério é tão tênue e misterioso, como os olhos cor de ressaca de Capitu, a protagonista. Termina-se a leitura com a dúvida: houve mesmo adultério?

Nas *Memórias* não há mais dúvida: o adultério é escachado. A adúltera (Virgília) indica o ponto do muro da casa onde o adúltero poderia penetrar no lar. Mas o mais o grave é no capítulo XCVI, ao ser denunciado o adultério ao marido, a reação da adúltera: "falta de comoção, de sustos e até de remorsos", narra Machado de Assis; e, com astúcia, elimina as suspeitas do marido e assume uma atitude de firmeza, que admiramos, ante o perigo, contrastando com o susto do adúltero. Sai engrandecida do episódio a personagem, culpada aliás, pela lei, pela religião vigente e pela moral tradicional. Este contraste literário reforça a idéia de leviandade moral e crise ética em nossa comunidade. De que os recentes e continuados escândalos seriam a cabal demonstração.”

No período desde então transcorrido, se há algo a assinalar, nessa matéria, é a confirmação da tolerância (ao que parece infinita) da maioria de nosso povo na condenação de atos confirmados de corrupção de políticos e autoridades governamentais. Deputados que comprovadamente recebiam mesadas do governo (o chamado “mensalão”), para votar projetos oficiais, foram simplesmente reeleitos. O Presidente da República que, obviamente, autorizou esse tipo de operação, limitou-se a dizer que não sabia de nada. E tudo ficou por isso mesmo. Tampouco causou maior espanto que tivesse o patrocínio do PT (tornado partido governamental), justamente a agremiação que, nos tempos da Oposição, pretendia monopolizar a bandeira da moralidade na política.

A sobrevivência de empresas estatais, a par do excessivo poder de interferência do Estado na vida das empresas privadas, equivale à institucionalização da corrupção. Apesar do sucesso das privatizações efetivadas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, poucos são os políticos que defendem a iniciativa. O próprio FHC tem feito circular a notícia do seu arrependimento e o faria por se manter fiel ao ideário socialista. Além do mais, manifestação de completo distanciamento do que se passa no Ocidente, onde, nem mesmo o Partido Socialista Francês, que continua aferrado ao que os trabalhistas britânicos chamam de “velha esquerda”, ainda identifica socialismo com estatização da economia. Defende a existência de empresas estatais, na França, ao que diz sua liderança, “por razões estratégicas”.

Pode-se, portanto, considerar estabelecido, que se estratificaram na cultura brasileira algumas componentes que comprovam o desinteresse por discussões teóricas destinadas a problematizar as questões relacionadas à moralidade, e, ao mesmo tempo, uma grande tolerância em face de comportamentos flagrantemente imorais.

Assim, a divergência não se situa nesse plano. O que contesto é a inferência daí deduzida, expressa por Mário Vieira de Melo nestes precisos termos: “Entre nós o espírito da Contra Reforma não resistiu ao embate do romantismo do século XIX”. E que veio a merecer o apoio de Ubiratan Macedo.

### **Persistência da moral contra-reformista**

Admito a hipótese de que tanto Mário Vieira de Melo como Ubiratan Macedo hajam partido de uma consideração da Contra Reforma, dissociada do que efetivamente representou na cultura portuguesa. Teoricamente, a pretensão do Concílio de Trento seria reformar a Igreja, expurgá-la da corrupção do Papado, que determinara o surgimento da Reforma Protestante. Em Portugal não havia qualquer manifestação relacionada ao protestantismo. O inimigo visado correspondeu à modernização econômica patrocinada pelos judeus, em especial a indústria açucareira implantada no Brasil do século XVII.

Antes de mais nada é preciso ter presente que os valores da Contra Reforma foram inoculados na população através do autêntico terror implantado pela Inquisição, do que entre nós não se tem uma idéia muito precisa, razão pela qual insisto nas conclusões inferidas do seu estudo.

No livro *Momentos decisivos da história do Brasil* (2000) passo em revista as obras dedicadas à Inquisição, discussão na qual se envolveram figuras das mais expressivas da intelectualidade lusa: Alexandre Herculano (1810/1877); José Sebastião da Silva Dias (1915/1993); João Lúcio de Azevedo (1855/1933) e, mais recentemente, Antonio José Saraiva (1817/1987) e Francisco Bethencourt (nascido em 1962), além do texto clássico sobre a Inquisição espanhola, da autoria de Henry Kanem. A perseguição aos patrocinadores dos engenhos de

açúcar, no Brasil, está igualmente comprovada nos diversos livros que Anita Novinsky dedicou ao tema.

A periodização possibilitada pela consulta às obras em apreço permite afirmar que, embora criada na primeira metade do século XVI, a Inquisição Portuguesa somente se estruturou, de modo acabado, tornando-a apta a afrontar toda espécie de resistência, no reinado de D. João V (reinou de 1706 a 1750), resultado alcançado pelo Cardeal Nuno da Cunha, Inquisidor Geral no período considerado.

Os estudos de Francisco Bethencourt, por sua vez, permitem verificar que a Inquisição não atuava somente através das *Visitações* --membros da Inquisição vindos diretamente da Metrópole. Dispunha de uma rede de agentes locais, os chamados “familiares”. Enfim, não é nenhum exagero supor que seria algo de semelhante às redes constituídas pelos soviéticos na Rússia e nos países satélites, sobrevivente em Cuba, graças à qual o povo veio a ser transformado numa massa amorfa, passível de ser mobilizado a fim de fazer crer que o ditador de plantão goza de ampla popularidade. No caso brasileiro, a aceitação passiva da condenação à riqueza, que estava surgindo nos países protestantes, que acabaria tornando-se o grande projeto dos tempos modernos.

Enfim, os levantamentos pioneiros efetivados pela profa. Anita Novinsky, com base nos processos de pessoas provenientes do Brasil, demonstram que os réus eram pessoas abastadas, numa proporção da ordem de 70%, isto é, senhores de engenho, mercadores, pessoas classificadas como “homens de negócio”, etc.. O certo é que disso resultou ter sido virtualmente aniquilada a indústria açucareira, justamente o que nos tornara mais ricos que os Estados Unidos no século anterior. Naquela altura teve lugar o que denomino de “opção pela pobreza”, em contraste com os americanos do Norte, que preferiram a riqueza.

A par disto, a pregação efetivada, no Brasil da época, foi reeditada (*Moralistas do século XVIII*. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976). As teses centrais difundidas foram as seguintes: 1ª) O homem está na terra por simples castigo, sendo uma verdadeira dádiva superar o mais rapidamente possível essa situação transitória; 2ª) O homem é um vil bicho da terra e um pouco de lodo, consoante a tradição iniciada pelo Papa Inocêncio III (Pontífice de 1198 a 1216); 3ª) Condenação da riqueza (lançamento da consigna segundo a qual “é mais fácil um calabre passar pelo fundo de uma agulha do que o rico entrar no reino dos céus”, seguida de sentença, atribuída a Aristóteles, de que “o rico ou é injusto ou do injusto é herdeiro”); e 4ª) A pobreza consistiria numa “santa virtude”. Na pesquisa que efetivou em Portugal, dedicada a idêntico período (século XVIII) José Maurício de Carvalho corroboraria essa conclusão<sup>11</sup>.

Em síntese, a moral contra-reformista corresponde à ante-sala da condenação do lucro e da riqueza que, com o correr do tempo, desembocaria na recusa frontal do capitalismo.

---

<sup>11</sup> *Caminhos da moral moderna: a experiência luso-brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1995.

Dessa pesquisa, sobressaem duas outras constatações: 1ª) A crítica à Contra Reforma é fenômeno esporádico. Passou incólume no século XIX e em grande parte do século XX. Neste, dois únicos autores correlacionaram-na com as dificuldades encontradas no país para a conquista da modernidade econômica (Viana Moog e Paulo Mercadante); e, 2ª) São abundantes os indícios de persistência da moralidade contra-reformista, caracterizada sobretudo pelo ódio ao lucro e à riqueza.

O sentimento de ódio irracional diante do lucro e da riqueza é algo de mais difundido do que se pode imaginar na atual realidade brasileira. Registro depoimento expressivo de uma personalidade que, acredito, simbolizou a mentalidade que presidiu a modernização econômica promovida pelos governos militares, o general Alencastro e Silva. O conhecido militar, em seu livro *Telecomunicações — histórias para a história* (1990), diz, entre outras coisas, que “o lucro muitas vezes cheira mal. A vida me ensinou a aceitar, embora com repugnância, este determinismo do regime capitalista”.

Onde será que o general Alencastro adquiriu essa vivência com o capitalismo que lhe provocou tamanha repugnância? Em sua biografia consta ter transitado diretamente dos quartéis para cargos na burocracia a exemplo da Telebrás. Tudo leva a crer que ele sempre soube que o capitalismo não prestava, que o lucro cheira mal.

O capitalismo inventou o telefone e difundiu-o. Realizou maravilhas no plano das comunicações. O general tem na devida conta essas conquistas da técnica. Mas nem de longe as associa ao capitalismo. Na sua visão, este veio do esterco. É interessante registrar essa idéia de que a riqueza provém de algum lugar tenebroso, que nos é tão familiar, desde pelo menos o século XVIII.

A recusa do capitalismo antes mesmo de vivenciá-lo não é fenômeno recente em nosso país, mas relativamente velho. Numa primeira aproximação vamos encontrá-la nas últimas décadas do século passado, fenômeno denunciado por Silvio Romero (1851/1914). E cuja referência paradigmática seria o grande poeta português Antero de Quental (1842/1891).

Outro exemplo expressivo nos é dado por José Maurício de Carvalho, no debate em que se envolveu com Maria Helena Falcão Vasconcelos, educadora de reconhecido valor. Acha-se registrado no *Jornal da AMEF* (Informativo da Academia Mantiqueira de Estudos Filosóficos. Barbacena, Minas Gerais, Ano II, nº 4, fevereiro de 1999).

A tese principal, ponto de partida das considerações da profa. Maria Helena, acha-se formulada deste modo: “O capitalismo expandiu-se pelo mundo inteiro. Tornou-se um império sem fronteiras fixas. Apossou-se das forças físicas e do futuro da ação dos trabalhadores. Pior que tudo isso, porém, mais que qualquer outra estruturação social precedente, investiu e continua investindo pesado na produção social de nossa subjetividade, tomando posse de nossas entranhas, até de nosso inconsciente.”

A argumentação está dirigida no sentido de comprovar que o capitalismo não é “onipotente e infalível”. Como diz, “assumindo propostas”, embora não tenha garantias de sua consecução mas sobretudo para manter viva a esperança, concebe o que seria uma sociedade igualitária e justa. Entre outras características, deveria facultar vivência proporcionada pela “alegria da gratuidade, do fazer pelo prazer de se expressar e produzir o belo, o agradável, o bom. Sem missão a realizar, sem dever a cumprir. Gratuidade só”.

José Maurício de Carvalho procurou corrigir a caricatura do capitalismo resultante da descrição da profa. Maria Helena Falcão Vasconcelos. Mostrou ter proporcionado igualdade de oportunidades e distribuição de renda, “reduzindo as distâncias entre ricos e pobres, ao contrário do que preconizava Karl Marx”. De minha parte, aduziria que o paraíso terrestre que imagina tem pouca probabilidade de vingar, mas por razões contrárias às que invoca. Os homens jamais serão seres morais. Entregues a si mesmos – como ensinava Kant --, cederão às inclinações. Certamente a gratuidade de suas ações serão encaminhadas no sentido da violência

Tanto o General Alencastro como a profa Maria Helena são pessoas das mais representativas de nossa elite, com acervo de serviços prestados ao país. Entretanto, reproduzem um tipo de entendimento de vários séculos atrás, inteiramente dissociado da realidade. Além do mais, baseiam-no no desconhecimento de que os países capitalistas são parcela reduzida no conjunto das nações, do mesmo modo que aqueles onde vingou o Estado de Direito (correspondem apenas a 30% das 200 nações existentes na atualidade).

Nos países capitalistas (vale dizer, no mundo desenvolvido), o capitalismo proporciona à imensa maioria acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade, graças à razoável distribuição de renda e acesso à educação. Por isto mesmo, os índices brasileiros -- educacionais e de concentração de renda -- demonstram precisamente que não somos um país capitalista. Este o primeiro equívoco dos partidários da moral contra-reformista. Sendo o segundo a crença na possibilidade de uma sociedade racional (sem guerras, sem violências, sem arbitrariedades, sem injustiças) postulada pelo iluminismo. Porém o que resultou do progresso material desmente essa crença --quando o que se vê é a profusão da irracionalidade --, cumprindo abandoná-la ao invés de rejeitar o progresso material (na vida cotidiana, os contra-reformistas sequer imaginam renunciar ao conforto da vida moderna: os automóveis, os eletro-domésticos, o progresso da medicina, etc.), fingindo acreditar que tudo isto nada tem a ver com o capitalismo.

Mas vejamos como é alimentada a sobrevivência da moral contra-reformista. A rigor, nem poderia ser de outra forma dada a pregação da Igreja Católica, brevemente referida adiante.



## A pregação da Igreja Católica

É de todo desnecessário recorrer-se a uma publicação do interior de Minas Gerais para detectar a sobrevivência da moral contra-reformista. Basta assistir às missas dominicais do Padre Marcelo, transmitidas pela televisão. O cerne de sua pregação consiste na condenação ao interesse pecuniário, que seria uma espécie de rota na direção do Inferno. A mensagem de Cristo seria no sentido do completo desinteresse pelas coisas materiais.

É sabido que muitos católicos consideram que a missa do Padre Marcelo corresponderia a um espetáculo do *show-business*, não sendo representativo da Igreja Católica. Mas que dizer da disputa entre a Pastoral da Terra --entidade constituída diretamente pela Igreja-- e o Movimento dos Sem Terra (MST) a propósito da limitação do tamanho da propriedade rural, que advoga abertamente. Parte do MST já se dá conta de que a obtenção de um pedaço de terra, para trabalhar de modo dissociado das cadeias produtivas do agronegócio, corresponde a uma “enganação”, para usar uma expressão da sabedoria popular. Seria adequado rever o projeto e cuidar da integração. Comprovadamente, o agronegócio não é incompatível com as denominadas economias familiares. Setores dinâmicos como a avicultura e a suinocultura baseiam-se precisamente nessa conjugação. Ao contrário disto, os que viam na reforma agrária um caminho revolucionário, embora reconhecendo que o movimento se tenha esgotado, tratam de canalizar o suposto potencial revolucionário numa outra direção. Que é mais ou menos o que pretende a Pastoral da Terra.

Se ainda assim for considerado que não representa a Igreja Católica, recorramos à Campanha da Fraternidade de 2007, patrocinada pela CNBB, que mereceu editorial do jornal *O Globo* (25/02/2007), com o expressivo título de “Afronta à lei”. Resumo o seu teor.

Ao lançar a mencionada campanha, afirma o editorial, “convocou uma mobilização nacional para “a proibição de emissão de liminares nos conflitos com o latifúndio”, não apenas extrapolando o âmbito de sua atividade legítima como se manifestando, de forma radical, contra um princípio jurídico básico que precisa ser respeitado”. E, prossegue: “Não é de admirar que, seguindo a mesma linha, o texto base da campanha faça menção a algo que chama, sem definir, de “modelo consumista neoliberal”, nem que o secretário-geral da CNBB, Dom Odílio Scherer, defenda com todas as letras “um diferente conceito de propriedade”.

Conclui o jornal carioca que se trata “claramente de mais uma demonstração do poder de contaminação da ideologia”. Não me parece que seja apenas isto. Consiste numa fixação absurda na “vulgata marxista”, que nenhum setor representativo do socialismo ocidental leva em conta no presente. A origem do anacronismo é flagrante: é preciso destilar ódio à riqueza e ao capitalismo, na melhor tradição contra-reformista, embora corresponda à antípoda da

mensagem fundamental do cristianismo, decorrente do princípio do amor ao próximo.

O mais grave é que a Igreja Católica brasileira arroga-se o direito de não levar em conta o que afirmou o Papa João Paulo II na Encíclica *Centesimus Annus*. Transcrevo a referência ao capitalismo<sup>12</sup>:

“Voltando agora à pergunta inicial: pode-se por acaso dizer, após o fracasso do Comunismo, que o capitalismo é o sistema vitorioso, e que o capitalismo poderia ser a meta dos países que agora se esforçam por reconstruir suas economias e a sociedade? Este é o modelo que deveria ser proposto aos países do Terceiro Mundo, que buscam o caminho do progresso econômico e social?”

A resposta é obviamente complexa. Se por “capitalismo” entendemos sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo das empresas, do mercado, da propriedade privada e a correspondente responsabilidade pelos meios de produção, do mesmo modo que a livre criatividade humana no setor econômico, então a resposta será certamente afirmativa, embora talvez fosse mais apropriado falar de “economia empresarial”, “economia de mercado”, ou simplesmente “economia livre”. Porém, se por capitalismo entende-se um sistema no qual a liberdade no sistema econômico não se acha limitada por uma sólida estrutura jurídica que o coloca ao serviço da liberdade humana em sua totalidade e a emprega como um aspecto particular daquela liberdade, cujo núcleo é religioso e ético, então a resposta é certamente negativa.”

A definição do Papa João Paulo II é lapidar. Pergunto: o Brasil dispõe de um ordenamento jurídico que assegure regras estáveis à economia de mercado? Dispõe de Banco Central independente, capaz de afrontar a voracidade estatal, que comprometa a estabilidade da moeda? As agências reguladoras – forma moderna de ingerência estatal na vida econômica das empresas – têm suas prerrogativas essenciais reconhecidas e respeitadas?

A resposta é necessariamente negativa, bem como a conclusão daí resultante: o Brasil não é um país capitalista.

A definição de capitalismo de João Paulo II não autoriza a inferência de que o capitalismo deva transformar as pessoas em seres morais. O grande teólogo norte-americano Reinhold Niebuhr (1892/1971) ensinou-nos que, olhando para a desordem do mundo é admissível que algumas pessoas duvidem da existência de Deus. Mas, se é assim, não têm porque duvidar da existência do Diabo<sup>13</sup>.

### **De onde proviria o cinismo moral de setores da elite**

Acredito ter demonstrado que a Contra Reforma propiciou uma componente fundamental de nossa moralidade social básica. Ao mesmo tempo, contudo, sobressai a existência de flagrante cinismo, em matéria moral, sobretudo em

<sup>12</sup> Consta dos primeiros parágrafos do item 42.

<sup>13</sup> Cf. *Moral Man and Immoral Society* (1930; reeditado pelo autor em 1960).

segmentos da elite que, na visão de dois notáveis estudiosos dessa temática, proviria do romantismo. Parece-me, contudo, que ambos têm uma visão teórica, tanto da Contra Reforma como do romantismo. Isto é, dispensaram-se de examinar o formato que assumiram em nosso meio os dois movimentos culturais.

A expressão brasileira do romantismo é o indianismo. A crítica que lhe foi dirigida (sobretudo por Varnhagen) consistia na impropriedade da atribuição aos índios de valores morais aos quais eram de todo alheios, sendo incontestavelmente ocidentais. Machado de Assis, por sua vez, costuma ser arrolado entre os criadores de uma nova tradição literária, oposta ao romantismo. Por isto mesmo teria revelado tamanha capacidade de criar figuras imorredouras, perfeitamente afinadas com a nossa maneira de ser (notadamente da elite).

Suponho que seria mais realista associar à tradição patrimonialista a falta de ética de contingentes expressivos de nossa elite.

A caracterização acabada do patrimonialismo foi feita por Simon Schwartzman, no livro *Bases do autoritarismo brasileiro* (1982)<sup>14</sup>. Tendo em outras oportunidades<sup>15</sup> procurado caracterizá-lo, limito-me aqui ao essencial.

A propósito da adesão de São Paulo à revolta militar de 1924, José Carlos Macedo Soares (1883/1968)<sup>16</sup> publicou um livro em que procura esclarecer em que consistiria a diferença entre o que pretendia a elite política paulista e aquela que dominou durante a República Velha. O livro considerado intitulou-se *Justiça—a revolta militar em São Paulo* (1925).

Depois de citar o trecho em apreço, comenta Schwartzman: “O que é notável neste texto é a clareza com que distingue dois tipos de política que existiam no país. Um “o alvo e ambição de quase todos os homens públicos do país,” são os “cargos de nomear”, de estabelecer clientelas pela distribuição de empregos. Neste tipo de política o cargo público era algo para ter e gerir, para aumentar o prestígio e a riqueza do político —uma espécie de patrimônio pessoal. O que os paulistas queriam, no entanto, era outra coisa. Eles tinham seus próprios patrimônios e estavam interessados em controlar os mecanismos de decisão, em poder influenciar as ações governamentais no sentido de facilitar e ajudar na consecução de seus objetivos econômicos próprios e privados. Para os paulistas, a política era uma forma de melhorar os seus negócios; para quase todos os outros a política era o seu negócio. É nisto que reside a diferença e, em última análise, a marginalidade política daquele estado.”<sup>17</sup>

<sup>14</sup> O seu primeiro estudo aprofundado dessa questão apareceu em 1975 (*São Paulo e o Estado nacional*). Seguiram-se diversos ensaios. *Bases do autoritarismo* seria a versão definitiva. Desde então tem se dedicado à educação, onde conquistou merecida autoridade.

<sup>15</sup> Em especial no livro *A querela do estatismo* (2ª edição, Tempo Brasileiro, 1994).

<sup>16</sup> Destacado líder empresarial e político paulista. Depois da Revolução de 30, registra grande presença na esfera federal, inclusive exercendo o cargo de interventor federal em São Paulo, em seguida à deposição de Vargas.

<sup>17</sup> Idem, págs. 103/104.

A maneira como se constituiu Estado Patrimonial no país foi magistralmente comprovada por Schwartzman. Na maioria dos estados, a estrutura estatal correspondia à principal riqueza. Historicamente, considero que o fenômeno tornou-se mais claro na República Velha. O que a historiografia marxista denominou de *oligarquia*, como correspondendo a grupos econômicos que colocaram o Estado a seu serviço, não tem qualquer comprovação, tratando-se de simples postulado, como de resto o seu empenho em enquadrar a nossa realidade nas categorias marxistas. Na verdade deu-se o contrário. A estrutura estatal é que correspondia ao seu *negócio*.

Coube a Vargas, sob o Estado Novo, congregar as chamadas “oligarquias” estaduais no Estado Unitário. Assim se completa a feição típica do Estado Patrimonial, que consiste numa estrutura mais forte que a sociedade.

Resumo as conclusões de Schwartzman.

Toma como referência o fenômeno da urbanização sem industrialização que, a seu ver, permite desvendar o fato, tido na verdade como um mistério, de que a linha de estruturação das instituições políticas, seguida pelo Brasil, não obedece ao padrão fixado por aqueles países da Europa feudal que se transformaram nas sociedades capitalistas ocidentais. Conclui que estaria mais próxima da outra variante de sistema político, denominada de *patrimonialismo*. Afirma com toda propriedade que “essa distinção, de inspiração weberiana, não foi suficientemente explorada a ponto de, pelo menos, colocar em questão o paradigma teórico dominante que, ainda que derivada da primeira tradição histórica, é aplicada à segunda com grande perda de compreensão e poder explicativo.”

Tomando por base o aludido fenômeno -- urbanização sem industrialização--, tipifica quatro regiões.

A primeira corresponde a Minas Gerais e estados nordestinos e, a segunda, ao Rio de Janeiro.

A antiga área nordestina de cultura da cana-de-açúcar, de um lado, e, de outro, as zonas em que se desenvolveram atividades mineradoras, em Minas Gerais, têm em comum passado de riqueza e de proeminência econômica nacional. Desse passado ficou como herança concentrações urbanas, desprovidas de uma atividade econômica importante e de alta lucratividade, ao mesmo tempo que estrutura burocrática proveniente mesmo dos tempos da administração colonial. O Rio de Janeiro revestiu-se das mesmas características, enquanto capital do país.

A reconstituição do processo segundo o qual se constitui no país uma base social dependente da estrutura estatal burocrática, formada historicamente, passa pelo reconhecimento da existência daquelas regiões detentoras de concentrações urbanas e, ao mesmo tempo, desprovidas de outra fonte de sustentação, capaz de competir com o Estado. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Nordeste assumem tal característica.

A esse conjunto acresce o Rio Grande do Sul que, afirma o autor, “historicamente tem desempenhado, no sistema nacional, um papel político bastante desproporcional à seu tamanho e importância econômica.” Prossegue Schwartzman: “O Rio Grande parece ter desempenhado um papel semelhante ao que Portugal e Espanha desempenharam na Europa cristã: como um posto militar de fronteira, desenvolveu sua própria ortodoxia, o positivismo – em uma combinação peculiar, soma tradição militar e a cultura boiadeira – e uma forte oligarquia estadual, que reunia forças tanto para a luta contra o inimigo espanhol e *porteño* quanto para a luta pela autonomia em relação ao Império brasileiro. A região era base da ala mais importante do Exército brasileiro, fornecendo, também, uma parte considerável dos seus quadros. Desempenhou um papel bastante ativo na vida política nacional, desde a criação do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1882, na derrubada do Império, em 1889, e daí em diante.”<sup>18</sup> Esclarece que, sem embargo da contribuição para a formação no país de uma agricultura moderna, de alta produtividade, “permanece o fato de que o papel político do Rio Grande, a nível nacional, tem historicamente mais a ver com a sua tradição militar, caudilhista, revolucionária e oligárquica, do que com os aspectos modernos e europeizados de sua economia e sociedade.”

Por fim, destoando desse conjunto, temos São Paulo. Afirma então: “Desde o início da história do país, a antiga Capitania de São Vicente se desenvolveu independentemente da administração central.”

A síntese dessa caracterização acha-se apresentada desta forma: “O Nordeste decadente, a economia mineira em decadência, o centro administrativo do país concentrado no Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul militarizado e em pé de guerra – são estes os núcleos principais deste país imenso que se manteria unido a duras penas no processo de independência.”<sup>19</sup>

O interesse na análise do tema do Estado Patrimonial Brasileiro, a partir dos anos setenta do século passado, advém do fato de que, nesse ciclo, completa-se a Revolução Industrial. Tal se deu, como sabemos, sob a égide do Estado. Oliveira Viana supunha que dessa intervenção resultaria no país o surgimento da base social requerida pelas instituições liberais. A Revolução Industrial deveria criar novos pólos de interesses, o que automaticamente iria requerer fosse institucionalizada a negociação entre tais interesses, em lugar do emprego da força<sup>20</sup>, razão de ser do Estado de Direito.

No auge dos governos militares, o Estado detinha cerca de 60% do patrimônio das cinco mil e trezentas maiores empresas não-agrícolas<sup>21</sup>. No setor siderúrgico, por exemplo, em 1975, o patrimônio líquido das empresas

<sup>18</sup> *Bases do autoritarismo brasileiro*, ed. cit. pág. 34.

<sup>19</sup> Obra citada, edição citada, pág. 68.

<sup>20</sup> No *Curso de Ciência Política*, Gianfranco Pasquino expressa essa alternativa do seguinte modo: “...como é sabido, a experiência clássica do constitucionalismo anglo-saxão está marcada pela tentativa, no essencial coroada de êxito, de substituir as balas (*bullets*) por boletins de voto (*ballots*) como instrumento de resolução de conflitos, contando cabeças ao invés de as cortar”. (tradução portuguesa, Lisboa, Principia, 2003, pág. 53)

<sup>21</sup> Gilberto Paim –*Estoque brasileiro de capital segundo ua origem*. Rio de Janeiro, 1975.

governamentais somava US\$ 7,6 bilhões contra US\$ 3,3 bilhões dos grupos privados. Depois daquela data, criaram-se mais duas grandes siderúrgicas estatais (Tubarão e Açominas). Nos setores elétrico, petróleo, petroquímica e telefonia o domínio estatal era absoluto. A égide estatal no setor bancário era igualmente incontestada.

Após a abertura, a Constituição de 88 consagrou a estatização da economia. Dada a gravidade dos problemas daí decorrentes, veio a ser reformada em 1994, o que permitiu fossem efetivadas algumas privatizações --sem dúvida relevantes--, a exemplo dos setores siderúrgico, telefonia e mineração. Manteve-se o domínio estatal na geração de energia e a existência da Petrobrás, além do controle sobre a parcela fundamental da infra-estrutura de transportes (rodovias e portos). Deste modo, a União preservou em suas mãos cobiçados “cargos de nomear”, o que tipifica e justifica seja denominado de *patrimonial* instituição que detém patrimônio tão colossal.

Difícilmente será factível reverter tal quadro. A industrialização brasileira processou-se sob o lema da “substituição de importações”. O que não estava diretamente em mãos do Estado dependia e depende estritamente da sua proteção. O BNDES tornou-se a única agência de investimentos no país e orienta-se estritamente por aquele princípio.

Assim, a chamada indústria nacional não se transformou num contraponto à burocracia estatal. A circunstância explica, em grande medida, a baixa participação do comércio exterior na formação do PIB. Ao que tudo indica, somente o agronegócio conseguiu criar mecanismos financeiros autônomos.

Portanto, em que pese tenha o Brasil se transformado numa nação industrial, a natureza do Estado não se alterou substancialmente. Ao invés de estar em mãos de estamentos da classe dominante, o Estado continua sendo o grande negócio da burocracia estatal, associada, como indicara Schwartzman, a segmentos expressivos da classe política, muitos dos quais, aliás, provêm diretamente daquele grupo social.

## **5. Reconstituição da trajetória do pensamento político**

### **a) Os marcos essenciais**

Considero que alguns estudos fixaram o imprescindível suporte para o ulterior aprofundamento. Refiro-os brevemente, embora deva justificar mais pormenorizadamente a escolha. Partiria do ensaio de Wanderley Guilherme dos Santos, de 1977, que intitulou “A praxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, incluído no livro *Ordem burguesa e liberalismo político* (São Paulo, Duas cidades, 1974), reproduzido mais tarde em *Décadas de espanto e uma apologia democrática* (Rocco, 1998). Precedentemente tivemos oportunidade de examinar detidamente a fecundidade do conceito de

*autoritarismo instrumental*, ali apresentado. As demais contribuições serão referidas logo a seguir.

Em segundo lugar, destacaria desde logo alguns dos avanços resultantes do *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro* (1982), que será caracterizado adiante. O primeiro deles reside na identificação da obra e da personalidade que permitiu, à elite emergente, no ciclo pós-Independência, o encontro de uma saída para a desorientação que se instalou no país, agravada na década de trinta. Consistia na experimentação de fórmulas capazes de estruturar e aprimorar a representação. Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846) é a personalidade identificada. De sua obra daremos conta a seguir. O acerto da opção iria comprovar-se pelo subsequente meio século de estabilidade política. Estávamos de posse de uma diretriz segura a fim de promover o aprofundamento da compreensão do Segundo Reinado

O segundo marco encontra-se no reconhecimento do papel que o positivismo desempenhou no desfecho a que correspondeu a proclamação da República. Esse fio condutor permitiu-nos separar a *prática autoritária* vigente na Primeira República do *autoritarismo doutrinário* que se gestou em seu interior. Sua principal variante seria o *castilhismo*. Este, por sua vez, explica o Estado Novo.

No que respeita ao ciclo subsequente ao pós-guerra, o balizamento seria fixado por Bolívar Lamounier no livro cuja caracterização será efetivada adiante. De certa forma resume os estudos de sua autoria que se ocupam da identificação das características da democracia brasileira.

Por fim, caberia a Antonio Octavio Cintra reunir amplo grupo a fim de bem situar os traços fundamentais de nosso sistema político.

O grupo de estudiosos de que o país passou a dispor é deveras numeroso. Seria impossível enumerá-los de forma exaustiva, esperando contudo não incidir em omissões que seriam imperdoáveis.

## **b) Wanderley Guilherme e o debate político contemporâneo**

Na reedição de “A práxis liberal no Brasil” (Rocco,1998), Wanderley Guilherme dos Santos incluiu um outro de seus ensaios, igualmente relevante para o entendimento de nossa evolução política contemporânea, que, entretanto, não teve fortuna igual ao anterior. Intitula-se “A práxis liberal e a cidadania regulada”.

Corresponde à pesquisa que realizou, na década de setenta, do processo de estruturação no país do sistema previdenciário e, de um modo geral, da sindicalização. O texto vinha sendo publicado, em forma de livro, pelo Editora Campus (*Cidadania e Justiça - a política social em uma ordem autoritária*). Wanderley Guilherme entendeu que não cabia insistir nessa forma na medida em que não teve condições de atualizar o exame da questão nas duas últimas décadas.

O pouco sucesso da nova proposta talvez se deva à circunstância de que registra a origem liberal das preocupações com a chamada questão social. Evaristo de Moraes Filho havia chamado a atenção para o fato, também sem alcançar maior influência nos que se debruçaram sobre o tema. Wanderley Guilherme avançou em relação a Evaristo de Moraes Filho na medida em que produziu uma classificação resultante dos fatos pesquisados. Entende que os resultados da fase sob a égide do “laissez-faire” (fórmula empregada pelo autor, correspondendo ao posicionamento liberal na República Velha) seriam minguaos, em que pese a regulamentação de vários direitos e o surgimento das caixas de aposentadoria e pensões. Na visão do autor, deixam a desejar na medida em que a elite do poder não quis trilhar a ambicionada redistribuição de renda. A tese é muito interessante. Ponderaria que o desenvolvimento capitalista é que acabaria abrindo caminho à distribuição de renda, como forma de permitir a formação de grandes mercados para bens de consumo (isto é, não se trata de nenhuma disposição de índole moral embora os efeitos possam ser assim considerados, permitindo que voltasse a ter atualidade a sugestão de Mandeville quanto à transformação em “virtudes públicas” daquilo que, em sua origem, não passaria de “vícios privados”). De todos os modos, parece acertada a tese de Wanderley Guilherme.

Para o ciclo subsequente (pós-30) avança o conceito de cidadania regulada que explica deste modo: “Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade”. Na medida em que o sistema, instituído em 1930 e mantido subsequentemente, enrijece as relações no mercado de trabalho, temos, em contrapartida, o crescimento do trabalho informal. Seria imprescindível, portanto, conceber novos marcos institucionais para a previdência e para o próprio entendimento legal dos direitos do trabalho. Wanderley Guilherme dos Santos não quis, entretanto, considerar o problema desse ângulo, preferindo fazê-lo no âmbito da participação democrática. E, assim, chegamos ao terceiro ensaio.

Intitula-se “Da oligarquia e suas máscaras institucionais”, sendo uma versão mais concisa do livro *Regresso - Máscaras Institucionais do Liberalismo Oligárquico*, de 1994. Trata-se de uma argumentação cerrada em defesa do sistema proporcional, encarado sobretudo do ângulo da participação política. O autor entende que as propostas de substituição do sistema eleitoral praticado no país seriam atentatórias à participação democrática, configurando autêntico regresso.



Por sua categoria intelectual, Wanderley Guilherme dos Santos tem mostrado que o complexo de inferioridade que nos marca, desde a ascensão do positivismo, não tem fundamentos na realidade. O fato do país ter realizado tardiamente a sua Revolução Industrial, bem como o de contar com tradições culturais (contra-reformismo, patrimonialismo, etc), impeditivas do pleno florescimento do capitalismo, não significa, no plano intelectual, que devamos aceitar posições subalternas. Pelo conjunto de sua obra e projeção alcançada, ele é parte integrante do seleto grupo que hoje, no mundo desenvolvido, discute a questão democrática (Robert Dahl; Samuel Huntington; Arend Lijphart). Situa-dos seus pontos de vista no mencionado contexto, ver-se-á que focaliza os temas mais candentes, com relevantes contribuições próprias.

A meu ver, entretanto, minimiza a diferença entre a situação brasileira e a dos países desenvolvidos. Entre nós, não se trata de aprimorar o sistema representativo que, notadamente nos EUA, tem seguido o caminho de submeter à consulta plebiscitárias questões que possam interferir na vida de determinadas comunidades. Onde o sistema democrático representativo está consolidado, a contribuição de Wanderley Guilherme seria no sentido de ressaltar a importância da participação. Aqui no Brasil estamos ainda na fase da consolidação do sistema representativo. O nosso sistema proporcional é tão “sui generis” que sequer foi encontrada uma denominação aceitável (seria “sistema proporcional por escolha uninominal de lista aberta”). Onde existe e é consagrado, toma por base lista fechada. Com a variante por nós adotada, nunca teremos partido político. E sem partido não há democracia

Embora Wanderley Guilherme nada tenha a ver com isto, a retórica em torno da “democracia direta” encobre o sonho de substituir o sistema representativo pelo sistema cooptativo, que era a forma adotada pelos comunistas no Leste e continua vigorando em Cuba. Nos seus documentos oficiais, o PT nunca escondeu o seu despreço pelo sistema representativo e, mesmo na virada ocorrida na campanha eleitoral de 2002, ou mesmo depois, a agremiação não fez, abertamente, autocrítica reconhecendo o caráter francamente totalitário do projeto que acalentou. Muito ao contrário, como se pode inferir do entusiasmo demonstrado por Cuba.

Naturalmente a defesa que Wanderley Guilherme faz da participação política não poderia ser confundida com semelhante primarismo. Insere-se no que há de mais moderno no debate político europeu e norte-americano. Contudo, para chegarmos lá e não correremos o risco de novos surtos autoritários, inevitável se torna alterar o sistema eleitoral existente, introduzir a fidelidade partidária e a cláusula de barreira. A experiência sugere que, com as conquistas nos meios de comunicação, as minorias não precisam obrigatoriamente estar no Parlamento para popularizar as suas bandeiras. Tomo o exemplo dos chamados “verdes”, que, sem lograr representação política expressiva, conseguiram popularizar de forma inusitada os denominados valores ecológicos. Assim, a questão não mais se apresenta em termos clássicos, o que naturalmente não

invalida a defesa que Wanderley Guilherme efetiva da participação política, notadamente se a inserirmos na temática posta em circulação pelos grandes teóricos da democracia em nosso tempo, entre os quais, sem favor, conquistou posição destacada. Ao mesmo tempo, acredito que ambos concordaríamos em que a agremiação partidária esteja de alguma forma ajustada a uma proposta de organização da sociedade. Com muito boa vontade, a variedade de tais propostas chegaria a cinco (comunista, socialista, social-democrata, liberal e conservadora), nem de longe justificando a existência de 30 ou 40 partidos políticos como autoriza a permissividade de nossa legislação.

### **c) O curso pioneiro da UnB e seus desdobramentos**

Na condição de Decano de Extensão da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Henrique Cardim deu início, em caráter pioneiro, a cursos à distância. Coube-nos coordenar aquele que foi denominado de *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*, que funcionou durante o ano de 1982.

O Curso foi subdividido em doze Unidades, assim intituladas: I) Primórdios do liberalismo; II) Liberalismo e representação política: o período imperial; III) A discussão do Poder Moderador no Segundo Império; IV) A propaganda republicana; V) A ditadura republicana segundo o Apostolado Positivista; VI) Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha; VII) O castilhismo; VIII) O trabalhismo após 30; IX) O socialismo; X) O integralismo; XI) A opção totalitária; e XII) Correntes e temas políticos contemporâneos. Com o propósito de aferir o nível de aproveitamento dos alunos, escolheu-se, para ESTUDO DE CASO, Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais.

Em relação a cada uma das doze unidades foram elaborados Guias de Estudo que, além da requerida exposição do assunto, inseriam as questões centrais, a serem discutidas nas reuniões presenciais, bem como a correspondente bibliografia. O Estudo de Caso, por sua vez, destinava-se a apresentar uma questão não considerada ao longo do curso. À vista da circunstância, o texto correspondente inseria breves indicações sobre os partidos existentes no Império e a sucessão de tais agremiações, ao longo da República; os programas partidários e a correspondente legislação. Com base nesse material os alunos deveriam elaborar pequena monografia na qual emitissem opinião sobre as razões da inexistência de partidos estáveis no Brasil, ao contrário do que ocorrera em diversos outros países ocidentais, inclusive latino-americanos.

A elaboração dos guias de estudo esteve a cargo de Antonio Paim, Aquiles Cortes Guimarães, Francisco Martins de Souza, Reynaldo Barros, Ricardo Vélez Rodriguez e Vicente Barreto.

Com vistas a acompanhar o aproveitamento, o modelo adotado foi o da Open University inglesa, chamado de tutorial, exigente de reuniões presenciais. Dadas as dimensões do país e da variedade do número de inscrições segundo os

estados, o Decanato de Extensão optou por delegar essa tarefa a instituições locais, sistema que nem sempre funcionou a contento. Apesar disso, o Curso assumiu dimensões inusitadas em termos de participação dada a iniciativa, do Decanato, de publicar resumos dos guias de estudo nos jornais da quase totalidade de capitais, abrindo inscrições para os que desejassem apoio e assistência durante o estudo. Como na época não se dispunha de INTERNET, as perguntas seriam encaminhadas por FAX.

O número de inscritos superou a casa dos dez mil, cerca de dez por cento dos quais enviaram o trabalho final, condição para que recebessem o diploma. Naturalmente tivemos que simplificar o nível de exigência, isto é, em lugar da monografia um texto de poucas páginas sobre qualquer dos assuntos constantes da publicação.

Além da análise do pensamento de autores estudados precedentemente, como os participantes da Inconfidência Mineira ou Hipólito da Costa, para citar o principal, deu-se a conhecer a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira. Muito estudado no século XIX, acabou caindo no esquecimento no período republicano.

Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846) veio para o Brasil, acompanhando a mudança da Corte, diretamente da Prússia, onde exercia as funções de Embaixador de Portugal. Formou entre os que entendiam deveria ser da iniciativa da Coroa o processo de transição para a monarquia constitucional, o que não chegou a ser efetivado. O monarca teve que fazê-lo em decorrência da Revolução do Porto (fins de 1820). Premido pelos acontecimentos, D. João VI entregou-lhe a chefia do governo e, nessa condição, regressou a Portugal. Tentou sem sucesso introduzir a moderação no trabalho das Cortes. Prevendo o desfecho (tentativa de restauração da monarquia absoluta) exilou-se em Paris.

Em sua longa estada no Rio de Janeiro organizou curso de cultura geral e filosofia, graças a que estabeleceu sólidos vínculos com a elite brasileira em ascensão e que viria a assumir o poder com a Independência.

Durante a permanência em Paris, cerca de vinte anos, Silvestre Pinheiro Ferreira elaborou extensa obra de filósofo e publicista político. Comentou e criticou à exaustão as Constituições brasileira e portuguesa, discutiu em detalhes os problemas da doutrina liberal e, em 1834, publicou a síntese de suas idéias no **Manual do cidadão em um governo representativo**, em três tomos, recentemente reeditado pelo Senado, um dos resultados da iniciativa que vimos descrevendo.

A doutrina de Silvestre Pinheiro, inspirando-se em Benjamin Constant, popularizou a tese de que a representação política seria de interesses. No **Manual**, antes citado, deteve-se amplamente nesse aspecto, inclusive tentando identificar os segmentos, na sociedade luso-brasileira, que teriam interesses perfeitamente configurados. Pronunciamentos de diversos integrantes da liderança política brasileira da época explicitam a sua adesão à tal doutrina, justamente ao que se pode atribuir o empenho com que se ocuparia, no Segundo

Reinado, de aprimorar esse instituto. Assim, deu uma valiosa contribuição no sentido de estruturar-se o agrupamento moderado que, através do *Regresso*, encaminhou a solução para o grande impasse institucional que tumultuou a vida do país ao longo das duas primeiras décadas do país independente.

Outro aspecto digno de destaque é a recuperação do debate, ocorrido no Segundo Reinado, acerca do Poder Moderador. Corresponde a avanço em relação aos estudos precedentes desta matéria, devidos a João Camilo de Oliveira Torres (1916/1973) e João Scatinburgo (nascido em 1915). Em que pese o mérito desses autores, pareceu-nos equivocada a premissa de que partiram ao atribuir ao temperamento de D. Pedro II a prolongada manutenção da estabilidade política. Sem dúvida, D. Pedro revelou-se estar atento aos pronunciamentos da opinião ativa, notadamente às novas lideranças que emergiam do aprimoramento do sistema eleitoral.

Na década de sessenta, por exemplo, demonstrou ter aceitado como fato normal a chamada “maré democrática”. Esta, na verdade, não contribuiu para a autenticidade da alternância no poder, objetivo pretendido, levando em conta que se revestiu, no decênio anterior, de caráter meramente formal. Mas o Imperador não temeu a experiência de entregar-lhes o poder, tão certo estava da consistência das instituições. E não demonstrou qualquer tipo de ressentimento diante da forma deselegante com que o líder dessa corrente, Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815/1877), depois de se ter revelado incapaz de oferecer ao país qualquer projeto deveras aglutinador, recusou-se a integrar o Conselho de Estado. Vale dizer: se tivesse se aferrado a vaidades secundárias, acabaria criando animosidades pessoais que poderiam turbar o clima de entendimento que se estabeleceu no seio da liderança política.

Contudo, o arranjo institucional que foi concebido e implantado, nos anos quarenta, proveio da liderança forjada nas lutas precedentes, quando D. Pedro não passava de uma criança. A par disto, o exercício do Poder Moderador, no Segundo Reinado, não pode ser dissociado do papel desempenhado pelo Conselho de Estado.

A referida análise do tema em apreço não se limita a avançar semelhante conclusão. Comprova que o sucesso do aconselhamento propiciado pelos integrantes daquela instituição deveu-se a que souberam ater-se ao plano moral. Tanto Benjamin Constant como Silvestre Pinheiro Ferreira chamaram a atenção para a esfera da moralidade, presente em toda sociedade, que deveria merecer tratamento específico, exigente de uma instituição. Constant a chamou de Poder Neutro e, Silvestre, de Poder Conservador. A consulta às Atas do Conselho de Estado comprova o fato de que, seus integrantes, deram-se conta de que a moderação somente deveria exercer-se em torno de questões que transcendiam a negociação de índole política.

No que respeita ao período republicano, avançou-se a distinção entre prática autoritária, institucionalizada nas quatro primeiras décadas, das variantes de autoritarismo doutrinário emergentes no mesmo ciclo, não só o castilhismo mas

igualmente os primeiros passos dados pelo corporativismo. Soubemos valer-nos das valiosas indicações de Evaristo de Moraes Filho quanto à natureza autoritária então assumida pelo socialismo, notadamente nos anos trinta, depois de uma fecunda aliança com os liberais, que acabaria integralmente obscurecida.

Destacamos a importância da criação do Partido Democrático, em 1926, em São Paulo, recuperando outra obra esquecida: *Do regime democrático* (1927), de João Arruda (1861/1943), que iria nortear a oposição liberal a Vargas, sendo a fonte inspiradora da União Democrática Nacional (UDN), organizada após a queda do Estado Novo. A presença do pensamento liberal na Primeira República acha-se documentada ainda pela caracterização da obra de Rui Barbosa (1849/1923) e de Assis Brasil (1857/1938).

No que se refere ao Estado Novo, o Curso documenta abundantemente ter sido o castilhismo a sua principal fonte inspiradora.

No tocante ao pós-guerra, vale destacar o estudo pioneiro, devido a Reynaldo Barros, que intitulou de “A formação do pessedismo e do udenismo no ciclo de reconstitucionalização do pós-guerra.” Avançamos também a comprovação de que o aparecimento de opção totalitária no cenário político brasileiro do período, ao contrário da suposição corrente, não seria uma criação do Partido Comunista. Este nunca passou da fidelidade ao autoritarismo, notadamente em presença de uma grande influência positivista. A opção totalitária originar-se-ia entre os católicos, no movimento criado pelo padre jesuíta Henrique Lima Vaz (1921/2002) sob a denominação de Ação Popular. Nesse documento é que apareceria, pela primeira vez no país, a proposta do regime de partido único. Durante o período dos governos militares, passou a chamar-se Ação Popular Marxista Leninista.

Por fim, adotamos o conceito de *autoritarismo instrumental*, da lavra de Wanderley Guilherme dos Santos, cuja fundamentação teórica encontra-se na obra de Oliveira Viana. Incorporamos também a hipótese de Ubiratan Macedo (1937/2007) de que essa teria sido a doutrina seguida pela corrente hegemônica nos governos militares, devido à qual recusou e conseguiu ultrapassar a tentativa de perpetuação no poder, acalentada pela chamada “linha dura”.

Alguns anos mais tarde (1995), o *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro* foi oferecido, ainda na forma de ensino à distância, pela Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro. A versão considerada mereceu aprimoramento digno de nota. Trata-se de que passamos a contar com a colaboração da Profa. Maria Clutilde de Jesus Pinto Abreu, especialista formada na matéria pela UNED, a conceituada universidade espanhola que revolucionou os cursos a distância. A profa. Clutilde introduziu as adaptações requeridas para a combinação de reuniões presenciais (forma exclusiva praticada pelo sistema tutorial) com a apresentação de questões de múltipla escolha.

Tomamos ainda a iniciativa de apresentá-lo em forma de livro, publicado pela Editora Itatiaia (**Evolução do Pensamento Político Brasileiro**: Belo Horizonte, 1988).

Outro subproduto relevante do Curso antes caracterizado consiste na organização da *Biblioteca do Pensamento Político Republicano*. Foi concebida por uma Comissão de que participaram Alberto Venâncio Filho, Antonio Paim, Bolívar Lamounier e Vicente Barreto. Editou vinte títulos, adiante relacionados, tendo a publicação ficado a cargo da Câmara dos Deputados e da Editora da Universidade de Brasília.

Em caráter pioneiro publicou-se a *Bibliografia do Pensamento Político Republicano*, abrangendo o período 1870/1970, da autoria de Evelyse Maria Freire Mendes que tomou por base indicações fornecidas por Wanderley Guilherme dos Santos. Sua revisão ficou a cargo de Edson Nery da Fonseca.

Seguiram-se as obras que consideraram os aspectos institucionais mais relevantes: *O Poder Executivo na República Presidencial* (1916), de Aníbal Freire (1884/1970); *Do Poder Judiciário* (1915), de Pedro Lessa (1859/1921); e *Do Estado Federado e sua organização municipal* (1920), de Castro Nunes (1882/1950).

Duas antologias consideraram correntes políticas relevantes no período, a primeira dedicada ao *Apostolado Positivista e a República*, a cargo de Antonio Paim, e, a segunda, *O socialismo brasileiro*, da autoria de Evaristo de Moraes Filho.

Reeditou-se a coletânea organizada por Vicente Licínio Cardoso (1889/1931), focalizando aspectos fundamentais da Primeira República, através de textos escritos pelos mais renomados estudiosos do período, que se editou com o título de *À margem da história da República* (1924).

Outro texto fundamental seria *A Igreja na República* (1900), do padre Júlio Maria (Júlio Maria de Moraes Carneiro. 1850/1926). Ficou a cargo de Anna Maria Moog Rodrigues a seleção de textos das personalidades mais representativas do pensamento católico, ao longo do período republicano, que intitulou de *A Igreja na República*.

A Coleção registra a presença de personalidades positivistas que renegaram as pregações do Apostolado em prol da ditadura republicana, guardando fidelidade com o sistema democrático representativo. Incumbiu-se Antonio Paim da seleção de textos e sua introdução. Essa antologia foi denominada de *Plataforma política do positivismo ilustrado*.

Para apresentar ao leitor no projeto acalentado para o país pela liderança que acabaria assumindo a hegemonia na Revolução de 30, que a levaria a desembocar no Estado Novo, Ricardo Veléz Rodriguez foi incumbido de preparar introdução para a reedição da *Plataforma da Aliança Liberal* (1930) e de antologia da publicação teórica fundamental do período (*Cultura Política e o pensamento autoritário*). Essa publicação esteve a cargo de Almir de Andrade (1911/1991). Fundada em 1941, *Cultura Política* circulou até o fim do Estado Novo (1945).

Optou-se por incluir na Coletânea ampla representação da obra das personalidades mais destacadas do autoritarismo doutrinário. Assim, de Oliveira

Viana incluíram-se três de suas obras consideradas mais importantes (*Instituições políticas brasileiras; Populações meridionais e Problemas de Direito Corporativo*). A escolha desse último livro prendeu-se ao fato de que os habituais detratores de nossa meditação, valendo-se do título, sem se deter no na análise do texto, passaram a acoimá-lo de corporativista. Na Apresentação, Alberto Venâncio Filho documenta tais deturpações e demonstra que, para Oliveira Viana, a corporação correspondia à forma que iria assumir a empresa capitalista plenamente desenvolvida.

Azevedo Amaral (1881/1942) comparece com a sua obra capital: *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938).

Francisco Martins de Souza incumbiu-se de selecionar e introduzir os textos considerados básicos de Francisco Campos (1891/1968), antologia a que deu o nome de *O Estado nacional e outros ensaios*.

No caso de Júlio de Castilhos (1860/1903), levando em conta que não elaborou obra de cunho teórico, reeditamos o texto essencial que caracteriza o novo regime instituído no Rio Grande do Sul: *Constituição Política do Rio Grande do Sul. Comentário* (1911). Levando em conta que, tendo Castilhos estabelecido como distinção básica entre República e Monarquia a alternância do governante no poder, praxe que seria abandonado pela liderança que o substituiu (Borges de Medeiros, 1864/1961), esta encomendou uma obra que desse conta da questão. Trata-se do livro de Raimundo de Monte Arraes (1892/1930) – *O Rio Grande do Sul e suas instituições governamentais* (1925), que também seria incluído na Coleção.

Por fim, a antologia de uma publicação que retrata bem a plena configuração de uma nova vertente do pensamento brasileiro, emergente nos anos trinta e que alcançou grande florescimento no pós-guerra: *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de nosso Tempo”*. Seleção e Introdução de Simon Schwartzman.

#### **d) Idéia sumária das contribuições de Bolívar Lamounier**

Após concluir doutoramento em ciência política na Universidade da Califórnia (1974), Bolívar Lamounier (nascido em 1943) passou a ocupar-se da realidade política brasileira, podendo-se registrar a sua presença no debate dos temas mais candentes do período, a começar da abertura. Ao longo do período tem procurado destacar as características da democracia brasileira.

Acredito poder apresentar uma idéia sumária de suas contribuições tomando por base um de seus últimos livros **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira** (São Paulo, Augurium Editora, 2005).

Como indica o autor, o livro reúne “análises e reflexões”, elaboradas em diferentes momentos, que, a nosso ver, permitem situar os temas fundamentais em cada um dos principais ciclos de nossa evolução política.

O centro da análise corresponde ao processo de construção das

instituições do governo representativo. Começa, portanto, pelo exame do tema da representação na fundação do Império. Lamounier afirma que, “dadas as circunstâncias, entendo que tal modelo foi uma opção lógica.” Explica: “organizar a autoridade não era tarefa que se pudesse cumprir à margem do sistema representativo, ou dele prescindindo, mas sim por meio dele, em conjunção com o princípio monárquico.” Essa seria precisamente a questão que iria arrastar-se por quase duas décadas, em seguida à Independência.. Fracassado o arremedo de República, tentada mediante a eleição direta do Regente, determinada pelo Ato Adicional de 1834, o elemento moderado teve condições de impor a opção da monarquia constitucional, com o chamado **Regresso**.

Ao contrário das análises superficiais que criticam as limitações na extensão do sufrágio, estabelecidas pela adoção do sistema censitário (dependência do nível de renda para o exercício do direito de voto), presente à opção a que se refere, Lamounier examina em profundidade essa problemática, à luz do contexto histórico e da experiência dos países europeus, na época de que se trata.

A questão teórica resultante é apresentada deste modo: “O problema é o fosso, a ser franqueado em algum momento, entre representação “necessária” e a “verdadeira”. “Necessária”, nos primórdios do Império, é a representação hobbesiana, ou seja, a eleição (mesmo sujeita a fraudes) que apenas autoriza a investidura de indivíduos privados em posições oficiais com o fim de pacificar as disputas. “Verdadeira” é a representação ideal, baseada em “eleições autênticas”, projetada num futuro distante e indeterminado. Daí em diante, a evolução, ou o ritmo de aperfeiçoamento institucional, transforma-se em conceito político central, fator-chave na legitimação do sistema democrático-representativo.” (pág. 68)

Transcrevo integralmente a extraordinária síntese que produziu acerca da República Velha: “A Primeira República (1889-1930) representou um retrocesso, ou no mínimo uma longa estagnação: não ampliou o sufrágio nem contribuiu para a confiabilidade dos procedimentos, e os acordos oligárquicos acabaram impedindo de fato a alternância. Não se transformou num regime autoritário de longa duração, como viria a acontecer na Espanha e em Portugal, mas tampouco estimulou a prática desimpedida do pluralismo democrático. Nesse sentido, podemos sem dúvida afirmar que fincou ou aprofundou as raízes de impasses posteriores”. (pág. 38)

Quanto ao Estado Novo, afirma que embora não haja conseguido implantar um sistema autoritário tão duradouro como o seu congênere português, “deixou seqüelas difíceis para a democracia que o sucedeu.” Justamente a análise dessas seqüelas irá proporcionar-nos um quadro claro e elucidativo da processo político que se iria instaurar a partir do denominado “interregno democrático” de 1945/64, com a herança que não se conseguiria digerir da clivagem gerada no interior do ciclo getulista precedente.



Essa análise havia sido divulgada autonomamente, com este expressivo título: “E no entanto se move: formação e evolução do Estado democrático no Brasil, 1930-1994”. Na obra que estamos comentando, corresponde aos três capítulos iniciais da Parte II, sucessivamente: “O ciclo getulista: raízes da instabilidade política do período 1930-1964”; “O processo político durante o regime militar (1964-1985)”; e, “De Figueiredo a Itamar: sucessão de fragilidades”.

A tese central da qual parte é a seguinte: “O Brasil dos anos 50 estava rachado ao meio, dividido por uma clivagem profunda, uma completa falha geológica que atravessava diversas camadas sedimentares, mas tinha um foco extremamente definido: o antagonismo entre getulismo e anti-getulismo”. (“Getulismo e anti-getulismo: a fratura exposta”, págs. 118-130). Veja-se esta citação que transcreve, sendo seu autor o jornalista Carlos Lacerda, futuro deputado: “O senhor Getúlio Vargas, eleito senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.

Além da enormidade do desprezo pela democracia, a citação, naturalmente, expressa também o que deseja destacar Lamounier, a profundidade do fracionamento do país entre getulistas e anti-getulistas.

Embora Vargas tivesse logrado configurar plenamente o projeto de Revolução Industrial, seria obra de Juscelino Kubitschek levá-lo á prática, com o seu Plano de Metas, fazendo emergir o que Lamounier assinala como embate entre o arcaico e o moderno. Nessa convicção, daremos maior destaque ao que chamou de quarta camada das clivagens existentes: “o onipresente veneno da guerra fria”.

Lamounier assinala que, embora os comunistas aparecessem aliados aos udenistas no combate a Vargas, no curso do seu governo (1951/1954), na verdade era grande o potencial de aproximação entre as duas correntes.

A base objetiva para uma aliança entre comunistas e getulistas, a seu ver, residia no fato de que “a guerra ensinara aos comunistas, a começar do próprio Stalin, a importância do Estado nacional”. O nacionalismo passara a se constituir num aliado. Outro ponto de confluência residiria no que denomina de **prometeísmo**, “a obsessão com a transformação material, exuberantemente encarnada na industrialização soviética e, entre nós, simbolizada de modo embrionário por Getúlio e pela Usina de Volta Redonda.”

Apesar da repressão contra os comunistas desencadeada por Vargas após a insurreição de 1935 e durante o Estado Novo, os comunistas admitiam que poderia consistir num aliado estratégico no combate ao imperialismo. Em seguida, escreve: “Do lado udenista, nem a repressão desencadeada contra os comunistas entre 1935 e 1945, nem as críticas feitas por estes ao governo em 1954 amenizavam a imagem de Getúlio; na verdade para esses velhos adversários do Estado Novo, o Getúlio do pós-guerra não passava de um ex-fascista que agora simpatizava com os comunistas e buscava seu apoio.”

Ao remontar aos anos cinquenta, lembra o autor, os comunistas haviam perdido toda a aureóla grangeada pela vitória da União Soviética sobre o nazismo. A par disto, a contraposição entre comunismo e anti-comunismo, afirma, “não se limitava aos campos ideológico e político. Era também uma questão militar”.

E, prossegue: “Na década de cinquenta, o comunismo chegara a seu ponto máximo de expansão nos termos da geopolítica mundial, consolidando-se no Leste Europeu, estendendo-se à China e fazendo, com a Revolução Cubana de 1959, seu primeiro grande desembarque nas Américas. Por minúsculo que fosse, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era visto como a cabeça-de-ponte da URSS no Brasil, e, em consequência trazia para dentro do país, em cores vivas, aquela linha imaginária que se convencionou chamar de Guerra Fria.” Tudo isto explica o desfecho de março de 1964, com a deposição de Goulart e o início do ciclo de governos militares.

Na crítica ao regime militar, Bolivar Lamounier valoriza o fato de que haja mantido o processo eleitoral, permitindo também o alistamento e o aperfeiçoamento da administração eleitoral. Facultou, assim, a criação de uma base para o ressurgimento da democracia após a abertura política.

Ainda que destaque, desde esta última, os avanços registrados no plano democrático, com especial destaque para a pacificação dos enfrentamentos, adverte para a falta de base na proposição de que, nesse plano, vivemos no melhor dos mundos. Com o propósito de permitir que se aprofunde o debate acerca desse tema, inseriu no livro uma terceira parte na qual registra os percalços da reforma política e resume o que denomina de “questões atuais da democracia”.

As breves indicações precedentes, se nem de longe esgotam a amplitude da análise contida nessa obra, acredito servirão a fim de chamar a atenção para a importância do livro, que certamente se tornará ponto de referência.

### **e) O sistema político brasileiro na visão de Antonio Octávio Cintra**

A obra *Sistema Político Brasileiro* (São Paulo, 2ª ed., Editora UNESP, 2007), organizada por Lúcia Avelar e Antonio Octávio Cintra, com o patrocínio da Fundação Konrad Adenauer, teve o mérito de reunir diversos estudos de aspectos isolados de nosso sistema político, facultando uma visão de conjunto.

A par disto, os textos de Antonio Octávio Cintra servem como uma espécie de ossatura geral. Ainda que devamos considerá-los especificamente, vale desde logo indicar as razões pelas quais desempenha esse papel: 1ª) conduz o foco para o essencial do problema ao cuidar de estabelecer a natureza do presidencialismo brasileiro, em contraponto não apenas com as variantes principais como em face do parlamentarismo; 2ª) destaca logo o fato que nem sempre se leva em conta: *as instituições importam*. Basta ter presente o

desapreço vigente, entre nós, em relação ao Parlamento e ao partido político, para dar-se conta da relevância dessa nota; e, 3<sup>a</sup>) faculta ao leitor um retrato vivo do funcionamento da Câmara dos Deputados no período recente

É parte da ossatura do livro o ensaio de Octávio Amorim Neto. Para corroborá-lo, é suficiente indicar-lhe o título: “O Poder Executivo: centro de gravidade do sistema político brasileiro”.

A par disto, os demais estudos completam o quadro na medida em que consideram os outros componentes do Executivo (burocracia; agências reguladoras e federalismo) e o Poder Judiciário.

Coube a Lúcia Avelar apresentar-nos o que seria “o outro lado da questão”: a relação Estado/sociedade. Ensaio de sua autoria abre a coletânea ao considerar a participação política. Os demais textos aprofundam essa visão com ênfase na caracterização dos personagens relevantes (classe política, partidos, sindicatos, militares. etc.).

O livro se completa ao considerar o Brasil na ordem internacional.

Vejamos mais detidamente o que a nosso ver constitui o cerne do sistema político brasileiro, isto é, os ensaios de Antonio Octávio Cintra e Octávio Amorim Neto.

Na busca do que se poderia designar como especificidade do presidencialismo brasileiro, Antonio Octávio Cintra passa em revista as razões pelas quais não se introduziu no país República parlamentar, o que seria de todo mais plausível. Afinal de contas o país vivera quase meio século sob esse tipo de sistema.

Ao suscitar o tema, parte da seguinte constatação: “A discussão sobre o sistema de governo mais conveniente para o Brasil tem sido intensa ao longo do período republicano, talvez porque a opção presidencialista, feita sob a égide do positivismo militar, quando da derrubada da monarquia, jamais tenha sido totalmente digerida por expressivas lideranças de nosso mundo político e intelectual”.

Cintra enxerga sérios obstáculos à introdução da República parlamentar, com o fim da monarquia, dadas as condições vigentes no país (“baixa participação política, eleitorado minúsculo e imensa população rural, submetida ao poder tradicional dos donos da terra”) embora houvesse no sistema político esboço de instituições básicas de competição política. O certo porém é que a República cortou a possibilidade desse desfecho.

Detém-se no exame da fracassada experiência parlamentarista de 1961. Escreve: “nascido sob maus auspícios e numa situação de crise operacional, sabotado pelo presidente e pelos próprios ministros, não tendo sido difícil convencer a população a rejeitá-lo.”

Lembra que a Comissão Arinos, criada após a abertura de 1985, incumbida de elaborar projeto de Constituição, optou por recomendar a introdução do parlamentarismo, de que teria resultado não fosse sequer submetido à Assembléia Constituinte. A opção final dessa Assembléia pelo

presidencialismo parece-lhe ter sido insegura, na medida em que estipulou a realização do plebiscito de 1993. O tema contudo, por sua complexidade, não se prestava à natureza dessa consulta (sim ou não). Como se sabe, deu a vitória ao presidencialismo.

É muito interessante a análise empreendida por Antonio Octavio Cintra para responder à questão: por que a recusa ao parlamentarismo.

Basicamente, trata-se de uma aspiração limitada à elite, sem respaldo na opinião pública. Esta acredita “que a tarefa de desenvolvimento do país, modernizá-lo, romper os bloqueios a seu progresso, requer a concentração de poder num líder carismático, ungido pelo mandato popular para mudar o sistema”. Nossa opinião pública não vê no parlamentarismo a possibilidade da emergência de liderança forte. Junte-se a tais percepções o despreço do Parlamento.

Cintra entende que se trata de uma percepção enganosa na medida em que formula exigências conflitantes com o nosso sistema de governo presidencial. Resumo e enumero as características que lhe atribui:

1ª) O sistema político brasileiro está cheio de pontos de bloqueio a tomada de decisões;

2ª) O Presidente brasileiro tem de compor sua base de governo num Congresso pluripartidário onde não se formou agremiação majoritária sequer capaz de aprovar leis ordinárias;

3ª) As decisões exigentes de quorum especial proporcionam às pequenas agremiações incomensurável poder de barganha;

4ª) Sendo bicameral o Legislativo, o rito de votação deve repetir-se no Senado;

5ª) Presença de federalismo real o que atribui poder de barganha a oligarquias nos estados menos desenvolvidos; e,

6ª) Poder Judiciário descentralizado contando o Ministério Público com autonomia.

Do quadro descrito resulta que a democracia brasileira pode ser descrita como **bloqueio ao poder da maioria**.

Essa realidade conflita com o papel que se espera do sistema de governo democrático representativo: capacidade de proporcionar maiorias estáveis aptas a governar, escreve Cintra. Ao que acrescentaria: assegurar a alternância de poder que reflita as normais oscilações da opinião pública.

Em seguimento, passa em revista os estudos recentes dedicados ao tema. Em síntese, giram em torno do conceito de “presidencialismo de coalizão”. Confluem no sentido de justificar o sistema institucionalizado no país, alheios aos riscos inerentes à descabida fragmentação das agremiações políticas. Nesse afã de suscitar a suposição de que “vivemos no melhor dos mundos possíveis”, chegou-se até a aproximar as coalizões governamentais brasileiras do parlamentarismo europeu, tese sem qualquer consistência.

Cintra completa o estudo ora considerado com a caracterização do funcionamento da Câmara dos Deputados, contando com a colaboração de Marcelo Barroso Lacombe. Parte do fato de que a Constituição de 88, embora tenha restabelecido muitas das prerrogativas do Parlamento --abolidas ou minimizadas nos governos militares--, preservou muitos dos poderes de que foi dotado o Poder Executivo naquele período, no que respeita à interferência no processo legislativo. Basta lembrar aqui as denominadas medidas provisórias que, na verdade, dão ao Executivo o poder de pautar a agenda do Congresso.

O texto passa em revista os mecanismos adotados para assegurar o funcionamento da Casa, o papel da Mesa, do Colégio de Líderes e, notadamente, das Comissões permanentes e transitórias.

Na literatura produzida a esse respeito, adotou-se como parâmetro obra relacionada ao funcionamento da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, da autoria de David Mayew (*Congress: the Eleitoral Connection*, 1974). Esse autor defende a hipótese de que o funcionamento daquela instituição pode ser compreendido a partir do propósito dos deputados de serem reeleitos.

Fez-se caso omissivo de que, nos Estados Unidos, a renovação do mandato dá-se a cada dois anos, o sistema é distrital, o representante é eleito na base do compromisso com determinados pontos programáticos e presta contas, periodicamente, de seu desempenho.

Registro aqui o espanto, revelado por correspondente de jornal brasileiro, ao que entendeu como inexistência de campanha eleitoral, ao acompanhar, isoladamente, a eleição de deputados federais. Não havia sido informado do *modus operandi*, isto é, da efetiva proximidade entre representante e representado, ao longo do exercício do mandato.

Outras características distintivas em relação ao caso brasileiro: as atribuições da União são limitadas à política externa e defesa, sendo reduzida a sua ingerência nos temas afetos à Federação que a precedeu e constituiu. *Last but not least*, dois grandes partidos concentram historicamente sempre acima de 95% da votação.

No caso dos Estados Unidos, com efeito, a estabilidade da composição das duas Casas poderia ser apontada como uma das características básicas do sistema. Dedicando-se a acompanhar esse fato, o analista político Charles Cook concluiu que, no período 1998 a 2006, dos 435 distritos eleitorais, o maior número de distritos efetivamente competitivos correspondeu a 35 (cerca de 8% do total). No pleito de 2004, disputa pondo em risco o mandato do deputado somente se verificou em 13 distritos. Tenha-se presente que, no ciclo em causa (1998/2006), ocorreram seis pleitos eleitorais.

Conforme se pode ver do quadro adiante, o Brasil situa-se no pólo oposto. Nas eleições posteriores a 88, o índice de renovação oscilou entre 45% e 62%:

### Renovação da Câmara dos Deputados

Legislaturas	Novos Deputados	
	Nº	%
1991-1995	318	62
1995-1999	277	54
1999-2003	220	43
2003-2007	235	46
2007-2011	246	48

Outro aspecto para o qual se voltam os analistas é a denominada “coesão partidária”, isso é, em que medida os integrantes das bancadas acompanham as determinações da liderança. Cintra passa em revista as diversas manifestações dedicadas ao tema. Parece-me, entretanto, que a Fabiano Santos ocorreu uma opinião mais próxima do bom senso, pelo menos no que se refere à chamada “base governista”. Ei-la: “O comportamento coeso de uma legenda comum é do interesse de cada deputado como forma de conferir credibilidade a uma ameaça que, do contrário, não chegará a importunar ator político tão poderoso quanto o Presidente da República. (...) a adesão às proposições políticas do partido é um bem público para a bancada como um todo, e esse benefício somente pode ser alcançado se os parlamentares delegam aos líderes uma parte considerável de seu controle sobre a pauta legislativa com a finalidade de remover os problemas de coordenação.” (*Apud* Cintra- obra cit, ed. cit, pág. 163/164)

Desse conjunto de análises, abrangendo, como não poderia deixar de ser, o nosso sistema eleitoral, Cintra conclui: “Não parece justificada a propensão a descartar, como desnecessárias, iniciativas de reforma política, presente entre muitos dos analistas que se têm debruçado sobre as realidades eleitoral e partidária e sobre o funcionamento do sistema de governo no país. De modo geral, do ângulo do eleitorado, para o qual seria importante a presença de valores como a inteligibilidade do sistema e um grau razoável de *accountability*, entre outros, tem ficado esquecido quando se acha o funcionamento do modelo atual como satisfatório e se estigmatizam tentativas de aperfeiçoá-lo. E também, como apontado ..., tem-se omitido a consideração da própria lógica sobre a qual se apóia o sistema para produzir resultado que pode ser insustentável em contexto de crise econômica.”

#### f) Outras contribuições dignas de registro

Em 1989, Walter Costa Porto lançou o livro *O voto no Brasil: da Colônia à 5ª República* (edição do Senado Federal). Em nova edição, reviu-o para incluir a 6ª República (Topbooks, 2002).

Profundo conhecedor das instituições políticas brasileiras, vinha se ocupando até então de reeditar textos esquecidos, em pequenos opúsculos de grande sucesso não só entre seus alunos como entre os estudiosos de um modo

geral. Tinha entretanto consciência de que urgia preencher certas lacunas na investigação de nosso passado histórico. Entre estes, preocupava-se sobremaneira com os sistemas eleitorais, abrangendo não só sua legislação como o próprio funcionamento. Em muitos anos de pesquisa reuniu material expressivo e dispôs-se finalmente a se ocupar da elaboração da *História Eleitoral do Brasil*, de que o livro citado seria o primeiro volume. Na altura da edição ora referida, o programa compreendia dois volumes subseqüentes: *A mentirosa urna* e *O pensamento político e o voto no Brasil*. *A mentirosa urna* apareceu em 2004, pela Editora Martins Fontes. Recupera as modalidades de fraudes eleitorais registradas no país. Na Apresentação destaca que “essa, afinal, é a experiência de todos os países. Progressivamente se dá o alargamento da cidadania e a correção dos males que afligem a arena política”. Quanto ao terceiro volume, optou por reunir a documentação relativa às eleições presidenciais na República, de que se ocupa no presente.

Walter Costa Porto reconstitui a estruturação de nosso sistema eleitoral desde as Câmaras Municipais do tempo da Colônia. Certamente não pretende que se tenha verificado o aperfeiçoamento contínuo desse instituto básico e essencial para o sistema representativo, a exemplo do que ocorreu na Inglaterra e em outros países. Ao contrário disto, o levantamento detalhado e exaustivo da evolução de nossas práticas eleitorais, que efetiva, permite conhecer em maiores detalhes a interrupção abrupta ocorrida com a República. Consumada afinal com a Reforma Campos Sales, acerca da qual escreve: “o que parecera pequena alteração no regimento do Congresso havia sido uma formidável alavanca a transmudar o eixo da política nacional” (pág.180). Contudo, Walter Costa Porto estabelece distinções entre o autoritarismo de Campos Sales e o de seus antecessores, sobretudo Floriano, e distingue-o de Julio de Castilhos. Nessa matéria, dá a conhecer uma interessante pesquisa realizada por Maria Carmen Cortes Magalhães acerca do número de “depurados” (representantes que não tiveram seus diplomas reconhecidos) na República Velha. O autor levantou, ainda, a situação singular do Rio Grande do Sul (Capítulo XXI, págs. 185/193).

É muito esclarecedora do futuro do tema a reconstituição a que procede da discussão acerca da representação proporcional, subseqüente à Revolução de 30 (capítulo XXIII, págs 203 / 211) e na denominada 4ª República: período 1945/1964 -(Capítulo XXXII, págs. 269/275). Aparece o entendimento de que aos partidos competiriam elaborar uma lista, “na ordem preferencial que tivesse sido deliberada por seus respectivos diretórios”, votando o eleitor apenas na legenda, entendimento que não chegou a ser aplicado. Se tivesse ocorrido, parece-me, ter-se-ia minimizado os efeitos do grande inconveniente desse sistema, que é o fato do representante eleito não estar obrigatoriamente vinculado a nenhuma área territorial limitada. (e portanto a contingente social conhecido ao qual prestaria contas), como se dá no sistema eleitoral distrital.. Pelo menos estariam vinculados aos partidos, o que nem sequer acontece, conforme se pode verificar de nossa experiência recente e atual.

O livro contém a análise das eleições na 5ª e da 6ª (atual) Repúblicas e dos temas mais relevantes então discutidos (a sublegenda, a tentativa de reintroduzir o voto distrital, etc.) Para facilitar a consulta, dispõe de índice onomástico e de assuntos.

*O voto no Brasil* é obra de estudioso plenamente amadurecido. A par disto, constitui uma prova eloquente do grande aprofundamento com que está sendo encarada a nossa evolução histórico-cultural pela atual geração de pensadores e pesquisadores, na qual Walter Costa Porto tem assegurado um lugar de grande destaque.

Em 1ª edição no ano de 1995 (2ª edição, Editora UnB, 2000), Walter Costa Porto lançou *Dicionário de Voto*, uma obra primorosa, muito bem planejada e executada de forma magistral. Compõe-se de verbetes concisos, abrangendo todas as questões relevantes relacionadas ao tema. Definindo o sistema eleitoral como aquele conjunto de normas jurídicas, técnicas e procedimentos que se aplicam ao processo em sua inteireza (desde a abertura das eleições até a proclamação dos efeitos), distribui de forma harmoniosa o conjunto em que poderia desdobrar-se. Embora não se trate de considerar a questão, circunscrita ao Brasil, faculta informações de grande valia para o adequado entendimento (e avaliação) da experiência eleitoral brasileira.

O leitor encontrará uma conceituação clara e precisa dos sistemas majoritários e minoritários. Estes subdividem-se, tecnicamente – aprendemos com Walter Costa Porto - em racionais e empíricos. Os racionais pretendem assegurar “uma representação dos diferentes partidos ou grupos políticos exatamente proporcional ao número de seus eleitores”. A consulta pode começar também pelo verbete “representação proporcional”. Assim, sem abdicar do rigor técnico, imprescindível a uma obra dessa categoria, o dicionário é perfeitamente acessível a toda sorte de consulta. A informação histórica é a mais ampla possível, respeitado o princípio geral da concisão e da distribuição em tópicos específicos. Assim, quem quiser acompanhar a origem e o desdobramento da representação proporcional (para ficarmos no mesmo exemplo) encontrará uma primeira exposição de ordem geral, com indicação expressa dos verbetes em que cada aspecto é considerado isoladamente.

Os nomes mais destacados, relacionados à estruturação e aprimoramento da representação, constam do *Dicionário*, a exemplo de Victor d’Hondt (1841/1091), autor do método de distribuição de cadeiras que permitiu disseminar o sistema proporcional; Jean-Charles Bada (1733/1799), o esquecido precursor do sistema, etc. A forma como se estruturou o sistema majoritário, na Inglaterra e nos Estados Unidos — bem como as personalidades que se destacaram nesse mister — de igual modo, acha-se suficientemente documentada.

Todos os temas controversos são apresentados de modo claro, permitindo ao leitor situar-se de pronto. Tenho em vista verbetes como grupos de pressão; abuso do poder econômico; incompatibilidade, inelegibilidade;



mandato imperativo/mandato livre ou representativo, etc.

O Brasil ocupa parte substancial do *Dicionário do Voto*. Partindo de verbete assim intitulado e de uma conceituação geral sobre as partes constitutivas do sistema e o método de sua estruturação, desdobra-se o tópico na *história eleitoral*, com remissão aos aspectos relevantes ali apenas referidos. Estão registrados os grandes nomes que se destacaram no tortuoso processo de organização de nosso sistema representativo, bem como a natureza de sua contribuição entre outros, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade (1773/1845); José de Alencar (1829/1877); Tavares Bastos (1839/1875); Rui Barbosa (1849/1923) e Assis Brasil (1857/1938)

Em matéria de abordagem de temas que se tornaram relevantes no processo político brasileiro, destacaria a contribuição de Arsênio Eduardo Corrêa na obra dedicada à abertura política de 1985. Inspirou-se no procedimento adotado por Tobias Monteiro (1876-1952) no livro tornado clássico --*Pesquisas e depoimentos para a história*--, constituído a partir do material que recolheu na oportunidade do décimo aniversário da proclamação da República. Ocorreu-lhe registrar o depoimento dos principais personagens relacionados à mudança de regime. Arsênio Corrêa seguiu esse método o entrevistou os responsáveis pela criação da Frente Liberal, agremiação que deu origem à Aliança Democrática.

Basicamente, depois que ocorreu o endurecimento do regime militar -- abandonando-se o projeto de limitar a sua participação no governo à efetivação do projeto de reordenamento institucional, levado a cabo pelo primeiro de seus governos, chefiado por Castelo Branco--, chega ao poder, em 1974, o general Ernesto Geisel com a disposição de retomar a aspiração original. Optou entretanto pelo que denominaria de “abertura lenta e gradual”, que acabaria prolongando-se por uma década. O seu substituto estaria privado do poder de cassar mandatos, eliminada a censura à imprensa e estabelecendo que, ainda sob esse mandato, se procedesse à eleição de governadores. Contudo, esse último governo militar (general Figueiredo) acabou dando origem a amplo descontentamento nas hostes governistas. A diretriz que recebera era a de que seria substituído por governante civil que deveria ser originário da agremiação governista. No processo de escolha desse substituto, Figueiredo assumiu o compromisso de que haveria participação de todos os filiados na escolha do candidato (que seria algo como as eleições primárias norte-americanas) mas acabou recuando da promessa. A condução da convenção da organização governista (PDS) acirrou esses ânimos, dando origem à dissidência.

Frente Liberal seria a denominação adotada por essa dissidência do PDS. Firmou um pacto com o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para a constituição da Aliança Democrática. O MDB indicaria o candidato e a Frente Liberal o Vice, que seriam eleitos, ainda indiretamente. A Aliança baseava-se no compromisso de convocação de Assembléia Constituinte,

da qual sairia a nova Constituição, sendo que nesta, entre outras coisas, notadamente a garantia das liberdades fundamentais, seria assegurada a restauração das eleições diretas para a Presidência da República.

Os integrantes da Frente Liberal corriam o risco de ter os direitos políticos cassados, à luz da Constituição de 1967, em vigor, que os obrigava, no Colégio Eleitoral que elegeria indiretamente o Presidente, a seguir a orientação do partido pelo qual se elegeram (a agremiação governista). Entretanto, o STF declarou que não se aplicava, à circunstância, o princípio da fidelidade partidária, dado que entre os integrantes do Colégio Eleitoral havia os escolhidos pelas Assembléias Legislativas, que não eram monopartidárias.

Arsênio Corrêa denominou seu livro de *A Frente Liberal e a democracia no Brasil*, sendo a primeira edição de 2001 e, a segunda, de 2006, esta a cargo da Editora Nobel (São Paulo).

Além dos depoimentos, realizou o levantamento sistemático (e minucioso) do desdobramento de todos os fatos, mencionados pela imprensa da época, relacionados à eleição de março de 1985, que consagraria a vitória de Tancredo Neves. Essa iniciativa enriquece sobremaneira o valor documental da publicação.

O livro contém ainda a discussão teórica do tema da abertura política.

Acrescente-se que Arsênio Eduardo Corrêa é estudioso consagrado de aspectos relevantes de nossa história republicana, nestes livros *A ingerência militar na política e o positivismo* (1997); *Escritos políticos de Armando de Salles oliveira* (2002) e *O pensamento político de Campos Sales* (2009).

## II. UMA INTRODUÇÃO AO BRASIL, NA PROPOSTA DE LOURENÇO DANTAS MOTA

### 1.IDÉIA GERAL DO PROJETO

Deve ser saudada a iniciativa de Lourenço Dantas Mota de organizar a obra que intitulou *Introdução ao Brasil* (São Paulo, Editora SENAC, 2000), constituída de um conjunto de resenhas dos livros que lhe pareceram estariam mais adequados ao tema. O seu propósito, claramente expresso, não consiste em familiarizar o leitor com a obra de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre ou dos demais autores (dezenove ao todo). A questão em tela é o nosso país, qual o caminho mais apropriado para compreendê-lo e, quem sabe, influir em seu destino? E para lográ-lo pôs em confronto diversos caminhos, variadas entradas. Daí o subtítulo de "um banquete no trópico", tendo por referência a forma de diálogo introduzida por Sócrates e tão bem expressa em *O Banquete*, de Platão.

Qual a melhor via de acesso à compreensão do Brasil? Examinando-se os livros selecionados por Lourenço Dantas Mota (e naturalmente com uma certa dose de simplificação), os caminhos apontados seriam estes: 1º) através da forma pela qual foram organizadas as atividades econômicas (sete livros: Vieira, Antonil, José Bonifácio, Mauá, Caio Prado, Celso Furtado e Florestan); 2º) como organizamos o confronto de interesses, isto é, as instituições políticas (seis livros: Nabuco, Eduardo Prado, Vitor Nunes Leal, Oliveira Viana, Faoro e José Honório); e, 3º) pela via cultural (Euclides, Capistrano, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Antonio Cândido). Naturalmente que alguns textos poderiam figurar em mais de uma classificação, a exemplo de Oliveira Viana (que, em última instância, apela para uma componente cultural embora atribua ao Estado a tarefa de promover a diversificação dos interesses, capaz de eliminar a sociedade clânica e sustentar instituições liberais) ou de Antonio Cândido (que se ocupando da cultura atribui à economia o papel chave). E, dentre os "culturalistas" há alguns que não mereceriam o nome, como Eduardo Prado, mais centrado numa análise de tipo psicológico; ou os que não pegaram o touro pelos chifres, isto é, a cultura com a devida amplitude mas um de seus aspectos isolados, como Gilberto Freyre, desde que na obra em questão pretende sobretudo ressaltar a contribuição africana; ou o nosso Euclides que ainda ficou muito preso às preocupações raciais de seu tempo.

Ao que parece, os caminhos indicados seriam os disponíveis. Obviamente, em matéria de organização das atividades produtivas haveria muitas distinções a fazer entre as obras resenhadas. A preocupação de Vieira era com a mobilização de recursos para assegurar a posição de vanguarda que havíamos assumido no mercado açucareiro, enquanto Antonil, a par dos propósitos simplesmente informativos, dá muita atenção à técnica. Talvez seja esta a razão maior pela qual José Bonifácio condena o trabalho escravo. Em sua obra científica, como era típico da geração européia da época (e não apenas da geração pombalina), dá

preferência ao que denominaríamos de *ciência aplicada*, isto é, a ciência (newtoniana) estava pronta. Cumpria dela extrair os benefícios que viessem a promover a recuperação da riqueza de Portugal. Mauá talvez pudesse ser aproximado de Vieira, na importância que atribuía ao que depois se chamou de "mercado de capitais".

Mas há, nesse conjunto de livros ("economicistas", para inventar um rótulo) os que, embevecidos por Marx, voltam-se para o que na literatura marxista chamou-se de *relações de produção*, conceito por demais equívoco. Entretanto, se fosse permitido nesse meio invocar ao camarada Stalin, estariam apontando para a forma da propriedade. Ainda bem que Lourenço Dantas Mota não incluiu algum dos livros de Nelson Werneck Sodré, que nunca foi capaz de distinguir relações de produção (forma da propriedade) da produção mesma.

Enfim, se admitirmos que a busca dos traços em comum de determinada realidade consiste no caminho estruturado pelo conhecimento racional com vistas ao seu melhor entendimento, para iniciar o debate pretendido por Lourenço Dantas Mota partiria do pressuposto de que seriam três as vias de acesso à compreensão do Brasil: a "economicista"; a "politicóloga" e a "culturalista". Devemos dar preferência a uma delas ou tomá-las em conjunto? À luz dos livros resenhados em *Introdução ao Brasil*, tentarei responder à pergunta.

## 2. 0 BRASIL MAL ILUMINADO

A possibilidade de compreensão do Brasil através da economia está amplamente representada na coletânea de Lourenço Dantas Mota. Para qualificar devidamente essa dimensão – e discutir o que me parece pertinente – recorro a uma fonte não muito reconhecida mas que atende plenamente à circunstância. Como a partir do legado marxista não era possível organizar concretamente a atividade produtiva, ao tempo do regime soviético os russos adotaram à sua maneira a distinção entre *economia* e *economia política*. Nesta preservava-se a discussão mitológica em torno da crise geral do capitalismo ou do mau-caráter do imperialismo (o dos outros naturalmente). No primeiro caso, em contrapartida, estudava-se a experiência do tipo de intervenção (indireta) keinesiana (mecanismos como taxas de juros, tributação, incentivos, etc.), a evolução da técnica e até os métodos de gestão das multinacionais. Nesse capítulo, os soviéticos deixavam explícito que as empresas deviam dar *lucro*, o que era certamente o máximo da cara-de-pau já que aquela categoria fora maculada pelo marxismo ao assumir que se tratava da apropriação de uma parte do trabalho cujo pagamento era simplesmente surrupiado. Valendo-nos da distinção para avaliar as interpretações do Brasil reunidas naquele livro, privilegiadora dos aspectos econômicos, poderíamos identificar questões permanentes em que pese a diversidade de circunstâncias históricas, com as quais lidaram os autores (Vieira e Antonil viveram no segundo século; José

Bonifácio no terceiro e assim por diante). Seriam aquelas consideradas na *economia*, segundo a distinção precedente. Nesse particular, começou-se pela técnica e a denúncia da escravidão como impeditiva de ganhos de produtividade, para acabar na questão magna da sociedade industrial emergente.

Embora tendo saído na frente em matéria de emprego da técnica para aumento da produtividade, na indústria açucareira, e também na estruturação do mercado mundial (produção de açúcar; comércio de especiarias), Portugal perdeu o bonde da história e deixou-se ultrapassar pela Inglaterra quando se tratou da revolução industrial (segundo Ashton transcorre entre 1760 e 1830). Poucas nações européias (Alemanha e França) e Estados Unidos saíram no encaço da Inglaterra. Poderíamos ter conquistado um lugar naquela vanguarda?

Para responder a esta pergunta haveria um dilema prévio: em que direção encaminhar o olhar: para dentro ou para fora? Esse dilema acha-se claramente expresso em *Formação econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado. Segundo a visão do autor, vivemos ao sabor do capitalismo mundial e mesmo o impulso em busca de dinâmica interna proviria daquele epicentro (a crise da bolsa americana em 29). As categorias de *subdesenvolvimento*, *economia periférica*, etc., na forma como aparecem na obra, acabam por criar dicotomias satanizadas: todo o mal provém do exterior. A economia mundial não é encarada como o lugar onde devemos encontrar nichos de mercado que nos facultem escalas de produção competitiva. De igual modo, agricultura é contraposta à indústria, sem atentar para a circunstância de que a maior potência industrial do planeta, os Estados Unidos, são simultaneamente o maior produtor e exportador agrícola mundial. A agricultura seria um mal que nos foi imposto de fora; a salvação proviria da industrialização. Aliás é muito curiosa a maneira como Celso Furtado detém-se na análise da experiência norte-americana. Com o seu vezo estatizante chega a ponto de negar a importância do empresariado e até a sugerir nova maneira pela qual deveria ser interpretada *A riqueza das nações*, de Adam Smith. Longe de constituir exaltação da livre iniciativa, como José da Silva Lisboa, visconde de Cairu (1756/1835) – ao se propor difundir suas idéias entre nós, nos começos do século passado – acreditara ingenuamente, o segredo daquela riqueza residiria na criação de "condições institucionais e legais para proteger os empresários, a nova classe social burguesa, e não aderir acriticamente aos postulados do livre comércio", segundo se escreve na resenha.

É muito antiga a tradição de explicar a nossa pobreza pela riqueza dos outros. O Marquês de Pombal acreditava que Portugal ficara pobre ao contribuir para a riqueza da Inglaterra. Mas aquela era uma visão mercantilista: a riqueza proviria do comércio, de preferência controlado de perto pelo Estado, e não do trabalho e da criatividade dos empreendedores. Insistir nessa tecla, como fazem os economicistas contemporâneos que comparecem na coletânea consiste evidentemente num anacronismo. Caio Prado Junior (1907/1990) seria outro exemplo.

Em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), Caio Prado Jr. parte da suposição de que suas bases teriam sido lançadas nos três primeiros séculos. Além disto, seria imprescindível considerar as transformações ocorridas no século XIX e em parte do seguinte, notadamente a fase da Primeira Guerra. Afirma taxativamente: "O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual." Deste modo, o livro com aquela denominação não passaria de uma introdução ao tema. Sua denominação compreende o subtítulo *Colônia*. De todos os modos, consagrou-se como uma caracterização do Brasil no meado do século, talvez pelo fato de que os pontos de vista do autor sobre o tema se tenham tornado muito conhecidos, como indicaremos.

Os traços marcantes do sistema econômico estruturado pelos portugueses no Brasil seriam os seguintes:

1º) Grandes economias agrícolas voltadas para o exterior ("O caráter fundamental de nossa economia (consiste) ...na produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado. Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; subordinação aliás que se verifica em outros setores. Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional." E acrescenta: "É deste tipo de organização em que se constitui a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem. O que quer dizer: o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial".

2º) Agricultura de subsistência de baixíssimos níveis de tecnificação, praticada tanto nas grandes economias (inclusive pecuária), para torná-las auto suficientes, do mesmo modo que em lavouras autônomas. Como os rendimentos agrícolas são ínfimos, deixa o país em precárias condições de abastecimento. Tem em vista, basicamente, a produção de mandioca, milho e feijão, que são justamente os principais gêneros de consumo interno.

3º) Relações de trabalho marcadas pela escravidão, que não só levou ao entendimento das atividades produtivas como uma imposição, mas igualmente à dissociação entre estas e o necessário preparo educacional. Assim, a grande massa trabalhadora do país tornou-se uma espécie de "corpo estranho e incômodo; o processo de sua absorção se prolonga até os nossos dias e está longe de terminado". Tem em vista sobretudo o seguinte: "Certas conseqüências serão mais salientes: assim o baixo teor moral nela reinante, que se verifica entre outros sintomas na relaxação geral dos costumes, assinalada e deplorada por todos os observadores contemporâneos, nacionais e estrangeiros. Bem como o baixo nível e ineficiência do trabalho e da produção, entregues como estavam a pretos boçais e índios apáticos. O ritmo retardado da economia colonial tem aí uma de suas principais causas." (3ª ed., 1999, p 276 277).

Caio Prado Jr. é de grande severidade em relação à colonização portuguesa. Deplora nela sobretudo o seu despreparo para uma exploração agrícola digna do nome, rentável e não predatória. Nesse particular, destaca a qualidade dos colonos de outras procedências, tendo em vista provavelmente os que vieram para a cafeicultura paulista, constituindo o denominado "colonato", relação de trabalho distinta da adotada precedentemente no Rio e em Minas, na mesma lavoura, baseada no trabalho escravo. Mas como esse elemento ultrapassa o ciclo histórico que se impôs, não aprofunda essa análise.

Sem empregar uma linguagem claramente marxista ("luta de classes"), o autor destaca entretanto "as contradições profundas do sistema colonial, donde brotam aqueles conflitos que agitam a sociedade, e donde brotará também a síntese delas que porá termo a tais conflitos, fazendo surgir novo sistema em substituição ao anterior" (ed. cit., pág. 366). Tais conflitos seriam no seio da própria classe proprietária, entre, de um lado, senhores de engenho, lavradores e fazendeiros, e, de outro, os comerciantes. Essa contradição seria aguçada ainda pelo fato de que os brasileiros proprietários se consideravam a nobreza da terra ("educada num regime de vida larga e de grandes gastos, desprezando o trabalho"), enquanto o comércio estava na mão do "mascate", em geral "imigrante enriquecido, formado numa rude escola de trabalho e parcimônia". A outra contradição seria de natureza étnica ("resultado da posição deprimente do escravo preto, e em menor proporção do indígena, o que dá no preconceito contra todo indivíduo de cor"). Refere ainda aquelas decorrentes da ação da administração portuguesa.

Como se vê, o livro de Caio Prado Jr. é sobremaneira inconcluso em matéria de *Brasil contemporâneo*. Entretanto, seu ponto de vista viria a ser amplamente conhecido notadamente porque formulado em franca oposição aos dirigentes do Partido Comunista, a que pertencia, o que o tornaria vítima de toda espécie de ataque. Tratava-se do cavalo de batalha da aplicação do marxismo à situação brasileira. Entendiam os dirigentes comunistas que teríamos uma "revolução anti-imperialista e anti-feudal, pressupondo uma primeira etapa em aliança com a burguesia" (Conta-se que João Goulart perguntou a Prestes como seria na segunda etapa e este teria respondido de modo evasivo). Levando em conta que Portugal não tivera feudalismo (no esquema marxista haveria cinco "modos de produção": comunismo primitivo, escravagismo, feudalismo, capitalismo e socialismo), Caio Prado Jr. entendia que a revolução brasileira seria diretamente socialista. É interessante registrar a maneira como critica a direção comunista: diz ficar com a impressão de "estar vagando nas águas do velho Augusto Comte com sua famosa "lei dos três estados", ... isto é, de leis gerais eternas que enquadrariam a evolução dos fatos históricos em esquemas universais. Uma tal prefixação de etapas, através de que evoluem ou devem evoluir as sociedades humanas, faz sorrir". (*A Revolução brasileira*, Brasiliense, 1966, pág. 23). O curioso é que não considerasse parte integrante, do mesmo esquematismo, a sua aceitação da inevitabilidade do socialismo.

A conclusão a que se pode chegar da visão economicista na interpretação do Brasil é de que, da análise dos autores citados, resulta um país "mal iluminado". O grupo que denominamos de politicólogos parece melhor sucedido na compreensão de nosso país, que é o objetivo primordial daquelas interpretações.

### 3.DESCOBERTA DO PATRIMONIALISMO

Como mencionei precedentemente --na tentativa de classificação dos intérpretes do nosso país, selecionados por Lourenço Dantas Mota, para compor o livro *Introdução ao Brasil*--, sugeri que Nabuco, Eduardo Prado, Victor Nunes Leal, Oliveira Viana, Faoro e José Honório privilegiaram as instituições políticas. De fato, a obra de Joaquim Nabuco sobre o grande estadista que foi seu pai, Nabuco de Araújo (1813/1878), fica sobretudo como extraordinária sistematização do esforço de implantar no país as instituições do sistema representativo, numa fase em que aquele sistema dependia exclusivamente da qualidade da elite política porquanto, ainda no fim do Segundo Reinado, apenas se iniciava o chamado processo de democratização da idéia liberal. Como acentua Lúcia Lippi de Oliveira, a intenção de Eduardo Prado ao publicar a *Ilusão americana* (1893) suscita controvérsia. Não passou de um crítico da República que não esgrimia alternativa viável (os monarquistas no Brasil não tiveram a sorte de contar com um herdeiro aceitável, a exemplo do que ocorreu na Espanha, e monarquia sem a figura do monarca é coisa para a sociedade virtual que alguns acreditam esteja sendo estruturada). A questão central que irá prender a atenção dos autores subsequentes seria a da perda da estabilidade política e como reconquistá-la, mesmo quando não a explicitam claramente. Com efeito, sob o Segundo Reinado, tivemos cerca de meio século sem golpes de Estado, insurreições militares, presos políticos, etc., fato que não mais se repetiu.

Oliveira Viana e Victor Nunes Leal estão preocupados com o descompasso existente entre a realidade social – o fortalecimento dos clãs rurais pelo fracionamento político instaurado com a República Velha – e o caráter artificial do sistema político. Oliveira Viana fala da perda, pela elite política, da noção objetiva do país real e da criação, para uso próprio, de "um Brasil de manifesto aduaneiro, *made in Europe*". Diferem muito os remédios sugeridos por ambos. Victor Nunes Leal enfatiza a necessidade de aprofundar o federalismo, facultando autonomia municipal, e Oliveira Viana, no pólo oposto, pregando a centralização (ainda que transitória, com vistas a permitir que os dois países se ajustassem, diversificando os interesses na sociedade para permitir que florescessem as tão festejadas instituições liberais).

Em *Populações meridionais do Brasil* (1920), o sociólogo fluminense distingue três tipos característicos na formação de nosso país, contrariando a tradição de considerar-se ao povo brasileiro como massa homogênea. De sua



presença acha que resultam três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas e a dos pampas, com estes tipos específicos: o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Os principais centros de formação do matuto são as regiões montanhosas do estado do Rio, o grande maciço continental de Minas e os platôs agrícolas de São Paulo. Exerce influência poderosa no curso histórico do país. Constituiu o núcleo fundamental da elite, a que chama de "aristocracia rural", que estabeleceu a valoração fundamental adotada pela sociedade brasileira, conforme o comprova no estudo não só dos nossos três primeiros séculos, mas da realidade presente em seu tempo.

Caracteriza-a como patriarcal e clânica. Por si mesma, este tipo de sociedade jamais promoverá a diversidade de interesses que seria a base das instituições liberais concebidas pelo que denominou de "idealistas".

Ao mesmo tempo, na sua investigação, Oliveira Viana esbarra com o realismo dos capitães gerais na fase de colonização do país. Estes introduziram o princípio da ordem, evitando que os chefes de clãs se digladiassem e instaurassem a anarquia. Com a Independência, ao invés de seguir essa tradição, enveredou-se pela idealização, como se fosse possível copiar instituições e fazê-las florescer num meio completamente distinto (e hostil). Escreve: "O grande movimento democrático da Revolução Francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal que rege as instituições da República Americana, tudo isto exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes, políticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação magnética que lhes daltoniza completamente a visão nacional dos nossos problemas. Sob esse fascínio inelutável, perdem a noção objetiva do Brasil e criam para uso deles um Brasil artificial, e peregrino, um Brasil de manifesto aduaneiro, *made in Europe* – sorte de cosmorama extravagante, sobre cujo fundo de florestas e campos, ainda por descobrir e civilizar, passam e repassam cenas e figuras tipicamente européias".

Para conceber a sua proposta institucional, Oliveira Viana iria inspirar-se no conterrâneo Alberto Torres (1865/1917), de quem diz o seguinte: "Ao planejar uma reforma constitucional para o Brasil, Torres fez esta coisa inédita e simplíssima: abriu calmamente este grande livro de direito público, que eram os vinte e tantos anos de regime federativo nesta terra e pôs-se a lê-lo com a mesma atenção e seriedade com que, para o mesmo fim, Rui Barbosa iria ler a *República*, de Bruce, e Teixeira Mendes a *Política positiva*, de Comte".

A proposta de Oliveira Viana – contida nas *Instituições políticas brasileiras* (1949), – justamente o livro selecionado por Lourenço Dantas Mota – foi denominada de *autoritarismo instrumental*, isto é, valer-se do autoritarismo para introduzir na sociedade aquelas transformações capazes de fazê-la suportar instituições liberais. Para tanto seria necessário tornar o Estado um grande centro aglutinador de transformação social, "apto a fundir moralmente o povo na consciência perfeita e clara de sua unidade nacional e no sentimento político de um alto destino histórico". E prossegue: "Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado –

um Estado soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional".

A proposição em causa viria a ser apropriada pela Escola Superior de Guerra e por aquela parcela de elite militar liderada por Castelo Branco, cujo legado Ernesto Geisel procuraria cumprir. Assim, estabelecido o entendimento por Roberto Simonsen e seus continuadores, consubstanciado no programa da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, nos anos cinquenta, que ao BNDE incumbia dar curso – de que o Brasil não tinha por que conformar-se com a condição de "país essencialmente agrícola", devendo empreender a sua Revolução Industrial (no entendimento de Simonsen, baseada na substituição de importações e na criação de um grande mercado interno), a discussão desloca-se para o plano institucional. Num primeiro momento vingaria a proposta de Vargas (castilhistas, substitutiva do sistema representativo) mais tarde alternada pela da ESG (vale dizer, Oliveira Viana). Esta, se serve para comprovar a importância da obra de Oliveira Viana nos destinos do Brasil contemporâneo, também adverte para a ilusão de que o sistema democrático representativo poderia constituir-se sem o longo e doloroso caminho da experimentação.

Depois de Vitor Nunes Leal e Oliveira Viana, na seleção de Lourenço Dantas Mota aparece Raimundo Faoro. Ao publicar *Os donos do poder* (1958; 2ª ed., 1975), aquele autor trouxe a grande novidade representada pela aplicação da categoria weberiana de patrimonialismo. Até então, a caracterização marxista do Estado brasileiro como entidade de classe revelava-se de todo inconsistente, inconsistência proclamada pelos próprios marxistas ao recorrer com frequência cada vez maior à categoria de classe média, que no fundo nada esclarecia (quando convinha dizer que o Exército tinha comportamento democrático apelava-se para aquele fantasma; o que deixava sem explicação a presença da chamada "linha dura").

O debate subsequente permitiu avançar em relação ao mencionado estudo pioneiro nestes precisos aspectos: 1) Faoro transformou a categoria numa espécie de determinismo histórico, focalizando unilateralmente seus aspectos negativos, desatento para o papel modernizador de personalidades como Pombal, d. Rodrigo de Souza Coutinho, Paranhos ou Vargas, para não referir os governos militares do período posterior ao abrangido pelo livro; e, 2) deixou o patrimonialismo na dependência do sistema tributário, equívoco apontado por Ricardo Lobo Torres no livro *A idéia de liberdade no Estado Patrimonial e no Estado Fiscal* (1991).

Também em Portugal superou-se a indeterminação tributária do patrimonialismo.

A aplicação definitiva da categoria weberiana ao Brasil seria obra de Simon Schwartzman, iniciada em *São Paulo e o Estado nacional* (1975) e concluída no livro *Bases do autoritarismo republicano* (1982; sucessivamente reeditado). Respondendo à acusação marxista de que o Estado Patrimonial seria um ente desencarnado, Schwartzman mostrou ao contrário como dispunha de sólida base

social. E assim avançamos muito no entendimento de nosso país, se compararmos com o viés economicista, mas ainda havia muito a desvendar conforme demonstraram aqueles que se voltaram para as tradições culturais.

#### 4. OS NOSSOS VALORES BÁSICOS

Na seleção por Lourenço Dantas Mota daqueles livros que focalizaram o Brasil sem ater-se exclusivamente às atividades econômicas ou às instituições políticas, caberia desde logo confrontar Capistrano de Abreu a Sérgio Buarque. Em que pese o significado de *Capítulos de história colonial* para a historiografia nacional, a demarche é pobre e não tem a amplitude buscada em *Raízes do Brasil*. Como escreve Brasílio Sallum Jr., na visão de Sérgio Buarque o sucesso da colonização dos portugueses deveu-se "à sua ética aventureira, a algumas de suas características culturais (falta de orgulho de raça, catolicismo, etc.) e à facilidade com que se adaptaram aos meios materiais". Contudo, se tivermos como referência, por exemplo, *Bandeirantes e pioneiros*, de Viana Moog, verifica-se que Sérgio Buarque (como tantos outros estudiosos) não se deteve na Contra Reforma. O exame deste tema teria o mérito de permitir a compreensão do desfecho da epopéia (ao que suponho por influência positivista-marxista, tem-se minimizado o fato notável da participação portuguesa nos descobrimentos, minúsculo punhado de gente que alterou profundamente a visão européia do mundo). Como sabemos, a partir do século XVIII, Portugal deixa-se suplantado pela Inglaterra. Parafraseando Viana Moog, diríamos que os ingleses trabalhavam duro para construir na terra uma obra digna da glória de Deus – segundo o mandamento da Reforma – enquanto Portugal ia à missa e desperdiçava o dízimo do ouro brasileiro construindo o convento de Mafra.

Euclides da Cunha, em *Os sertões*, como Gilberto Freyre, na obra *Casa Grande e Senzala*, do mesmo modo que Antonio Cândido com *Formação da literatura brasileira*, conseguiram dar conta em definitivo dos temas que se propuseram. Euclides focalizou com maestria as particularidades distintivas dos que se radicaram no sertão, do mesmo modo que Gilberto Freyre soube destacar a contribuição africana (e também a indígena) para a nossa cultura, sem embargo da supremacia ocidental. As etapas de formação de nossa literatura seriam sem dúvida fixadas por Antonio Cândido. Contudo, se quisermos ter uma visão completa de nosso processo cultural deveríamos recorrer a Oliveira Viana, ainda que violando a regra que Lourenço Dantas Mota se impôs, isto é, focalizar um determinado livro e o assunto ali considerado, e não a obra do autor em conjunto.

Oliveira Viana distingue três tipos de moralidade presentes no processo histórico brasileiro, a saber: 1) a moralidade dos grandes senhores rurais; 2) a moralidade da elite estatal e 3) a moralidade da elite urbana.

Os senhores rurais revelariam estas qualidades: 1<sup>a</sup>) a fidelidade à palavra empenhada; 2<sup>a</sup>) probidade; 3<sup>a</sup>) respeitabilidade e 4<sup>a</sup>) independência. A par disto,

tendo arcado com o ônus fundamental da estruturação do país – e absorvendo em seu domínio as atribuições dispersas em outros grupos no feudalismo europeu, perderam a noção do que seria a coisa pública. Por essa via colocaram-se acima da ordem legal, organizaram a capangagem, tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, etc.

Se o país não soçobrou na anarquia deve-se à ação disciplinadora dos capitães gerais. Ainda assim, estes perderam de vista a noção do que seria privado, isto é, a existência de esferas da vida colocadas a salvo da ingerência estatal.

Finalmente, a elite urbana, formada a partir da nobreza portuguesa decadente, sem alternativas afora colocar-se ao serviço do Estado, acabaria caudatária da burocracia, escasseando a figura do empresário. Oliveira Viana supunha que o nosso povo teria sucumbido à mencionada valoração das elites, deixando de averiguar eventuais características singulares. Se tivesse empreendido esse caminho – como fizeram Viana Moog ou Paulo Mercadante – teria esbarrado com a pregação dos chamados *moralistas do século XVIII*, que, apoiados na poderosa engrenagem da Inquisição, inocularam em nossa população os valores contra-reformistas, condenatórios da riqueza e do lucro, ingredientes que ajudariam a compreender a inadaptação do capitalismo ao nosso solo. E, também, as esperanças que muitos estudiosos depositam no surto das igrejas evangélicas, no sentido de que acabará criando, no seio das famílias, uma situação de apreço pelos empreendedores, em busca da riqueza, permitindo o florescimento dos empresários, sem os quais inexistirá sustentação para um sistema capitalista.

*Introdução ao Brasil; um banquete no trópico* iniciou uma coleção de textos tendo como tema ao Brasil. Embora esse projeto não tivesse continuidade, produziu análises preciosas sobre as perspectivas do país. Tanto o livro como a frustrada coleção correspondem a uma prova do sempre renovado interesse pela compreensão do nosso país. Com a recomendação explícita de que cumpre fazê-lo tomando por referência a valiosa e monumental meditação que nos precedeu.

## ADENDO INDICAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AUTORES E OBRAS CITADAS

### **ANTONIO CÂNDIDO – Formação da literatura brasileira (1959)**

Antonio Cândido (de Mello e Souza) nasceu no Rio de Janeiro em julho de 1918. Cursou a Universidade de São Paulo, que concluiu em 1941. Radicando-se na Capital paulista, ensinou sociologia na USP e literatura brasileira no interior de São Paulo. Assíduo colaborador da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo* tornou-se crítico literário bastante conhecido. Militou no Partido

Socialista, no interregno democrático pós-Estado Novo e, na abertura política dos últimos anos integrou-se ao PT. É autor de extensa obra relacionada à literatura brasileira e também de textos políticos.

*Formação da literatura brasileira* compreende o período de 1750 a 1880. A tese geral do livro é a de que a literatura seria universal havendo, não obstante, literaturas nacionais que adquiriram feição própria. No caso brasileiro, além de recente, gerou-se no seio da literatura portuguesa. Escreve: "Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime. Se não for amada, não revelará a sua mensagem; e, se não a amarmos, ninguém o fará por nós."

Na parte teórica, contida na introdução ao primeiro volume, Antonio Cândido fundamenta a sua preferência pela consideração do contexto social e psicológico, do autor e da obra, ao invés de cuidar apenas do lado estético-formal. A partir desse critério, distingue manifestação literária de literatura estruturada. Para que esta última exista e possa florescer, é necessário não apenas a presença de autores mas também a capacidade do meio social de com ela tomar contato. Por isto mesmo atribui grande importância ao movimento chamado de "arcadismo", porquanto seria a partir deste, dando origem a entidades literárias e criando um mínimo de agitação social em torno da matéria, que a literatura brasileira inicia o seu curso.

Assim, nos dois primeiros séculos, haveria no Brasil apenas manifestações literárias, em que pese a magnitude da obra de Gregório de Matos e do padre Antonio Vieira. Só se poderia começar a falar de literatura brasileira quando se formam as primeiras sociedades literárias, momento este que coincide, no plano estritamente literário, com o chamado "neoclassicismo", na segunda metade do século XVIII. É o momento das reformas pombalinas e da chamada *Ilustração* ou *Luzes*, quando os autores europeus mais destacados exaltam a Razão e afirmam que o espírito humano atingiu a maturidade ao se dispor inclusive a debruçar-se sobre a religião, considerando-a objeto de estudo e análise como qualquer outra manifestação humana.

As sociedades literárias chamaram-se de Arcádia na Europa (a primeira com essa denominação foi criada em Roma em 1690; em Portugal existiram no século seguinte a Arcádia Lusitana e a Nova Arcádia, entre outras). Na segunda metade do século XVIII criaram-se várias daquelas instituições no Brasil (Academia dos Seletos, no Rio de Janeiro; Academia dos Renascidos, em Minas, etc.). Além de dar dimensão social à atividade dos literatos, do ponto de vista da obra literária tomada em si mesma, Antonio Cândido destaca o seguinte: "Parece-me que o Arcadismo foi importante porque plantou de vez a literatura do Ocidente no Brasil, graças aos padrões universais por que se regia, e que permitiram articular a nossa atividade literária com o sistema expressivo da civilização a que pertencemos. E dentro da qual fomos definindo lentamente a nossa original idade". (8ª ed., pág. 17).

Segue-se a análise do romantismo e de sua primeira expressão brasileira que é o chamado *indianismo*.

Na visão de Antonio Cândido aqui se assume abertamente o propósito de constituir uma literatura nacional. Destaca o grupo formado em torno de Domingos Gonçalves de Magalhães (1811/1882). Aponta como amadurecimento de nossa literatura o que denomina de formação do *canon literário*, isto é, consolidação em que se intenta reunir o que seria de fato expressivo e representativo. Tem em vista as antologias então organizadas por Januário da Cunha Barbosa (1780/1846) e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816/1878), dedicadas à obra poética, denominadas, respectivamente de *Parnaso* (1843-1848) *Florilégio* (1850-1853). Antonio Cândido enfatiza que se daria com o romantismo a aparição do romance e também do teatro como gênero literário. Os literatos da segunda metade do século XVIII, por ele denominados de instituidores de nossa literatura, foram exclusivamente poetas e ensaístas.

Sua avaliação mais geral estaria formulada nestes termos: "A literatura do Brasil, como a dos outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com a vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexiste nas literaturas dos países de velha cultura".

A consulta ao livro está facilitada pelo fato de que o autor haja inserido biografias sumárias dos autores considerados, no Primeiro Volume das páginas 293 a 303, e, no Segundo Volume, das páginas 331 a 346, da última edição (8ª) da Editora Itatiaia.

## **EUCLIDES DA CUNHA – *Os sertões* (1901 )**

### *Dados biográficos*

Euclides da Cunha nasceu no estado do Rio de Janeiro em 1866. Matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro mas antes de concluir o curso de engenharia transferiu-se para a Escola Militar, de onde foi expulso em 1888 por se haver envolvido num incidente político em presença do ministro. Era então um jovem de 22 anos, ardoroso positivista e ativo participante do movimento republicano. Com a proclamação da República a 15 de novembro do ano seguinte, seria readmitido no Exército, o que lhe permitiu concluir o curso de engenharia, já agora na Escola Superior de Guerra, integrando-se a essa atividade naquele ramo das Forças Armadas. Em 1896, desligou-se da instituição, preferindo a vida civil se bem continuasse a trabalhar como engenheiro. Por aquela altura já se dedicava com intensidade ao jornalismo. Devido a essa última circunstância, foi mandado como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* para fazer a cobertura dos acontecimentos militares que então se desenrolavam no interior da Bahia e que passariam à história com o nome de Campanha de Canudos.

Em 1896, Antonio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antonio Conselheiro, que se tornara popular como místico e milagreiro, resolveu incitar a população do lugarejo ao não pagamento de impostos, alegando não reconhecer a República. O governo estadual mandou uma tropa de polícia reprimir a insubordinação, que foi entretanto dizimada. O Exército interveio e foi igualmente derrotado. Estabeleceu-se no país uma grande comoção. Difundiu-se a suposição de que o movimento tinha cunho monarquista e vinha sendo armado e instruído por aqueles opositores da República. Manifestações no Rio de Janeiro terminaram com a depredação do jornal monarquista e a morte do seu diretor.

Tendo malgrado ainda duas outras expedições, decidiu o governo promover extraordinária mobilização – nada menos que vinte batalhões de infantaria, afora corpos de artilharia e cavalaria –, comandada pelo próprio ministro da Guerra. O confronto decidiu-se em fins de 1897, tendo os insurretos resistido até o último homem. Conselheiro tampouco se rendeu. Tendo morrido em combate e sendo enterrado por seus correligionários, as tropas governamentais desenterraram o cadáver e cortaram-lhe a cabeça.

Euclides da Cunha aceitou a incumbência de descrever os acontecimentos para o jornal paulista achando-se convencido de que se tratava mesmo de movimento monarquista. Basta ter presente que o primeiro artigo intitulou-se "A nossa vendeta". A realidade deixou-o, entretanto, cada vez mais chocado, terminando por considerar a ação governamental como autêntico crime.

Ainda como engenheiro incumbiu-se do levantamento geográfico da região do Alto Purus, no Amazonas, oportunidade de que se valeu para escrever sobre a Amazônia. Em 1906 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Fez concurso para professor de filosofia no Colégio Pedro II, em 1909, mas não chegou a ser empossado. Morreu assassinado, a 15 de agosto daquele ano, numa disputa com o amante da mulher.

Além de *Os Sertões* publicou em livro seus estudos sobre a Amazônia e trabalhos literários. A Aguilar editou sua *Obra Completa* (1966; reedição, 1995). As reportagens sobre Canudos, que deram base à sua obra fundamental, foram reunidas em livro, postumamente. Mereceu estudos dos mais importantes analistas da cultura brasileira.

### *Os sertões*

Ao invés de simplesmente relatar os acontecimentos de Canudos, Euclides da Cunha resolveu instruir esse relato com uma caracterização minuciosa do meio geográfico e da raça. Assim, o livro começa com um texto a que denominou de "A terra" seguindo-se aquele em que trata do homem. Nos últimos anos do século passado e começos deste, quando parte da intelectualidade desperta para os estudos de natureza sociológica, a grande discussão era acerca do "fator determinante". Advogou-se a importância do clima e, subseqüentemente, da

raça. Euclides da Cunha pode ser filiado ao grupo que se propunha descrições integradoras do conjunto, inclusive levando em conta o que contemporaneamente se denomina de tradições culturais. Na época dizia-se que as descrições sociológicas deveriam compreender os elementos primários (ou naturais); os secundários (ou étnicos) e os terciários (ou morais). De certa forma, *Os sertões* seguem esse esquema nos capítulos introdutórios.

Na caracterização do meio geográfico, atribui importância devida às secas. Discute as hipóteses relativas à sua gênese e, embora não a faça recair unilateralmente na ação do homem, atribui-lhe grande responsabilidade ("fez-se uma componente nefasta entre as forças daquele clima demolidor", pág. 68 da 39ª edição, 1997).

Na fase histórica em que Euclides da Cunha formou seu espírito, havia convicção generalizada de que o processo civilizatório ocidental dificilmente poderia ser reproduzido por raças mestiças como as que se haviam estruturado no Brasil. Tardou muito que se deixasse de insistir numa política de "branqueamento", como condição de progresso. A novidade de *Os sertões* consiste em considerar o processo de mestiçagem de que resultou o sertanejo, mais as condições adversas a que se viu submetido, como elemento altamente promissor, porquanto se trata de sub-raça com características vantajosas e estáveis. Escreve: "O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral" (pág. 129, edição citada). Assim, a questão é transposta para o atraso cultural, que se acha também devidamente caracterizado na parte em que estuda o homem.

A descrição da "guerra do fim do mundo" – como a chamou Vargas Llosa – consiste num relato vivo, capaz de prender ao leitor, ao contrário do cientificismo introdutório, de difícil leitura e compreensão.

Embora não se haja detido na apresentação de nenhum programa de governo para promover a mudança do quadro social sertanejo, a veemência com que condena a repressão militar e a maneira como destaca a integridade de caráter e a firmeza da gente sertaneja marcaram profundamente a elite brasileira do começo do século. Sem sombra de dúvida, a obra de Euclides da Cunha serviu para sedimentar a convicção de que a questão nordestina é um problema nacional.

## **SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA**

### *Dados biográficos*

Nasceu em São Paulo em 1902. Transferiu-se para o Rio de Janeiro onde cursou a Faculdade de Direito, concluindo-a em 1925. Integrou-se ao grupo que, sob a liderança de Anísio Teixeira (1900/1971), organizou a Universidade do Distrito Federal (UDF), tendo pertencido ao seu Corpo Docente de 1936 a 1939. Nesse último ano a UDF foi extinta para dar origem à Faculdade Nacional de



Filosofia, da Universidade do Brasil. Mais tarde passou a trabalhar na Biblioteca Nacional, onde dirigiu a Divisão de Consulta. Na década de cinquenta voltou a residir na capital paulista, tornando-se professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Entre outros projetos, dirigiu a *História Geral da Civilização Brasileira*, obra coletiva cujos primeiros volumes editou. Em solidariedade a professores demitidos pelo governo militar, aposentou-se da USP em 1969. Faleceu em São Paulo em 1982, pouco antes de completar 80 anos. Foi presidente da Associação Brasileira de Escritores e membro da Academia Paulista de Letras.

### O livro *Raízes do Brasil* (1936)

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda dá continuidade à investigação que busca compreender o curso histórico empreendido pelo país a partir da Península Ibérica. Em seguida à Independência, grande parte da intelectualidade procurou ignorar a nossa origem lusitana, interessada que estava em encontrar uma identidade cultural própria. Era o tempo do indianismo no romance e da adoção de nomes indígenas por tradicionais famílias portuguesas. Com a emergência do positivismo, que postulava a inevitabilidade de etapas históricas rígidas e indiferenciadas, começa o processo de inventariação dessas etapas a partir da fase colonial. Nos anos vinte deste século está mais ou menos generalizada a convicção da existência de certa continuidade histórica entre o Brasil e Portugal.

A novidade trazida por *Raízes do Brasil* encontra-se no fato de que parte da caracterização das diferenças entre Portugal e Espanha, diferenças essas que se refletiram na colonização. Portugal desinteressou-se de dispor aqui de uma elite culta, enquanto a Espanha espalhou universidades em suas colônias (o livro contém um confronto da vida intelectual na América Espanhola e no Brasil, págs. 119 a 122 da 7ª ed.). Os portugueses também notabilizaram-se como comerciantes e nunca foram capazes de organizar uma agricultura com um mínimo de racionalidade. Outros traços característicos da colonização lusa encontram-se na ausência de hierarquias espontâneas, sendo aquelas uma imposição das estruturas estatais. Desse modo, adverte, não será no passado que encontraremos os elos que nos faltam para alcançar uma autêntica coesão social.

Atribuiu-se especial relevo à idéia defendida pelo autor de que o brasileiro seria uma espécie de protótipo do "homem cordial" (capítulo cinco). Adverte entretanto que semelhante traço longe está de corresponder a civilidade e, ao que supõe, representa mesmo claro indício da franca aversão a todo ritualismo social, isto é, à natural aceitação de hierarquias e respeito a regras.

Encontra-se neste livro de Sérgio Buarque de Holanda o confronto entre a cana-de-açúcar, elemento de centralização econômica e o café, que se revelou capaz de disseminar riquezas e, mais importante ainda, prescindir do elemento servil ("Do cafeeiro chegou-se a dizer que é uma "planta democrática" em

comparação com a cana e mesmo com o algodoeiro", escreve à pág. 173, edição citada). Enxerga na civilização urbana que a isto se seguiu o elemento capaz de impulsionar a modernização do país, com que todos então sonhavam.

Nos anos trinta, predominava nos meios intelectuais a crença da falência do sistema democrático, já que se presenciava no mundo a ascensão das formas autoritárias e mesmo o aparecimento do totalitarismo. Sérgio Buarque reconhece as dificuldades no estabelecimento de ordenamento democrático entre nós, mas enxerga estes elementos favoráveis; 1) repulsa pela hierarquia racional, 2) impossibilidade de resistir a novas influências (o fenômeno urbano, por exemplo) e 3) relativa inconsistência dos preconceitos de raça e cor (pág. 184).

O livro *Visão do paraíso* (1959)

Na obra em epígrafe, Sérgio Buarque de Holanda procura investigar em que medida a idéia de paraíso terrestre – e de sua localização em alguma parte do globo – terá impulsionado o movimento em prol do encontro de novas terras, movimento que está na origem do descobrimento da América.

Levando em conta haver sido enfatizado sobretudo a subsequente expansão do pensamento científico que, a partir do Renascimento, iria desembocar na ciência moderna, o autor reconstitui o sentido místico que acompanha o próprio nascedouro da ciência. Nesse quadro, prolifera toda espécie de fantasia a respeito do paraíso terrestre. Documentos levantados pelo autor mostram como era difundida a crença de que o rio Nilo, após nascer no Éden, atravessaria, invisível e subterraneamente, o continente africano para reaparecer na altura do Senegal. Assim, a busca desse curso d'água esteve presente na mente de muitos dos navegadores que começaram a freqüentar a costa africana.

Aliás, mesmo a *Geografia* de Ptolomeu – sábio grego do segundo século, adotado pela Escolástica na Idade Média, por consagrar a idéia da Terra como centro do mundo, isto é, a teoria geocêntrica, tendo seu livro merecido sucessivas edições, ainda na segunda metade do século XV – propunha uma visão mediterrânea (não seria habitado ao Norte por ser muito frio e ao Sul por ser muito quente) e incluía toda uma série de fantasias, a exemplo da crença na vida edênica e a fertilidade do solo nas ilhas Canárias e mesmo ouro à superfície da terra nas praias africanas.

Sérgio Buarque detém-se no exame da interpretação que o próprio Colombo deu à sua descoberta inicial ao exclamar diante do Cabo Formoso: "E chegando eu a este cabo percebi um odor tão bom e suave de flores e árvores da terra, que era a coisa mais doce do mundo". E quanto ao gentio de Cuba constitui um povo "de amor e sem cobiça, conveniente para tudo, que certifico no mundo não haver melhor gente nem mesmo terra: eles amam a seus próximos como a si mesmos e têm uma fala a mais doce do mundo, mansa e sempre sorridente. Andam nus, homens e mulheres, como suas mães os pariram". No fundo seriam mais ou menos descendentes diretos de Adão e Eva.

O inventário abrange os mitos, aceitos e difundidos, de nossos primeiros povoadores, a exemplo da existência da Lagoa Dourada, com suas riquezas inesgotáveis; as montanhas de esmeraldas e assim por diante. O sucesso dos castelhanos no Perú com a descoberta da prata serviu mais que nada para incendiar a imaginação de toda a gente.

Parece-lhe também verificar-se uma certa atenuação dessa mitologia na medida em que se aprofunda a colonização de nosso país. A esse propósito escreve: "Ao lado disso, não é menos certo que todo o mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de juventude, tende antes a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América Lusitana." (p. 130 da 6ª edição).

Com esta obra, Sérgio Buarque não pretende, de modo algum, suscitar uma teoria da história segundo a qual a mitologia seria a melhor fonte explicativa do curso da civilização. Quer chamar a atenção para um fator cultural que esteve presente à conquista e não apenas o empenho comercial de encontrar uma alternativa para o comércio com o Oriente, obstadas as rotas tradicionais com a queda de Constantinopla em mãos dos turcos otomanos, em 1453. Diz explicitamente, a esse propósito; "O que nele (isto é, no livro) se tencionou mostrar é até onde, em torno da imagem do Éden, tal como se achou difundida na era dos descobrimentos marítimos, se podem organizar num esquema altamente fecundo muitos dos fatores que presidiram a ocupação pelo europeu do Novo Mundo, mas em particular da América hispânica, e ainda assim enquanto abrangessem e de certa forma explicassem o nosso passado brasileiro".

### **JOAQUIM NABUCO – *Um estadista do Império* (1897/99)**

Joaquim Nabuco nasceu em Recife no ano de 1849. Fez os estudos preparatórios no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro e matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, que concluiu em 1870. Elegeu-se pela primeira vez para a Câmara dos Deputados em 1878, não se reelegendo na legislatura seguinte mas somente na que se inicia em 1885. Dissolvida a Câmara nesse mesmo ano, perde a eleição de 1886 e apenas em 1887, com a abertura de uma vaga isolada, conquista novo mandato. Notabiliza-se como prócer liberal, propugnando pela eleição direta (a eleição dava-se em dois graus; a reforma pretendida ocorre em 1881) e sobretudo como paladino da abolição da escravatura. Em favor dessa causa desenvolveu grande atividade (inclusive pleiteando pronunciamento do Papa que entretanto somente ocorreu depois da conquista), granjeando amplo reconhecimento. Seu livro *O abolicionismo* (1883) viria a constituir um marco da campanha. Estava na Câmara quando se aprovou a lei de 13 de maio de 1888. Esquivou-se de colaborar com a República, mas finalmente aquiesceu em assumir a defesa do Brasil no litígio com a Inglaterra a propósito da fronteira com a Guiana Inglesa (1899). Estava dado o primeiro passo para o ingresso na carreira diplomática, na qual exerceria

o cargo de embaixador nos Estados Unidos. No exercício dessa função faleceu em Washington em 1910, aos 61 anos de idade. Participou da fundação da Academia Brasileira de Letras (1897).

Concebido pelo autor como uma simples biografia do pai, o livro *Um estadista do Império* viria a ser um amplo painel da vida política do Segundo Reinado, painel que iria marcar profundamente a historiografia brasileira. O fundador da história do Brasil, Adolfo Varnhagen (1816/1878) conduziu a investigação até a época da Independência em sua *História Geral do Brasil* (aparecida ainda em vida do autor, posteriormente revista e completada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, trabalho somente editado em 1927). Os principais estudos em que se focaliza o Segundo Reinado dão-se a partir dos anos trinta e refletem, confessadamente ou não, a influência de Joaquim Nabuco.

O biografado, José Thomaz Nabuco de Araújo, nasceu na Bahia em 1813 e concluiu o curso de direito em Pernambuco (então funcionava no antigo Seminário de Olinda), seguindo a carreira política do pai. Elege-se deputado à Câmara em 1850. No ano seguinte seria nomeado presidente da província de São Paulo, retornando à Câmara, reeleito que foi, em 1852. Em 1853 é Ministro da Justiça no Gabinete Marquês de Paraná (1855-1857). Volta à Câmara, reeleito mais uma vez para a Legislatura 1857-1860. Em 1858 torna-se senador vitalício. Nesta condição volta ao Ministério da Justiça (Gabinete Visconde de Abaeté, 1858-1859). Em 1866 foi designado membro do Conselho de Estado, que era o órgão que examinava as questões afetas ao exercício do Poder Moderador, cargo em que permaneceu até a morte, em 1878. Portanto, Nabuco de Araújo fez parte da elite política nacional dos 37 anos, quando ingressa na Câmara, até o falecimento, aos 65 anos. Além disto, tornar-se-ia uma liderança destacada, vivenciando a temática mais relevante do período. Ao examiná-la, a propósito da participação do pai, Joaquim Nabuco acabaria estabelecendo a problemática emergente no Segundo Reinado, de forma brilhante e até hoje insuperada.

Desde a fase imediatamente anterior à Independência, a começar com a insurreição pernambucana de 1817, o país atravessou guerras civis ininterruptas e esteve a ponto de fracassar-se. Fracassaram as reformas intentadas nos anos trinta (extinção do Conselho de Estado; autonomia das províncias, eleição direta do Regente, etc.). De modo que somente com o chamado Regresso, do início dos anos quarenta, começa o reordenamento institucional que iria assegurar cerca de meio século de estabilidade política. A revolta pernambucana de 1848 chamou entretanto a atenção para a necessidade de tudo fazer a fim de consolidar aquelas reformas, notadamente o funcionamento do Governo de Gabinete (embora a Constituição de 1824 não previsse essa possibilidade, criou-se a presidência do Conselho de Ministros, cuja escolha deveria ser aprovada pela Câmara). Assim, as lideranças mais responsáveis tinham presente que não cabia acirrar os ânimos entre liberais e conservadores. Era o tempo do que se chamou de *conciliação*. Eis como a explica Joaquim Nabuco: "A conciliação era

uma idéia que estava sendo advogada com muito aplauso na imprensa e no parlamento, principalmente pelos liberais. O desastre da revolução de Pernambuco, aniquilando esse partido na sua forma revolucionária e tendo fechado o período das revoluções, havia criado um desejo geral de paz e tranqüilidade. Os partidos estavam preparados para fazer e receber propostas de concórdia e a opinião impunha moderação aos vencedores, senhores absolutos do campo" (ed. da Topbooks, vol. I, pág. 172). Deste modo, em seguida às reformas do *Regresso*, a questão central da década de cinquenta seria a conciliação. *Um estadista do Império* estabelece essa espécie de periodização que seria seguida subsequente pela historiografia digna do nome.

Para a fase ulterior, Nabuco destaca os temas nucleares: a política externa, com destaque para o Prata, que levaria à guerra do Paraguai (também estudada de modo específico em mais de um capítulo); a questão das finanças públicas e o prosseguimento das reformas institucionais. A três outros atribui relevância especial, levando em conta que, no final de contas seria delas que proviria o desfecho desfavorável à Monarquia: a escravatura; a crise de 1868 e a questão religiosa.

Tendo se tornado uma das principais lideranças abolicionistas, Joaquim Nabuco procurou examinar a questão como autêntico historiador, isto é, com o máximo de objetividade. Registra o que chamou de "idéias da época" (anos cinquenta; item VI, capítulo V do Livro segundo; vol. 1, p. 232-238), quando à elite mais representativa repugnava a instituição mas não encontrara ainda uma saída viável (como Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo atende a dispositivos legais em matéria de alforria mas escreve: "É muito duro ... recusar o preço da avaliação do escravo que serviu por longos anos e com fidelidade ao falecido senhor, que o acompanhou até seus últimos momentos, somente porque a avidez dos herdeiros a isso se opõe."; "Declara-se, para conhecimento dos que porventura ainda o ignorem, que S.M. Imperial não possui escravos e só tem o usufruto dos da nação de há muito empregados no seu serviço"; ou ainda "Em 1852 o Conselho de Estado teve que considerar os meios de proteger os escravos contra a barbaridade do senhor"; vol. I, pág. 232 e seguintes). Examina também com vagar as discussões que permitiram formular o caminho da emancipação (Livro quinto, capítulos II e VIII; vol. I, respectivamente págs. 695-736 e 825-864).

Joaquim Nabuco é certamente o primeiro grande historiador que enfatizou o significado da crise de 68, quando o Imperador aceitou uma Câmara sem a representação dos liberais, o que se entendeu como violação do exercício adequado do Poder Moderador, incompatível com o poder pessoal. Os liberais publicaram um manifesto dos mais radicais e muitos seguiram o caminho que conduziria à idéia republicana. Embora a situação se haja recomposto, mais adiante, a ferida não se curou de todo. Outra circunstância desfavorável a Pedro II seria a questão que levou à prisão dos bispos e à crise com o Vaticano, também, suficientemente estudada no livro.

Os elementos indicados não esgotam o significado da obra mas evidenciam o seu papel no estudo posterior do Segundo Reinado, importante período de nossa história. *Um estadista do Império* tem merecido diversas edições, entre estas em papel bíblia pela Editora Aguilar. A mais recente da Topbooks (5ª edição, 1997, em dois volumes, totalizando 1444 págs.) vem enriquecida com importantes estudos, inclusive uma cronologia da vida do autor (vol. II, págs. 1329-1360).

### **GILBERTO FREYRE *Casa grande e senzala* (1933)**

Nasceu em Recife, Pernambuco, em 1900. Após estudo das humanidades no Colégio Americano Gilreath (Recife), completou sua formação nas Universidades de Baylor (Texas) e Columbia (Nova York). Retornando ao Recife publica *Casa grande e senzala* (1933), obra que encontraria desde logo ampla acolhida. Exerceu um mandato de deputado federal (1946-1950) mas desde então dedicou-se principalmente ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, que então criou (transformou-se na Fundação Joaquim Nabuco, em 1980). Debruçou-se sobre a temática de seu primeiro livro em outros estudos mas também se interessou por diversos outros temas da cultura luso-brasileira, o que o levou a desenvolver a temática relacionada ao tema que denominou de *tropicologia*. Foi agraciado com o título de "doutor honoris-causa" por diversas universidades estrangeiras. Seus oitenta anos foram amplamente comemorados no Brasil. Faleceu aos 87 anos, em 1987.

As premissas de sua análise aparentemente não diferem do que havia sido estabelecido pela historiografia nacional. Ainda assim, inovou sobremaneira no entendimento da sociedade resultante do processo de colonização portuguesa. Admite como o comum dos estudiosos que, na medida em que não se descobriram riquezas naturais capazes de permitir a repetição do modelo espanhol adotado no Peru, ao tempo em que e as incursões dos franceses e outros europeus ameaçavam o domínio luso, optou-se por uma atividade econômica, o açúcar, exigente de uma espécie de trabalho a que os índios não se prestavam – tão distante se achavam em seu estágio civilizatório –, impondo o recrutamento de escravos africanos. Estaria assim selada a sorte de uma sociedade estratificada entre senhores e escravos. Gilberto Freyre iria entretanto advertir que, com semelhante esquema, a questão indígena inevitavelmente limitar-se-ia às reduções jesuíticas e à catequese. Desde logo, sua investigação muito iria enriquecer o tema, para ficarmos num primeiro aspecto, que está longe de ser exclusivo.

Detém-se no que escreveram os antecessores (Capítulo I- Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida), mas fazendo-o de uma forma muito pessoal. Assim, tem presente aspectos descuidados naquelas análises, a exemplo de costumes e hábitos alimentares. Mas sem demora passa ao tema do indígena na formação da família brasileira (Capítulo II), enfoque sem dúvida absolutamente pioneiro.

Chama a atenção para o fato de que os portugueses eram, não só, menos ortodoxos e preconceituosos que espanhóis e ingleses, como também os índios com que se defrontavam não apresentavam maiores índices de civilização ("quase que bando de crianças grandes, ainda na primeira dentição, sem os ossos nem o desenvolvimento numa resistência das grandes semicivilizações americanas", tendo presente sobretudo incas e astecas; 35ª edição, p. 90).

A seu ver, desde o século XVII, as relações sexuais dos portugueses com a índias já não se explicam pela escassez de mulheres, manifestando-se como uma "decidida preferência sexual". A idéia de tomá-las para a constituição de família, torna-se freqüente. Escreve: "À mulher gentia temos que considerá-la não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira. Por seu intermédio enriqueceu-se a vida no Brasil, como adiante veremos, de uma série de alimentos ainda hoje em uso, de drogas e remédios caseiros, de tradições ligadas ao desenvolvimento da criança, de um conjunto de utensílios de cozinha, de processos de higiene tropical – o banho freqüente ou pelo menos diário, que tanto deve ter escandalizado o europeu porcalhão do século XVI." (ed. cit., p. 90).

E não seria apenas a índia, dando origem aos mestiços, chamados mamelucos, para distingui-los dos mulatos, resultante da coabitação entre portugueses e negras.

A contribuição indígena, acrescenta, não viria apenas pela mulher mas também pelo homem. Enumera-as: desbravamento e conquista dos sertões, em que atuou como guia, canoieiro, guerreiro, caçador e pescador. Também foram incorporados às economias sedentárias ( "Cada engenho de açúcar nos séculos XVI e XVII precisava de manter em pé de guerra suas centenas ou pelo menos dezenas de homens prontos a defender contra selvagens ou corsários a casa de vivenda e a riqueza acumulada nos armazéns; esses homens foram na sua quase totalidade índios ou caboclos de arco e flecha". (p. 95)

Na organização das fainas agrícolas, conclui, a contribuição indígena seria nula.

Gilberto Freyre proporciona em seu livro um retrato vivo do elemento português que veio para o Brasil (Cap. III – O colonizador português: antecedentes e predisposições). Evidência que em Portugal não se estratificaram as classes sociais à base de exclusivismos intransponíveis. A nobreza nunca conseguiu formar uma aristocracia fechada, nem mesmo impedir que seus nomes se generalizassem entre pessoas de diversa condição. Enfim, Portugal se constituía numa sociedade móvel e flutuante. Em termos raciais não se solidificaram preconceitos, havendo mesmo uma franca idealização das morenas de origem árabe. Havia assim uma predisposição para misturar-se a índias e negras.

Os dois últimos capítulos estão dedicados ao negro e assim se intitulam: IV – O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro; e V – continuação do mesmo tema.

Sua conclusão pode ser resumida no que indicou ainda no prefácio da 1ª edição: "Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram entretanto de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de "superiores com inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se entretanto com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala.

O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido da aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos". (ed. cit., pág. cinqüenta romano).



## IV. A TRADIÇÃO LIBERAL DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E OS PERCALÇOS EM SUA PRESERVAÇÃO

### 1. O PROJETO DE HISTORIOGRAFIA NACIONAL CONCEBIDO NO SEGUNDO REINADO

As bases da historiografia brasileira foram lançadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que completou 150 anos de existência em outubro de 1988.<sup>(8)</sup> A partir de 1839 publica-se a sua revista, que discutiu exaustivamente o modo como fazer a nossa história, e até promoveu um concurso relativo ao tema. O trabalho premiado, da autoria de Karl von Martius (1794-1868),<sup>(9)</sup> apareceu na *Revista do IHGB* e intitulava-se “Como se deve escrever a história do Brasil”. Houve inicialmente uma certa divergência quanto ao que seria propriamente o seu início, imaginando-se que deveria partir da mudança da Corte para o Rio de Janeiro. O livro de Capistrano de Abreu (1853-1927), que depois se chamou de *Capítulos de história colonial*, originalmente tinha sido concebido como *Noções de história do Brasil até 1800*. Compreende-se a relutância, devido à ausência de fontes documentais para os três primeiros séculos, todas em Portugal. Contudo, progressivamente organizou-se o acesso àquela documentação e a sua divulgação. Nesse processo desempenhou um papel-chave Francisco Adolfo Varnhagen, visconde de Porto Seguro (1816-1878), que publicou a 1ª edição de sua *História do Brasil* em 1854 (1º vol.) e 1857 (2º vol.), posteriormente ampliada (1877), estabelecendo as linhas básicas de nossa pesquisa histórica e coligindo os documentos essenciais sobre os primeiros séculos, editados postumamente (*História da colonização portuguesa no Brasil*, 1924). As coleções denominadas genericamente de “brasilianas” (da Cia. Editora Nacional, da Editora José Olímpio e da Editora Itatiaia) inserem praticamente tudo quanto há de relevante em matéria de fontes de informação, inclusive os inúmeros relatos de estrangeiros, bem como as mais importantes sistematizações.

A historiografia brasileira consolidou-se plenamente com a obra desenvolvida por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, ao rever e complementar a *História geral do Brasil* de Varnhagen.<sup>(10)</sup> Ao longo do século

<sup>(8)</sup> Em comemoração ao evento, publicou-se *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1989, 100 p.) contendo vários estudos de diversos autores.

<sup>(9)</sup> Von Martius era um cientista alemão que se sobressaiu entre os diversos estudiosos estrangeiros que visitaram o Brasil com o propósito de promover pesquisas em seguida à mudança da Corte para o Rio de Janeiro. Juntamente com Spix visitou diversas províncias, escrevendo *Viagem pelo Brasil*. No Segundo Reinado coordenou a edição monumental *Flora Brasiliensis*, a mais volumosa obra até hoje escrita sobre a nossa botânica.

<sup>(10)</sup> Varnhagen publicou em vida duas edições dessa obra, sendo a última em 1877. Em 1907, apareceu a edição com o início da revisão, devida a Capistrano e abrangendo apenas o 1º volume. Mais tarde, a esse projeto

XX contudo, aliás como ocorreu em toda parte no Ocidente, o processo em causa foi turbado por disputas de caráter ideológico. Num primeiro momento, a partir dos anos trinta, são os tradicionalistas católicos que irão contrapor-se à interpretação liberal, notadamente no que se refere aos jesuítas. Varnhagen e os liberais do império tinham presente a contribuição da Igreja Católica na difusão entre nós dos valores que constituem o núcleo da cultura ocidental, assegurando-lhe a vitória no confronto com outras tradições. No tocante especificamente aos jesuítas, trataram contudo de discutir como poderia ser classificado o trabalho que os indígenas realizavam em suas fazendas, já que tratavam de impedir que os aborígenes fossem escravizados pelos colonizadores portugueses. Em vez de afrontar diretamente este ponto, os tradicionalistas católicos aferraram-se ao aspecto que não estava em discussão (a religião católica) e atribuíram todos os méritos aos jesuítas, ignorando ou minimizando a diversidade de ordens religiosas que atuaram no país.

## 2. OS EMBATES ENFRENTADOS NO SÉCULO XX

### a) O surto tradicionalista

Entre os tradicionalistas católicos sobressaem Hélio Vianna (1908-1972) e Américo Jacobina Lacombe (1909-1993). Hélio Vianna fez parte do grupo que institucionalizou o ensino de história em nível superior, na antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Além de um compêndio, sucessivamente reeditado, publicou diversas obras. Lacombe pertenceu à Academia Brasileira de Letras e dirigiu durante muitos anos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo publicado vários textos dedicados à História do Brasil. Sua maior contribuição consiste entretanto no ordenamento e edição da *Obra completa de Rui Barbosa* (1849-1923), com vistas ao que conseguiu dar forma à instituição que deveria desincumbir-se daquele mister, isto é, a Casa de Rui Barbosa.

Em lugar das críticas dos contemporâneos, que culminaram com a expulsão da Ordem do mundo português – exemplo logo seguido por outras nações de que resultou a própria extinção da Ordem pelo papa –, agora aos jesuítas é atribuído o sucesso da colonização, como se pode ver do texto a seguir de Hélio Vianna:<sup>(11)</sup>

"Consolidando a vida espiritual das capitanias do Sul; auxiliando, eficazmente, a conquista do Nordeste; mantendo boas relações, grandemente úteis à colônia, com os mais notáveis governadores, donatários e capitães-mores; regularizando a vida particular, naturalmente desregrada, dos primeiros povoadores; assenhoreando-se, principalmente, da tarefa, sobre todas importante, da catequese dos indígenas – coube, em suma, aos jesuítas, a mais

---

agregou-se Rodolfo Garcia. A chamada *edição integral*, inteiramente revista e anotada, é de 1927. Desde então, a *História geral do Brasil* tem merecido reedições.

<sup>(11)</sup> *História do Brasil*, 2ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1963, 1º vol., pp. 103-4.

bela parte da *História do Brasil* na primeira centúria de existência política do país.

"Criadores de nosso ensino, de nosso teatro e, de certo modo, de nossa medicina e de nossa arquitetura; preservadores das línguas indígenas; cronistas de todos os acontecimentos aqui registrados; primeiros intelectuais que exerceram atividades literárias na colônia – desempenharam uma incumbência para a qual faltam qualificativos, tão grande e tão excepcional foi ela, entre todas que contribuíram para a formação do Brasil."

E, para dar uma idéia da amplitude alcançada pela revisão historiográfica que patrocinaram, prossegue com as citações que transcrevemos:

Este país – na expressão de Ronald de Carvalho –, “pode-se afirmar sem erro, foi, em grande parte, um produto da vontade pertinaz e do sacrifício contínuo e superior dos discípulos da Companhia de Jesus. Aproximando o gentio do cristianismo, submetendo-o pela doçura ou pela força às disciplinas da sua religião, evitando o seu escravizamento aos ‘maganos de Portugal’, obraram os jesuítas com refinado saber, concorrendo para o fortalecimento político e econômico da incipiente família brasileira”.

Ou, de acordo com as palavras finais do Prefácio da monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do insigne historiador Serafim Leite, S. J.: "Se os colonos e administradores portugueses governavam a terra e a cultivavam como fonte de riqueza e elemento de soberania, os jesuítas da Assistência de Portugal amavam a terra e os seres humanos que essa terra alimentara no decorrer dos séculos. Os primeiros apoderaram-se do corpo; os segundos, da alma. Do concurso de uns e outros, completando-se, nasceu o Brasil. Enquanto os governadores, capitães e funcionários iam estabelecendo as bases do Estado, o elemento religioso alicerçava o novo edifício com formas tão elevadas e nobres, que dariam ao conjunto a solidez da Eternidade"<sup>(12)</sup>.

Varnhagen procurou registrar como a sua própria época se posicionava diante daquela presença, concluindo que “justo é reconhecer que a Ordem prestou ao Brasil alguns serviços, bem como, por outro lado, parcialismo ou demência fora negar, quando os fatos evidenciam que, por vezes, pela ambição e orgulho de seus membros, chegou a provocar no país não poucos distúrbios”.<sup>(13)</sup> O desfecho dessa hostilidade seria a expulsão da Ordem de nosso país, não se podendo perder de vista que o fenômeno ocorreu em outras nações.

O problema central consiste em que, tomando a própria formulação de Varnhagen: “Na conversão dos índios prestaram um grande serviço, na infância da colonização, desanimando os governadores a prosseguir sem escrúpulos o sistema de os obrigar à força, em toda parte reconhecido como o mais profícuo para sujeitar o homem que desconhece o temor a Deus e a sujeição de si mesmo

<sup>(12)</sup> As citações são, respectivamente, da *Pequena história da literatura brasileira*, de Ronald de Carvalho (6ª ed., Rio de Janeiro, 1937), e da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, S.J. (em 10 volumes, aparecidos entre 1938 e 1950).

<sup>(13)</sup> *História geral do Brasil*, vol. II, tomo IV, 10ª edição integral, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, pp. 141.

pela lei. Entretanto, é lamentável que justamente se apresentassem a sustentar o sistema contrário, quando tiveram fazendas que granjear com o suor dos índios, ao passo que os moradores da terra, comprando os escravos da África e arruinando-se com isso, não poderiam competir com eles na cultura do açúcar etc.”

Como classificar o trabalho realizado pelos índios nas fazendas jesuítas? Consoante referiremos adiante, Lúcio de Azevedo refere documento da época em que é chamado diretamente como escravo e admite que esta seria a denominação apropriada, embora procure estabelecer diferença que, como se verá, em nada altera a classificação. A par disto, as indicações disponíveis proporcionam uma idéia das dimensões das atividades econômicas desenvolvidas pela Ordem, notadamente no que se refere ao então chamado estado do Maranhão, pelo fato de que justamente ali o conflito com Pombal assumiu nitidamente a feição de uma disputa comercial.

O próprio Varnhagen deixou-nos a indicação de que os jesuítas mantinham naquela região 20 aldeias e 22 grandes fazendas, de gado e cana-de-açúcar, que rendiam anualmente 165 contos, equivalentes a 75% dos rendimentos de 221 contos apurados pelas 56 fazendas sustentadas por ordens religiosas.<sup>(14)</sup> Alguns desses estabelecimentos seriam efetivamente de muito grande porte. Kenneth Maxwell os refere deste modo:

“Embora os inimigos dos jesuítas lhes exagerassem a riqueza, esta não era despicienda. Os jesuítas, em virtude do número e do valor de suas propriedades, do governo temporal sobre as numerosas aldeias das missões e da utilização da mão-de-obra de muitos outros povoados indígenas, detinham um capital e um poder havia muito cobiçados pelos colonizadores portugueses do Grão-Pará e Maranhão. Somente na ilha de Marajó os jesuítas administravam fazendas que continham mais de cem mil cabeças de gado e propriedades rurais produtoras de açúcar. Também comercializavam os frutos das expedições indígenas ao interior da floresta amazônica em busca de drogas nativas, cravo, cacau e canela, que, transportados por frotas de canoas para o litoral do Atlântico, eram recolhidos aos armazéns dos colégios jesuítas. Ali esses produtos ficavam isentos de impostos e taxas alfandegárias e eram colocados no mercado mediante uma feira mantida enquanto a frota portuguesa estava no porto. Em Belém, os produtos eram vendidos a capitães de navios e comissários vindos de Portugal e uma porção menor consignada à metrópole em nome da Companhia de Jesus e sob o seu selo. Como seus colegas em todo o Brasil, os jesuítas, além das suas atividades religiosas, administravam uma operação comercial de considerável sofisticação que resultava de anos de acumulação de capital, reinvestimentos e administração cuidadosa”.<sup>(15)</sup>

Serafim Leite descreve as fazendas jesuítas e explica o seu nascedouro como uma forma de assegurar o abastecimento dos gêneros de que careciam tanto os

<sup>(14)</sup> Além dos jesuítas, segundo a mesma fonte, mantinham essa praxe os carmelitas e os capuchinhos.

<sup>(15)</sup> *Marquês de Pombal – paradoxo do iluminismo*, trad. brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 58-9.

membros da Ordem como os índios aldeados. A descrição considerada encontra-se, basicamente, nos volumes IV e V de sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, e também na Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil (Lisboa, Junta de Investigações no Ultramar, 1905).

Em que pese aquela circunstância inicial, o autor indica expressamente que, com o correr do tempo, tornou-se uma atividade comercial. Assim, manteve engenhos de açúcar, tanto no Recôncavo Baiano (que chegou, segundo se refere, a produzir 150 caixas de açúcar de mil libras cada uma, em 1722), como em Sergipe, na capitania do espírito Santo, em Pernambuco (dois), no Maranhão e no Pará.

Serafim Leite trata com naturalidade a posse de escravos negros pela Companhia de Jesus. Assim, quando se refere à Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, indica achar-se dotada das características de grande estabelecimento agropecuário, ao que acrescenta, depois de mencionar os diversos bens produtivos de que dispunha: “e só no núcleo central da povoação as senzalas eram 232, onde as famílias viviam sobre si mesmas, à parte se eram de prole numerosa”.

Talvez porque fossem muito numerosos, os escravos negros dispunham de algumas regalias, como gado próprio para obtenção de carne e leite. O autor explica a situação deste modo: “este gado dos escravos era o que os padres lhes davam e proliferava por conta dos mesmos escravos, pastando livremente nos campos da fazenda, distinguindo-se do outro gado apenas pela marca. Não só lhes concediam essa regalia, mas também os tornavam participantes das suas pescarias, entre as quais uma se denominava de ‘negros’ na ilha da senzala” (História da Companhia, vol. VI, p. 59; *Suma histórica*, p. 187).

O jovem e promissor historiador português Jorge Couto – que em sua dissertação de mestrado (1990) cuidou do destino do patrimônio do Colégio dos Jesuítas no Recife – teria oportunidade de assinalar divergências na Ordem quanto à posse de escravos negros, controvérsia que terminou com a vitória da corrente que denomina de pragmática, isto é, daqueles que preferiam gerar os recursos requeridos para o seu sustento a depender de incertas doações oficiais. A descrição dos desdobramentos dessa disputa é efetivada na comunicação ao Congresso América 92 – Raízes e Trajetórias, inserida no livro *Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação* (Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, São Paulo, Edusp, 1997).

Quanto à natureza do trabalho indígena, Serafim Leite não é explícito. Indica apenas que a estes incumbia as pescarias, registrando igualmente a sua presença no recolhimento de madeira. A Companhia mantinha serrarias e exportava madeiras. Quanto às fazendas de gado, Serafim Leite indica que as maiores encontra am-se em Campos de Goitacazes (com 16.580 cabeças), no Piauí (com 32 mil cabeças e na Ilha de Marajó (com mais de 50 mil).

Lúcio de Azevedo é mais explícito, embora os seus levantamentos digam respeito apenas à províncias do Grão-Pará e do Maranhão (*Os jesuítas no Grão-*

*Pará. Suas missões e a colonização*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1901). Segundo sua estimativa, no século XVIII havia, na Província do Grão-Pará, cerca de sessenta aldeamentos de índios aculturados (“mandos”, como diz) com uma população de 50 mil pessoas. Não apresenta estimativas relativas ao Maranhão.

Acerca do tema, afirma expressamente o seguinte: “Usando dos mesmos processos de cativo e domínio, aplicados pelos seculares, os padres lograram acrescentar os seus estabelecimentos, ao passo que os dos simples colonos minguavam, até a extrema decadência. Escravos eram os índios em poder destes, como no daqueles, e em ambas as partes o trabalho violento. Não era talvez a menor tirania do religioso na missão, que a do lavrador na fazenda. Mas o desinteresse pessoal do sacerdote fazia a parte divergente, de onde partiam os caminhos, aos quais um levava a obra empreendida à existência vivaz, o outro a conduzia ao marasmo, de que nenhum reagente conseguia levantá-la. É que o missionário, forçando o selvagem ao trabalho, aplicava o produto à manutenção das aldeias; e a riqueza econômica, criada pelo braço cativo, vinha incorporar-se nos próprios estabelecimentos onde havia brotado. O trabalho de que se achava em poder da gente laical, esse era dissipado na vida indolente dos colonos, ou transferido na bagagem dos funcionários, para quem engrossar os cabedais era a superior preocupação do ofício.

“As missões enriqueciam portanto; e as dos jesuítas sobrepujavam a todas em número e valor das propriedades” (p. 195-6).

Segundo indica, os jesuítas possuíam, na capitania do Pará, nove fazendas rurais: no Maranhão, seis de criação de gado e sete outros estabelecimentos agrícolas, “entre estes um engenho de açúcar produzindo mais de duas mil arrobas anuais de açúcar”.

Embora enfatize sobremaneira o fato de a atividade produtiva achar-se voltada para os aldeamentos, não deixa de registrar as exportações (admitindo mesmo que algumas ficavam de fora dos registros oficiais, por ele compulsados), isentas de dízimos e de direitos alfandegários, o que, por seu turno, aumentava ainda mais o ódio dos particulares contra a Companhia (“A isenção, odiosa aos habitantes da colônia, justificava-se com serem tais valores aplicados no sustento das missões”, p. 127).

Lúcio Azeredo está longe de aprovar as medidas tomadas contra os jesuítas sob Pombal, e até procura minimizar a presumível riqueza por eles acumulada. Ainda assim, na documentação compulsada e por ele registrada, vê-se que funcionários da Metrópole, nos começos do século e ainda sob d. João V, como escreve, “manifestam o quanto é desagradável ao monarca verificar que religiosos empregam seu maior cuidado nos negócios temporais”. De um documento que encontrou na Biblioteca de Évora, com a data de 13 de janeiro de 1723, em que se manda retirar das missões os padres das Mercês e do Carmo, transcreve o seguinte: “por certo (diz a Ordem Régia) se estão servindo dos

índios como escravos para suas granjarias e comércio”. Trata-se de memorando da Corte encaminhado ao governador.

No ensaio elaborado para a obra coletiva *Conflict and Continuity in Brazilian History* (Columbia, SC, 1969; trad. brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970), organizada por Henry H. Keith e D. F. Edwards, sob a denominação de “Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil”, Daniel Alden reconstitui a maneira pela qual a Companhia de Jesus acumulou a riqueza de que estava de posse à época da expulsão. Além de doações da coroa, herdou espólios e foram efetivadas também compras diretas, tanto de terras como de outros bens. O dimensionamento e as características de seus empreendimentos econômicos são concluídos com relativo sucesso.

Começa por indicar que as lavouras mais importantes eram mandioca, arroz, algodão e tabaco. Havia igualmente cultivos de legumes, frutas cítricas e trigo. Destinando-se basicamente ao consumo próprio, geravam contudo excedentes exportáveis, notadamente no caso dos engenhos de açúcar. Acerca dessa última atividade, escreve:

“Embora tivessem começado a cultivar a cana logo depois de terem chegado ao Brasil, os jesuítas só adquiriram seu primeiro bangüê em 1604, quando se construiu o engenho Camamu na Bahia, em local escolhido pelo Padre Fernão Cardim. O engenho foi destruído pelos holandeses em 1640, mas os padres continuaram a adquirir outros grandes bangüês, por doação (como no caso do famoso Sergipe do Condé) ou por compra (por exemplo, o engenho Pitanga, também na Bahia), até que cada um dos colégios mais importantes pôde retirar parte de sua renda de uma ou mais plantações de cana. Pelos meus cálculos, os jesuítas tinham ao todo dezessete canaviais, cada um equipado com um ou mais engenhos, ao tempo de sua expulsão. Essas instalações compreendiam não só moendas e outros maquinismos relacionados com o fabrico de açúcar, mas também destilarias de aguardente, forjas, tanoarias, olarias e oficinas de tecelagem, e, em alguns casos, estaleiros aptos para construir embarcações que, quanto ao tamanho, iam desde as canoas amazônicas até as sumacas de navegação marítima”.

Quanto à atividade pecuária sua estimativa é a seguinte: “Além das lavouras de subsistência e de canaviais, cada colégio também possuía muitas fazendas de criação que produziam principalmente leite e gado para o corte, afora cavalos, porcos, ovelhas, cabras e aves de quintal. Ao tempo do confisco havia, por exemplo, 16.580 cabeças de gado na fazenda do colégio ao norte do Rio de Janeiro, um total avaliado em 32.000 cabeças distribuídas por trinta criatórios no Piauí, e mais de 100.000 reses nos sete estabelecimentos da ilha de Marajó”.

No que se refere à forma de gestão, indica que “eram geridas por um ou dois padres que supervisionavam o trabalho dos negros escravos, como acontecia nas lavouras de cana, ou dos índios, como nas fazendas de criação do Amazonas. Dentre as instituições, a Companhia de Jesus era provavelmente a maior

proprietária de escravos do Brasil; seguramente possuía o maior número de escravos existentes em uma só fazenda em toda a América colonial”.

As posses dos jesuítas incluíam ainda muitos prédios, urbanos que eram alugados para renda (186 casas em Salvador, setenta no Rio de Janeiro etc.). Os dados mobilizados por Daniel Alden permitem-lhe avaliar em mil contos de réis o patrimônio confiscado aos jesuítas.

O ensaio considerado descreve os conflitos em que estiveram envolvidos, notadamente por razões comerciais nas províncias subordinadas ao Rio de Janeiro e no tocante a mão-de-obra indígena ao Norte, detendo-se em especial na década de cinquenta do século XVIII, durante a qual se originam as causas imediatas da expulsão. No caso da utilização do trabalho dos indígenas, sem indicar expressamente em que elementos se apóia, afirma que a expulsão “retirou aos índios amazônicos o já tradicional manto protetor dos missionários, expondo o gentio à exploração desenfreada posta em prática pelos rivais seculares dos padres, apesar de uma lei que no papel deixava os indígenas em liberdade”.

Como se vê, os tradicionalistas evitaram a discussão de um tema muito relevante. Além do mais, a sua consideração deve permitir esclarecer até que ponto o poderio comercial dos jesuítas, no século XVIII, não terá contribuído para a extinção da Ordem pelo Papa, pressionado por grandes potências católicas, todas imbuídas da certeza (mercantilista) de que o monopólio pelo Estado do comércio entre as nações levaria diretamente à riqueza.

### **b)O surto marxista**

Mais grave é, sem dúvida, o surto marxista, acentuado sobretudo a partir da segunda metade do século passado. De sua eclosão resultou que a pauta da historiografia nacional viesse a ser sobrecarregada com temas absolutamente impertinentes, todos destinados a permitir o enquadramento do país no esquema de desenvolvimento prefixado, que deveria inevitavelmente conduzir ao socialismo. Assim, tratou-se de inventariar “classes sociais” e “lutas” subseqüentes. Movimentos como o dos anarquistas, na República Velha, sem maior significado do ponto de vista cultural, quase foram transformados no centro de nossa história no período correspondente. A ingerência militar na política durante a República, grave indício de baixos níveis de profissionalização, seria exaltada ou condenada segundo o sinal que se lhe atribuisse (“esquerda” ou “direita”). Seu único efeito consistiu em tornar fatos centrais de nossa história totalmente incompreensíveis. Deste modo, a Revolução de 30 teria sido desencadeada pela burguesia contra o latifúndio. A estatização da economia resultante do processo, que lhe seguiu, de criação do Estado Nacional unitário, torna-se deste modo inexplicável, porquanto não teria sentido que a “burguesia” tomasse o poder (político) para entregar o poder econômico à burocracia estatal. Através dos tempos o Estado brasileiro seria



instituição a serviço do latifúndio e do imperialismo, transformando em grandes incógnitas a República e as alterações havidas durante o seu transcurso (Estado Novo, Revolução de 64, etc.).

Comentando esse tipo de postulação, Simon Schwartzman teria oportunidade de escrever: "O fato é que no Brasil é geralmente difícil estabelecer conexões precisas e bem determinadas entre governantes e decisões governamentais, de um lado, e classes sociais e grupos de interesses específicos, de outro. Não há dúvida, certamente, que nenhum governo brasileiro se propõe a alterar de forma realmente drástica o sistema de propriedade da terra; mas isto não significa necessariamente que estes governos tenham sido 'controlados' pela elite rural, cuja força política tem, na realidade, decrescido de forma constante e progressiva nos últimos 40 ou 50 anos. Um outro exemplo: é fato que o país tem sido palco de períodos de industrialização intensa, com Vargas depois de 1937, com Juscelino Kubitschek depois de 1955, e novamente nos últimos anos. Ninguém diria, no entanto, que estes tenham sido governos 'dominados' ou 'controlados' pela 'burguesia industrial'. Em um terceiro exemplo, setores militares sempre tiveram participação na vida política brasileira, mas as tentativas de estabelecer um vínculo entre esta participação militar e as 'classes médias' nunca passaram de um esforço pouco compensador para 'explicar' a falta de correspondência entre a instituição militar e grupos de interesses sócio-econômicos claramente definidos."<sup>(16)</sup>

Tão longe foram os pseudo-historiadores marxistas que uma pessoa efetivamente comprometida com a historiografia como Boris Fausto, professor da Universidade de São Paulo, sem renegar o marxismo, vê-se na contingência de escrever obviedades deste tipo:

"A análise dos acordos entre as várias oligarquias nos indica que o Estado – no sentido de poder central – não foi um simples clube dos fazendeiros de café. O Estado se definiu como articulador de uma integração nacional que, mesmo frágil, nem por isso era inexistente. Tinha de garantir uma certa estabilidade no país, conciliar interesses diversos, atrair investimentos estrangeiros, cuidar da questão da dívida externa. Isso não quer dizer que os negócios do café – nos quais os fazendeiros representavam apenas um elo de uma cadeia que ia até os consumidores externos, passando pelos exportadores – tivessem importância secundária. Pelo contrário, eles foram o eixo da economia do período...

"Apesar de seus limites regionais, a burguesia do café constituiu uma classe articulada, capaz de expressar seus interesses através do PRP e de suas associações de classe. Na formulação de sua política, o governo federal não podia ignorar o peso do setor cafeeiro, qualquer que fosse a origem regional do presidente da República. Mas a coisa não era simples assim, e vários governantes supostamente ligados aos interesses do café nem sempre agiram como seus defensores. Esse comportamento, na aparência estranho, se deve

---

<sup>(16)</sup> *São Paulo e o Estado Nacional*, São Paulo, Difel, 1975, p. 16.

principalmente ao fato de que o presidente da República tinha de preocupar-se não só com o café mas com os interesses gerais do país."<sup>(17)</sup>

O marxismo brasileiro contou com a adesão de personalidades de grande expressão em nossa cultura, como Leônidas de Rezende (1889-1950), João Cruz Costa (1904-1978), Caio Prado Júnior (1907-1990), Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), entre outros, tendo assegurada a sua presença na meditação filosófica nacional, conforme procuro demonstrar em *História das idéias filosóficas no Brasil*. Tratando-se entretanto de movimento político que atraiu basicamente o chamado *baixo clero*, produziu resultados espantosos, no aspecto aqui considerado. Entre estes a chamada *História crítica*, que floresceu logo no início do pós-guerra.<sup>(18)</sup> E, mais recentemente, a chamada Nova história crítica, que consiste em enormidades como as adiante transcritas:

“A “História Tradicional” (HT) só fala dos grandes “heróis”: príncipes, reis, generais, empresários. Ou seja, os heróis das classes ricas e poderosas. Nem toca no que os homens comuns do povo fazem. Cria em nós um terrível sentimento de inferioridade. Ficamos supondo que nós, anônimos e simples, que temos prestações a pagar, meias velhas e dor-de-cotovelo, não devemos nos intrometer na História: “só os figurões é que mudam as coisas”, diz a HT. Enquanto nós acreditarmos nisso, esses figurões continuarão fazendo o que querem conosco.

A HT despreza o povo. Inventava mentiras do tipo “brasileiro é preguiçoso”. E quando os pobres se revoltam contra a exploração, a HT chama isso de “baderna”, “fruto da ignorância”, “radicalismo”.

A HT tenta passar a fantástica imagem de que a nossa História tem sido de progresso, como se, apesar dos problemas, os brasileiros sempre ficassem mais prósperos e felizes no final. “Hoje é ruim? Mas ontem foi pior: logo, amanhã será melhor”. Idéias imbecis que ocultam que o ontem e o hoje poderiam e podem ser bem diferentes.

É claro que a História que nós procuramos fazer neste livro é bem diferente. Uma nova História crítica que leve você a pensar, a ser criativo, a lutar pela liberdade.”

Conclusão enfática: “A história é uma arma para mudar o mundo”.<sup>(19)</sup>

Das breves considerações precedentes, evidencia-se a relevância da retomada do projeto historiográfico liberal, do qual possa resultar o aprofundamento das conquistas então alcançadas, interrompendo o largo período em que os temas efetivamente pertinentes foram simplesmente abandonados.

<sup>(17)</sup> *História do Brasil*, São Paulo, Edusp, 1955, p. 273-4.

<sup>(18)</sup> Teve entre os seus animadores Nelson Werneck Sodré, convertido do positivismo ao marxismo. Transformado em porta-voz do marxismo ortodoxo entre nós, cometeu barbaridades tais como confundir “modo de produção” com produção mesma, ao afirmar que a cana-de-açúcar do Nordeste predispunha a liderança a aderir à metrópole enquanto os mineradores a lutar pela Independência. Examine sua obra teórica no livro *Evolução do pensamento político brasileiro* (Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1983).

<sup>(19)</sup> *Nova história crítica do Brasil*. São Paulo, Editora Nova Geração, 1993. Trata-se de compêndio com a indicação de que se destinaria ao 2º grau.

### 3. RECUPERAÇÃO DA TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA LIBERAL

A classificação como sendo de índole liberal a monumental tradição historiográfica nacional – com nomes como Varnhagen, Capistrano, Rodolfo Garcia, Tobias Monteiro, José Maria dos Santos, José Maria Bello, Octávio Tarquínio de Souza e tantos outros – adota o termo em seu sentido próprio, e não na acepção política. A Época Moderna introduziu, no plano da cultura, uma postura inteiramente nova: a capacidade de tolerar a divergência, seja no plano religioso seja no plano político. Tratou-se de uma conquista árdua, que nunca é demais exaltar. Não só no período precedente campeou a intolerância, com expressões do tipo dos autos-de-fé promovidos pela Inquisição. Na Grécia Antiga, quando o grande Aristóteles, que todos admiramos e cultuamos, divergiu do Mestre (Platão, outra figura igualmente cultuada em nosso tempo), cuidou de implantar a sua própria Escola. Era inadmissível que tentasse expressá-la na Academia. Viu-se na contingência de criar o Liceu.

Os fundadores da historiografia nacional discutiram pacientemente quais os rumos a seguir. Desde que suficientemente documentados, admitia-se todos os pontos de vista.

Essa tradição, da qual devemos nos orgulhar, viu-se amplamente obscurecida durante grande parte da chamada Era Vargas.

Contudo, em seu próprio seio, a proposta historiográfica legítima – porque a serviço de si mesma e não de outros senhores, sejam Ignácio de Loyola, Augusto Comte ou Karl Marx – soube preservar o seu valioso legado. O sucesso perene das “Brasilianas” é disso um eloqüente atestado. A *Reconquista do Brasil*, mantida pela Editora Itatiaia, alcança cerca de 300 títulos em suas duas fases. Na mesma direção situam-se as Coleções criadas pelo Conselho Editorial do Senado Federal, na parte final da década de noventa, a saber: Biblioteca Básica Brasileira; Memória Brasileira; Brasil 500 anos e O Brasil visto por estrangeiros.

Notável tem sido também a atuação de Arno Wehling, tanto à frente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como no exercício da função docente.

Sua vasta obra poderia ser classificada em três grandes blocos: 1º) inventário da evolução das teorias da história a partir do século XVIII; 2º) avaliação crítica do legado da historiografia brasileira; e 3º) exame específico de temas da nossa história.

Em matéria de periodização das propostas historiográficas mais relevantes do período moderno,<sup>(20)</sup> Arno Wehling avançou uma tipologia de grande valor heurístico. Segundo esta, no século XVIII emerge o historicismo filosófico ou ilustrado, expressão do racionalismo, que também pode ser caracterizada como sendo o ciclo em que se formula a filosofia da história. A reação à postura

<sup>(20)</sup> *A invenção da história*, Rio de Janeiro, Editoras da UGF e da UFF, 1995.

racionalista teria lugar no século XIX, com a singularidade de que, na primeira metade predomina o historicismo romântico e, na segunda, o cientificismo. É a fase das preocupações de índole metodológica. Finalmente, no século XX, a epistemologia ocupa o centro do interesse.

Na reação ao racionalismo do século XVIII, na visão de Arno Wehling, quando se formula a metodologia da história, o marco inicial seria a obra de Ranke, que procurou, segundo escreve, “fixar as normas da história científica, distinguindo-a de seus outros significados, a filosofia da história, a erudição documental, o gênero literário”. E, adiante: “Num segundo momento, a partir de 1850, justamente quando do apogeu das grandes doutrinas sociais como o positivismo, o evolucionismo e o marxismo, a metodologia da história vai se tornar, com poucas exceções, caudatária das posições determinísticas”.

Parece a Arno Wehling que, diante do “rotundo fracasso do historicismo (e de roldão do cientificismo), com seu determinismo cognoscitivo e sua proposta social ingloriamente associados à tirania orwelliana do totalitarismo e à intolerância ao debate intelectual”, levaria ao que denomina de nascimento da epistemologia. Esclarece tal afirmativa deste modo: “A epistemologia nasce, assim, com uma vocação crítica, simultaneamente preocupada em afirmar uma razoável margem de racionalidade para o conhecimento histórico e em evitar que o dogmatismo conduza-o, novamente, aos equívocos da intolerância, como ocorreu na radicalização da escolástica e do historicismo”.<sup>(21)</sup>

A par da atualização do embasamento teórico da investigação histórica, Arno Wehling tratou de destacar as mais importantes contribuições à historiografia nacional.<sup>(22)</sup> A par disto, embora voltado para o conjunto da história do Brasil, interessou-se em especial pelos diversos aspectos do período colonial, notadamente a fase final da administração portuguesa.<sup>(23)</sup> O lema que o tem orientado nesses estudos é o seguinte: “A ciência social pensada no Brasil em

---

<sup>(21)</sup> Obra citada, p. 105.

<sup>(22)</sup> Nesse conjunto sobressaem *Capistrano de Abreu: a fase cientificista* (Rio de Janeiro, IHGB, 1976) e *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999) e os estudos dedicados a Sílvio Romero e Oliveira Viana.

<sup>(23)</sup> *Fomentismo português no final do século XVIII* (1977); *Os beneditinos na administração colonial* (1981); *Administração portuguesa no Brasil - 1777-1808* (1986) e *Formação do Brasil colonial* (em colaboração com Maria José Wehling).

português não está condenada ao ensaísmo inconseqüente ou à reprodução transoceânica, nem às temáticas luso-brasileiras ou latino-americanas”.

Arno Wehling é professor titular de história na UFRJ e na UNI-RIO e preside o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1996, tendo contribuído decisivamente para reafirmar a vocação daquela instituição de constituir-se no baluarte máximo da seriedade e da excelência da historiografia nacional. Presentemente, exerce as funções de reitor da Universidade Gama Filho

## V. MITOS DA HISTORIOGRAFIA NACIONAL

### 1. NOS PRIMEIROS SÉCULOS, NÃO HAVERIA POVO MAS SOMENTE ESTADO

Tornou-se lugar comum a suposição de que, nos primeiros séculos, não teria havido povo mas somente Estado. Não consegui averiguar a origem de tese tão inconsistente. Revela o maior desprezo ao trabalho de investigação desenvolvido pelos diversos estudiosos do período, entre os quais se destacam Alcântara Machado, Capistrano de Abreu e Oliveira Viana, para não referir aqueles autores da época, a exemplo de Antonil (*Cultura e opulência do Brasil*, dos começos do século XVIII).

O que se pode concluir desses estudos é exatamente o contrário, notadamente pela investigação levada a cabo por Oliveira Viana. A ocupação propriamente dita seria empreendimento privado, notadamente a partir da organização sistemática de “bandeiras” ou “entradas”, expedições partidas na direção do interior, provenientes sobretudo de São Paulo e de centros nordestinos, em especial Bahia e Pernambuco.

Após examinar os inventários dos bandeirantes que partiram de São Paulo, documentação tornada pública pelo governo estadual, na terceira década republicana, Alcântara Machado indica que, ao contrário do empreendimento açucareiro, que mobilizou capitais europeus de grande monta, os paulistanos não dispunham de maiores posses. Retiravam o seu sustento única e exclusivamente da exploração da terra (“do chão”, como diz). E, prossegue:

“Deste, somente deste, podem os colonos tirar sustento e cabedais. É nulo ou quase nulo o capital com que iniciam a vida. Entre eles não há representantes das grandes casas peninsulares, nem da burguesia dinheirosa. Certo que alguns se aparentam com a pequena nobreza. Mas, se emigram para província tão áspera e distante, é exatamente porque a sorte lhes foi madrasta na terra natal. Outros, a imensa maioria, são homens do campo, mercadores de recursos limitados, artífices, aventureiros de toda a casta, seduzidos pelas promessas dos donatários ou pelas possibilidades com que lhes acenam o continente novo.”<sup>22</sup>

Ainda que não faça sentido pretender resumir o exaustivo levantamento desse processo que nos legou Capistrano de Abreu<sup>23</sup>, cabe certamente indicar, pelo menos, as principais linhas de penetração e alguns de seus resultados. Começa por registrar que a limitação do foco principal no povoamento do litoral “deixa na sombra a todas os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas

<sup>22</sup> *Vida e morte do bandeirante*. 2ª edição. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1930, pág. 14

<sup>23</sup> Basicamente em *Capítulos de História Colonial*, que publicou em 1907, seguidos de *Caminhos antigos e povoamento*. Ambos têm sido sucessivamente reeditados, figurando nas diversas coleções brasileiras. Mais recentemente, a *Biblioteca Básica Brasileira*, iniciativa do Conselho Editorial do Senado Federal, incorporou *Capítulos de História Colonial*. As indicações que referiremos das linhas de colonização constam do Capítulo IX-O Sertão.

diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo.”

Indica Capistrano: “Podemos começar pela capitania de São Vicente. O estabelecimento de Piratininga, desde a era de 530, na borda de campo, significa uma vitória ganha sem combate sobre a mata, que reclamou alhures o esforço de várias gerações. Deste avanço procede o desenvolvimento peculiar de São Paulo.

O Tietê corria perto; bastava seguir-lhe o curso para alcançar a bacia do Prata. Transpunha-se uma garganta fácil e encontrava-se o Paraíba, encaixado entre a serra do Mar e a da Mantiqueira, apontando o caminho do Norte. Para o Sul estendiam-se vastos descampados, interrompidos por capões e até manchas de florestas, consideráveis às vezes, mas incapazes de sustentarem o movimento expansivo por sua descontinuidade. A Este apenas uma vereda quase intransponível levava à beira-mar, vereda fácil de obstruir, obstruída mais de uma vez, tornando a população sertaneja independente das autoridades da marinha, pois um punhado de homens bastava para arrostar um exército e abrir novas picadas, dominando as asperezas da serra, rompendo as massas de vegetação, arrostando a hostilidade dos habitantes, pediria esforços quase sobre-humanos.

Sob aquela latitude, naquela altitude, fora possível uma lavoura européia, de alguns, senão todos os cereais e frutas da península. Ao contrario o meio agiu como evaporador; os paulistas lançaram-se a bandeirantes”.

Magnífica descrição do desafio que se propuseram enfrentar, as facilidades naturais existentes à sua frente e, mais importante que tudo, a disposição de contar apenas com as próprias forças, dispensando mesmo a presença do Estado, mormente quando, a partir do ano citado, instituíam-se a Inquisição que, se não foi capaz de impedir o bandeirantismo, mais adiante, no século XVIII, seria bem sucedida ao desbaratar o empreendimento açucareiro.

O levantamento é deveras minucioso e permite vislumbrar os percalços com que se defrontaram e como enfrentaram as dificuldades surgidas. Aprenderam a improvisar canoas que se tornaram providenciais na utilização dos rios como linhas de penetração.

Chegaram ao interior de São Paulo e ali constituíram vários pontos de apoio a partir dos quais prosseguiram na marcha. Um desses pontos seria a atual Lorena, utilizado para alcançar a Mantiqueira a fim de atingir a área que corresponde ao traçado da antiga Estrada de Ferro Rio-Minas (atual linha do Centro). Outro ponto de apoio (atual Mogi) serviu para chegar a Goiás pelo rio Paraíba. De Sorocaba partia a linha de penetração que levou aos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai. Dali alcançaram Cuiabá e Mato Grosso. Valendo-se do acesso propiciado pelo rio Paraíba, tiveram acesso às margens do rio São Francisco.

Os choques com os índios são retratados cruamente, sem nenhuma pretensão de minimizar a violência com que seria enfrentada toda resistência, mas igualmente a disposição de estabelecer laços amigáveis.

Muitos dos paulistas presentes às bandeira descritas, assinala Capistrano, “não tornaram mais a São Paulo e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas; de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do São Francisco havia mais de cem famílias paulistas, entregues à criação de gado.”

*Capítulos de História Colonial* retratam, com idêntica precisão, as incursões iniciadas na Bahia ou em Pernambuco, através das quais seria alcançado o interior do Ceará, do Maranhão, bem como a aproximação do Amazonas e dos seus colossais cursos d’água.

É interessante a explicação de Capistrano quanto ao papel da pecuária:

“Os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimentos cabiam dentro de uma área traçada pelo custo de transporte de produtos. Além de certo raio vegetava-se indefinidamente, a prosperidade real nunca bafejaria o proprietário. Com a economia naturalista, o equívoco podia prolongar-se por muito tempo, mas por fim patenteava-se que só próximo do mar ou no pequeno trecho de rios navegáveis, graças à ausência de corredeiras e saltos, a labuta agrícola encontrava remuneração satisfatória. Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando as areias das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. Fazê-lo seria fácil em São Paulo, onde a caçada humana e desumana atraía e ocupava a atividade geral, na Amazônia toda cortada de rios caudalosos e desimpedidos com preciosos produtos vegetais, extraídos sem cultura. Nas outras zonas interiores o problema pedia solução diversa.

A solução foi o gado vacum”

Não tem, portanto, qualquer sustentação a hipótese de que o povoamento do país, nos primeiros séculos, guardava inteira dependência do Estado. Este exerceu funções de defesa, a partir de pontos estratégicos no litoral, núcleos esses que serviram, progressivamente, para implantar um mínimo de vida cultural. Na disseminação das atividades produtivas no vasto território a ocupar, não se registra a presença estatal. Ao se tornarem sedentários os bandeirantes, sobretudo no caso da grande propriedade, como observa Oliveira Viana, organizando-se em bases clônicas, inteiramente auto-suficientes, tendiam a assumir em suas mãos as rédeas do poder, o que poderia levar à anarquia. Aqui aparece de novo o papel do Estado, impondo o ordenamento legal, através dos capitães gerais. Mas isto teve lugar quando o processo de ocupação estava concluído.

A tese da “ausência de povo” tem sobrevivido desde que serviria para justificar a aceitação passiva da dependência do Estado, tão presente em sucessivas camadas da população brasileira?



## 2.O ESTIGMA DE TERMOS SIDO NAÇÃO COLONIAL

A aplicação da *vulgata marxista* à análise do fenômeno da colonização não se limita ao Brasil. Antes de apresentar comprovação desse fato, cabe registrar que, embora sem dúvida alguma a doutrina leninista provenha de Marx, nesse particular há uma flagrante dissonância. Marx a avaliava positivamente, na medida em que a difusão do capitalismo, segundo supunha, anteciparia a emergência do socialismo. Expressou essa opinião a propósito da presença inglesa na Índia.

Exemplo da amplitude da aceitação das simplificações produzidas pelos soviéticos --justamente o que veio a merecer a denominação de *vulgata marxista*-- o verbete *colonialismo* do *Dicionário de Política*, elaborado sob a coordenação de Norberto Bobbio, em que pese a reconhecida qualidade de sua parcela fundamental.

Ainda que admita a existência de distinções entre a política colonial européia, que se seguiu à expansão da navegação decorrente dos Descobrimentos, daquela que vigorou sobretudo a partir do século XIX, a autora (Ana Maria Gentili) traça-lhe um quadro dantesco, “não obstante a diversidade de formas e sistemas”.

No que respeita ao primeiro ciclo --justamente o que nos interessa --, a seu ver, caracterizou-se por “uma extensa exploração ... de efeitos devastadores. Houve sociedades que foram inteiramente destruídas, não só política como biologicamente.” Quanto ao segundo ciclo, “a característica que distingue o colonialismo contemporâneo tem de ser vista na necessidade de criar estruturas de domínio total para organizar a exploração sistemática dos recursos”.<sup>24</sup>

Para demonstrar que a *vulgata marxista* somente produz simplificações obscurecedoras do processo real, basta registrar que países coloniais passaram a integrar o núcleo fundamental das nações mais desenvolvidas do mundo: Estados Unidos, Canadá e Austrália. E não se pode dizer que o fenômeno estaria limitado à colonização inglesa. Nos começos do século XX, a Argentina fazia parte das nações desenvolvidas, perdendo essa condição graças ao populismo, questão que, diga-se de passagem, acha-se muito bem estudada.<sup>25</sup>

O Brasil enquadra-se perfeitamente na categoria das nações resultantes da colonização cujo modelo seriam os Estados Unidos. Em ambos os países, os colonizadores vieram para radicar-se no Novo Mundo. Não se propunham construir postos litorâneos com vistas à exploração comercial de riquezas existentes. Avançaram para o interior. Organizaram fazendas. Deram nascedouro a vilarejos que depois se transformaram em cidades. Enfim, estruturaram, algo de permanente. Esse grandioso empreendimento foi documentado por Capistrano de Abreu e Oliveira Viana. Se não produziu

<sup>24</sup> *Dicionário de Política*, tradução brasileira, edição UnB em dois volumes ( ), 1º volume, págs. 181-186.

<sup>25</sup> Consulte-se Mario Grondona -*Las condiciones culturales del desarrollo*. Buenos Aires, 1999.

idêntico desfecho, deve-se ao fato de que, sendo mais ricos que os Estados Unidos no século XVII, no seguinte escolhemos a pobreza. A magnitude desse tema escapa naturalmente à *vulgata* tupiniquim.

Como se sabe, a *vulgata marxista* assumiu entre nós a feição que veio a ser batizada de *versão positivista do marxismo*. Essa denominação é essencial para compreender a relevância que veio a assumir em nosso país, em grande medida devido à circunstância de haver se integrado a uma das mais arraigadas tradições republicanas.

O conceito de *colonialismo* foi utilizado por um de seus expoentes para arrolar a obra de figuras das mais representativas da nossa elite intelectual: Azevedo Coutinho, José de Alencar, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana. O que produziram não teria passado de simples emanção da *ideologia do colonialismo*. O autor da bravata é Nelson Werneck Sodré (1911/1999), que longe de circunscrever suas simplificações às interpretações do Brasil, estendeu-a a diversos outros domínios, como demonstrei em outra oportunidade.

Mais recentemente, outro representante da versão positivista do marxismo, prof. Ronaldo Aguiar, da Universidade de Brasília, resolveu ressuscitar a figura de Manoel Bonfim (1868/1932)<sup>26</sup>, pelo fato de ter produzido uma outra simplificação sobre o nosso passado colonial, num contexto que não é levado em conta, para aproximá-lo da *vulgata*. Proponho-me portanto restaurá-lo.

Manoel Bonfim era sergipano, tendo se radicado no Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de medicina (1890), muito jovem, aos 22 anos de idade. Ligou-se a círculos intelectuais da capital, atuando na imprensa no agitado começo da República, o que parece tê-lo levado a participar ativamente do que na verdade correspondia ao nascedouro da sociologia brasileira. Nessa condição publicou obra expressiva, a começar de *A América Latina: Males de Origem* (1905), seguindo-se *O Brasil na América: Caracterização da Formação Brasileira* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931).

Na época em que Bonfim adquire a sua formação básica (primeiras décadas republicanas), que coincidia com o início do processo de formação da sociologia, vigorava ainda, entre nós, o entendimento de que deveria existir um “fator determinante”. Na Europa, embora a simplificação comteana, que associava o conhecimento da sociedade à reforma social, tivesse sido superada na dissociação, empreendida por Spencer, entre ciência social e propósitos morais, a questão do valor somente era defrontado pela sociologia alemã. A francesa sofria grande influência de Littré, que, se recusara a religião da humanidade de seu mestre Comte, preservou a idéia de estado positivo, logo confundido com socialismo (na época os marxistas eram minoritários, tendo maior peso anarquistas e blanquistas).

Considero importante ter presente estes dois aspectos centrais — hipótese do

---

<sup>26</sup> *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2001

“fator determinante” e ausência de uma formulação clara quanto ao posicionamento que a ciência social deveria adotar em face do valor – para avaliar as diversas contribuições ao debate então travado, entre nós, nessa matéria.

Manoel Bonfim teve também a sua intuição fundamental: os nossos males seriam de origem, radicando-se no período colonial. As nações colonizadoras teriam atuado de forma parasitária, tomando naturalmente o modelo da exploração dos recursos naturais, sobretudo minerais. Aquela forma de atuação teria deixado marcas indeléveis em todos os âmbitos da vida social. O professor Ronaldo Aguiar apresenta a tese de modo preciso. Limito-me pois a duas transcrições de citações da obra de Bonfim, a meu ver suficientes para fixar o ponto.

Veamos a primeira: “Essa influência, de caráter geral, do parasitismo das metrópoles sobre o organismo das colônias, alcança todas as manifestações da vida coletiva no seu quádruplo aspecto: econômico, político, social e moral (...) São os efeitos econômicos os mais sensíveis nesse regime de colonização parasitária. Pode-se memo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo em geral, é fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social. Esta afirmação equivale a um truísmo” (*América Latina. Males de Origem*, p. 127 da reedição recente da Topbooks)

Mais grave que isto teriam sido as circunstâncias da transição, como afirma Bonfim: “Aqui não só não houve alteração essencial no regime governativo como não foi destituído um só dos altos funcionários. Era o Estado-colônia: um dia, espantada pelas águas de Bonaparte partiu-se de lá da metrópole a coroa, e veio achar-se aqui substituindo-se ao governador geral; depois retirou-se o rei, deixando aqui o Príncipe como seu lugar-tenente — e o Estado sempre o mesmo, mantendo a orientação tradicional (...) Tempos depois, o príncipe, que não havia mudado, nem mesmo de nacionalidade, obrigaram-no a ir embora. (...) Partiu, e a máquina ali ficou no trilho: regência, maioridade, rei, revolução, ditadura, presidentes.” (p. 208 da edição citada).

A análise, como era do feitio da época, destinava-se a indicar o remédio. Para Bonfim, a solução viria basicamente pela educação. A tese era geralmente aceita. Provinha também do positivismo.

Percebe-se uma grande empatia do professor Ronaldo Aguiar com o autor estudado, o que por certo não corresponde a nenhum pecado capital. Por mais objetivos que nós estudiosos procuremos ser, não há dúvida de que as preferências pessoais devem desempenhar algum papel, por mais difícil que seja precisa-lo. No caso em apreço, entretanto, talvez se possa fazer um reparo: o professor Aguiar segue à risca o esquema marxista, segundo o qual o estudo do pensamento nacional não tem nenhum mérito em si mesmo se não o de desvendar aproximações com o que supõe ser de origem marxista. Diz textualmente que o mérito de Bonfim “está justamente na sua recusa ao discurso

dominante — e, por conseguinte, na elaboração de um contradiscurso, que, em última análise, expressava a voz e o sentimento dos excluídos”. Não se cansa de aproximá-lo de Marx e em insistir na sua “notável atualidade”. Aplaudes sem reservas a tese radical e absurda de Bonfim segundo a qual no Brasil não há o que conservar.

O que se pode objetar é a suposição de que o anticolonialismo possa ser atribuído a Marx, que aplaudiu sem reservas a invasão da Índia pela Inglaterra e votava o maior desprezo a figuras como Bolívar. Sua origem encontra-se na tese positivista da “pátria brasileira”, difundida no mesmo período. Os marxistas brasileiros cometeram um grande erro ao aceitar sem crítica a hipótese de Leônidas de Rezende (1889-1950), segundo a qual as teorias de Marx e Comte seriam absolutamente idênticas, distinguindo os dois, apenas, em que um seria revolucionário e o outro reformista. Sem dúvida alguma, deve-se à tese muito do sucesso da doutrina entre nós mas às custas de um desvirtuamento que lhe retira todo e qualquer valor heurístico, justamente o que importa. Faço voto de que a reedição em curso, pelo Senado, da tese de Rezende (*A Formação do Capital e seu Desenvolvimento* 1932) lhes seja de algum proveito.

O momento estudado pelo professor Ronaldo Aguiar parece-me como da maior relevância para a reconstituição do processo de formação da sociologia brasileira. Suponho, entretanto, que a escolha não é procedente. A figura central naquele processo é a de Silvio Romero (1851-1914), na medida em que criticou a todas as hipóteses tendentes a identificar um “fator determinante” (Martius, Teófilo Braga, Oliveira Martins, Teixeira Mendes e Aníbal Falcão, e Henry Buckle). Além disto, procurou integrar a todos esses elementos, inclusive o papel da luta de classes (Romero tinha presente que esse conceito fora formulado por Guizot e tivera seu papel no estudo da civilização européia), inspirando-se na Escola de Le Play.

Chegou a formular ambicioso projeto de pesquisa que, se não viveu o suficiente para efetivá-lo, teve o mérito de inspirar a Oliveira Viana (1883-1951), que completa aquele ciclo (de formação da sociologia brasileira) ao identificar os valores essenciais dos mais influentes grupos sociais no país. Silvio Romero refutou também a tese ridícula de que nada teríamos a conservar, sendo necessário, como tornou-se lugar comum, dizer-se que competiria “passar o Brasil a limpo”. Nesse andar da carruagem é que os nossos marxistas-positivistas supõem estar inventando algo quando, na verdade, se limitam a encampar as simplificações de autores positivistas como Pereira Barreto (1840-1923).

Francisco Martins de Souza preparou uma coletânea completa dos estudos sociológicos de Silvio Romero, reeditados pelo Senado (*O Brasil Social e outros estudos sociológicos*. Brasília, Senado Federal, Biblioteca Brasileira Básica, 2001). E os principais textos de Oliveira Viana são acessíveis na Coleção Reconquista do Brasil, da Itatiaia. Tanto Francisco Martins de Souza como Ricardo Vélez Rodríguez haviam tido oportunidade de situar a posição em nossa

cultura dos personagens mencionados, em livros importantes como *O Culturalismo Sociológico de Alcides Bezerra* (1981), do primeiro, e *Oliveira Viana e o Papel Modernizador do Estado Brasileiro* (1997), do segundo. O problema é que os nossos marxistas-positivistas limitam o seu horizonte às suas próprias teses, exigentes de uma espécie de adesão religiosa.

## IV. PRINCIPAIS FONTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO BRASIL

A partir das indicações precedentes sobre as diversas interpretações do Brasil – selecionadas por Lourenço Dantas Mota e que procurei agrupar segundo os critérios explicitados – tem-se uma idéia das fontes que seriam preferíveis no estudo de nossa história.

Ainda assim, entendo que aquelas indicações precisariam ser sistematizadas desse ângulo, isto é, com o propósito de definir um roteiro preciso. Além disto, apresento uma relação sumária das obras básicas que proporcionariam uma visão acabada da formação social e das instituições políticas. Essa relação, naturalmente, não esgota o tema. Louvo-me do fato de que, do que foi referido precedentemente, obtém-se uma informação geral daquilo que se poderia denominar de principais estudos complementares.

Agruparia a História do Brasil em alguns grandes ciclos, a saber: I) os três primeiros séculos (ocupação do território e colonização); II) o período de estruturação das instituições do sistema representativo (Segundo Reinado); III) a República Velha e, finalmente, IV) a Era Vargas, que abrangeria não apenas aqueles anos em que esteve presente na vida política brasileira mas todo o ciclo no qual predominou o seu projeto, isto é, de 1930 a 1985.

### I) Os três primeiros séculos

No que se refere ao primeiro ciclo, há uma hipótese muito difundida de que o período em causa possuiria uma singularidade que nos teria marcado para todo e sempre. Consiste na tese de que "o Brasil não tinha povo; só Estado".

Basta debruçar-se sobre a obra de Capistrano de Abreu (1853/1927), para verificar como os nossos ancestrais que viveram nos três primeiros séculos realizaram uma verdadeira epopéia, vencendo toda sorte de dificuldades para desbravar o país e abrir o que denominou de "caminhos antigos" e ao mesmo tempo disseminar o povoamento. Pesquisador incansável, no dizer de Hélio Viana, foi o primeiro a dar, aos nossos estudos históricos, profundidade técnica associada à busca de sentido sociológico. Além de detalhada análise da documentação disponível acerca do descobrimento,<sup>(1)</sup> àquele período dedicou duas obras definitivas: *Capítulos de história colonial* (1907), precedidos da coletânea de ensaios reunidos em *Caminhos antigos e povoamento* (1899). No ensaio que dá título a este último livro, Capistrano de Abreu fixou com maestria os núcleos a partir dos quais arquitetou-se o empreendimento, a saber: São Vicente (São Paulo); Salvador (Bahia), Pernambuco e Rio de Janeiro. Das incursões dali organizadas é que resultou a formação territorial e populacional

---

<sup>(1)</sup> A sua obra clássica *O descobrimento do Brasil* foi recentemente (1999) reeditada pela Editora Martins Fontes, precedida do "ensaio biobibliográfico" que Hélio Viana lhe dedicou.

brasileira. Verifica-se como se deu de forma integrada o avanço para o sertão, as ligações interiores, a criação do gado e a descoberta do ouro. Se a esse painel agregarmos a descrição de André João Antonil (1649/1716), contida em *Cultura e opulência do Brasil* (1711), das atividades econômicas consolidadas no século XVII, veremos que o Brasil era então mais rico que os Estados Unidos. Naquele século o Brasil dominava o mercado mundial de açúcar. Segundo a reconstituição do desenvolvimento econômico realizado por Mircea Buescu,<sup>(2)</sup> do total exportado ao longo dos três primeiros séculos (536 milhões de libras), 300 milhões (55,9%) correspondem ao açúcar.

A elite mais destacada – a chamada aristocracia rural –, como indiquei, foi amplamente estudada por Oliveira Viana, que fixou o papel por ela desempenhado, do mesmo modo que o da representação estatal. Do entrechoque dos valores desses dois grupos resultou, na visão do eminente sociólogo, que não se tivessem diversificado os interesses no seio da sociedade, base das instituições liberais cuja implantação se iniciou no Segundo Reinado, processo que não teve continuidade. A proposta de Oliveira Viana, que viria a ser implementada nos governos militares da segunda metade do século passado, dando continuidade ao protejo do Estado Novo, é que configura o que poderíamos denominar de parcela política do projeto da Era Vargas.

Assim, a partir do legado de Capistrano de Abreu e Oliveira Viana é possível dispor de uma visão adequada dos três primeiros séculos.

Em relação a esse período da história do Brasil, há uma questão em aberto: como se deu que o empreendimento açucareiro viesse a ser desbaratado e o país perdesse a posição hegemônica que mantinha no mercado mundial. Há explicações meramente econômicas – e por isto mesmo insuficientes. Segundo estas, teria decorrido do deslocamento, para a mineração do ouro, das energias aplicadas à exploração de riquezas. Outros autores têm chamado a atenção para o papel da Contra Reforma, fomentando o ódio ao lucro e à riqueza, ao mesmo tempo em que a Inquisição dava preferência a perseguir personalidades empreendedoras, em especial Viana Moog – em *Bandeirantes e Pioneiros*, onde confronta as colonizações norte-americana e brasileira, obra sucessivamente reeditada – e Paulo Mercadante, este em – *A ética e o compromisso* (1978).<sup>(4)</sup>

## **II) A implantação das instituições do sistema representativo no Segundo Reinado**

O segundo grande ciclo de nossa história tem lugar no período imperial. A base econômica achava-se constituída bem como lançados os suportes da disseminação da vida urbana. O essencial passou a consistir na concepção e implantação das instituições do sistema representativo. Herdáramos essa questão

<sup>(2)</sup> *História de desenvolvimento econômico do Brasil*, 2ª edição, 1969.

<sup>(4)</sup> De minha parte, procurei sistematizar os estudos a esse respeito na obra *Momentos decisivos da história do Brasil*, Martins Fontes, 2000.

de Portugal, onde vinha sendo postergado o enfrentamento da substituição da monarquia absoluta pela constitucional. A Revolução do Porto, de 1820, quando a sede da monarquia encontrava-se no Rio de Janeiro, precipitou os acontecimentos.

Em seguida à Independência, o país experimentou duas décadas de violentos confrontos, disseminando-se a guerra civil em diversos pontos do território. A abdicação de Pedro I, em 1831, fez surgir uma forte corrente republicana, regime que, de certa forma, seria experimentado com a eliminação do Conselho de Estado e a eleição direta do Regente. Graças entretanto à formação de maioria moderada, a partir da década de quarenta deu-se início à formação das instituições do sistema representativo, aptas a canalizar a disputa dos interesses para o seio da Parlamento, ao invés do confronto armado. A iniciativa coroou-se de êxito. A maior prova disto reside no fato de que o país viveu quase meio século de estabilidade política – sem golpes de Estado, presos políticos, eliminação da liberdade de imprensa, etc. –, circunstância que não mais se repetiria. Por isto mesmo, é essencial deter-se no processo de formação daquelas instituições.

Hélio Viana, em sua *História do Brasil* – edição da Melhoramentos – procede a magnífica caracterização da maneira como se deu a adoção do parlamentarismo, que não era prevista na Constituição de 1824.<sup>(5)</sup> João Camillo de Oliveira Torres, por seu turno, trata amplamente do chamado *Regresso*, movimento que marca o início do novo processo na década de quarenta, na obra *Construtores do Império* (Cia. Editora Nacional, 1968). É muito interessante a sua hipótese relativa à forma como o país acompanhou a chamada "democratização da idéia liberal" – isto é, a sucessiva ampliação do sufrágio. Nas eleições ocorridas nos anos oitenta, em seguida à reforma que introduziu a eleição direta, o Partido Liberal ganha sucessivamente as eleições onde havia predominância de população urbana, justamente a parcela beneficiada com a ampliação do direito e voto.

### III) A República Velha

A característica principal do período indicado consiste no abandono das instituições do sistema representativo e o empenho de colocar, em seu lugar, um sistema autoritário. Os positivistas reivindicavam, diretamente, a *ditadura republicana*. Parte dos militares, no poder, tentaram de algum modo alcançar esse resultado. Em conseqüência, a década de noventa transformou-se num período sangrento. Guerra civil no Sul, revolta da Armada, tentativa de fechar o Congresso e assim por diante. Empossou-se governo civil (Prudente de Moraes) em 1896. José Maria Bello assim descreve a situação que iria encontrar: “Enfrentava Prudente de Moraes a maior impopularidade de rua que, talvez, já

<sup>(5)</sup> Tomo II, item LVII – O Poder Moderador, os partidos políticos e o parlamentarismo.



tivesse conhecido qualquer homem de governo no Brasil. Isolado no palácio do Catete, não tinha certeza sequer de sua segurança pessoal; seria sempre possível à audácia crescente dos jacobinos um golpe de mão para depô-lo. Dir-se-ia que a cidade fugira ao controle da polícia, e que não passava o Governo de incerta sombra de poder. Ficara impune o atentado contra os jornais monarquistas ... Retraíam-se amedrontados ou exilavam-se na Europa os monarquistas ... Repetiam-se, diariamente, no centro da cidade, os meetings incendiários. Os chefes jacobinos e os batalhões patrióticos sobrepunham-se às autoridades legais, em longínquo arremedo da Revolução Francesa, da qual tinham adotado a fraseologia demagógica”.<sup>(6)</sup>

A disputa marchava para configurar-se, abertamente, como um conflito entre o Congresso e o Presidente. Prudente de Moraes não parecia supor que pudesse solucioná-lo em seu favor mas se dispôs a tentá-lo quando do atentado de que foi vítima e que levaria à morte o seu Ministro da Guerra, Marechal Machado Bitencourt. Observa José Maria Belo: "O atentado de 5 de novembro dava-lhe os elementos de reação que, inutilmente, procurara; dentro da própria órbita constitucional, o presidencialismo do regime adotado em 15 de novembro de 1889 revelava a tremenda soma de poderes que poderia enfeixar nas mãos o Presidente da República e dos quais os seus sucessores saberão colher o máximo proveito." Obtendo o estado de sítio, decretado pelo Congresso, Prudente de Moraes desencadeia a reação sem qualquer preocupação com a ordem legal. Estava aberto o caminho para a instauração do que veio a ser denominado de *prática autoritária*, isto é, autoritarismo sem doutrina. O autoritarismo doutrinário floresceria no Rio Grande do Sul – o chamado *castilhismo*, mas somente Vargas dele se beneficiaria, depois de 1930, isto é, após o término da República Velha.

A prática autoritária iniciada por Prudente de Moraes desdobrar-se-ia na "política dos governadores". O arranjo institucional, que passou à história com esse nome, correspondeu a uma mudança no regimento interno da Câmara dos Deputados, segundo a qual, o reconhecimento do mandato, a partir da Legislatura iniciada no ano de 1900, ficaria a cargo da Mesa da Câmara anterior.<sup>(7)</sup> Assistiu-se desde então à diplomação de pessoas que sequer tinham sido candidatos e a implacável "degola" de quem quer que pusesse em risco a maioria de que o Presidente em exercício não abdicava. A institucionalização desse novo sistema, ao arrepio da Constituição, assegurou a alternância no Poder Central sem contestação até 1930. Mas o país vivia sob sucessivos estados de sítio.

<sup>(6)</sup> *História da República*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, sexta edição, 1969, pág. 150.

<sup>(7)</sup> A Legislatura iniciava-se na metade do mandato do Presidente. Achava-se no poder, em substituição a Prudente de Moraes, Campos Sales.

O melhor texto sobre o período em causa é a mencionada *História da República* de José Maria Bello.

#### IV) A Era Vargas

A Era Vargas é a denominação que passou a merecer o período histórico que abrange de 1930 a 1985. A unidade desse longo ciclo histórico prende-se ao fato de que o Brasil adotou o projeto de empreender a Revolução Industrial sob a égide do Estado. No ciclo pós-85, com a industrialização concluída no fundamental, começa a formulação de um novo projeto, baseado na desestatização da economia. No plano político, a prática autoritária da República Velha é substituída pelo autoritarismo doutrinário, primeiramente o castilhismo e, subseqüentemente, o denominado *autoritarismo instrumental*. A melhor caracterização de ambas as propostas é da lavra de Ricardo Vélez Rodríguez, respectivamente, nas obras *Castilhismo: uma filosofia da República* (1ª edição, 1980; 2ª edição, Brasília, Senado Federal, 2000) e *Oliveira Viana e o papel modernizador do Estado Brasileiro* (Londrina, EDUEL, 1997).

A caracterização do projeto de modernização econômica de Vargas encontra-se no livro *A política de desenvolvimento na era de Vargas*, de John D. Wirth (Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973).

A evolução política dessa fase histórica foi estudada, de modo completo e abrangente, por Bolivar Lamounier (*E no entanto se move: formação e evolução do Estado democrático no Brasil, 1930-94*; obra publicada em 1994).

#### ADENDO- Relação das obras<sup>27</sup>

##### Três primeiros séculos

Capistrano de Abreu – **O descobrimento do Brasil**. Ed. Martins Fontes  
(Coleção Temas Brasileiros)

Capistrano de Abreu- **Caminhos antigos e povoamento** (1899). Editora Itatiaia.  
(Coleção Reconquista do Brasil)

Capistrano de Abreu- **Capítulos de história colonial**. (1907) Ed. Senado  
Federal (Coleção Biblioteca Básica Brasileira)

André José Antonil – **Cultura e opulência do Brasil** (1711). Ed. Itatiaia  
(Coleção Reconquista do Brasil)

Oliveira Viana – **Populações meridionais do Brasil** (1920). Ed. do Senado  
Federal Vol.27

Viana Moog – **Bandeirantes e pioneiros** (1954). Várias edições

Anita Novinsky – **Inquisição: Prisioneiros do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora

<sup>27</sup> O enfoque considerado consiste na formação social e das instituições políticas. Esse ponto de vista está justificado pela análise precedente. Abrange apenas os textos básicos.

Expressão e Cultura, 2002

## **Independência e Império**

- Tobias Monteiro – **História do Império: elaboração da Independência**  
(reedição na Coleção Reconquista do Brasil)
- Joaquim Nabuco – **Um estadista do Império**. Ed. Topbooks
- Hélio Viana – **História do Brasil**. Ed. Melhoramentos. Tomo II. Item LVII-  
O Poder Moderador, os partidos políticos e o parlamentarismo
- João Camilo de Oliveira Torres – **Os construtores do Império**. Cia Editora  
Nacional (Brasliana, vol 340)
- Antonio Paim – **A discussão do Poder Moderador no Segundo Reinado in**  
**Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro**.  
Ed.UnB, 1982

## **República**

- Tobias Monteiro- **Pesquisas e depoimentos para a história** (1889). Ed. Itatiaia  
(Coleção Reconquista do Brasil)
- Walter Costa Porto – **A política dos estados in O voto no Brasil**, 2ª ed.  
Topbooks, 2002
- José Maria Bello- **História da República** (1940. Revista e completada em  
1952) Várias edições
- Oliveira Viana – **Instituições políticas brasileiras** (1949) e **História Social**  
**da economia pré-capitalista no Brasil** (ed. póstuma, 1958)
- Ricardo Vélez Rodriguez – **Castilismo - uma filosofia da República**. Ed.  
Senado Federal (Coleção Brasil 500 anos)
- Simon Schwartzman – **Estado Novo: um auto-retrato**. Editora UnB, 1983
- Simon Schwartzman – **Bases do autoritarismo brasileiro**. Ed. Campus, 1982
- John D. Wirth – **A política de desenvolvimento da Era Vargas**. Ed. FGV, 1973
- Bolívar Lamounier – **E no entanto se move: formação e evolução do Estado**  
**Democrático no Brasil; 1930-1994**. In Livro  
Comemorativo dos 50 anos da FGV
- Alberto Carlos Almeida – **A cabeça do brasileiro**. Record, 2007